

CONDE DE PARIS

A MONARQUIA
DE
AMANHÃ



80
Ao L. Deputado
Dr. Goffredo Telles
Lima.

com a admiração
e estima de
Guilherme Faria

9-49

DIGITALIZADO

PELA

NACIONALISTA BIBLIOTECA

BIBLIOTECA NACIONALISTA

bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

CONDE DE PARIS

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Tradução de
LEÃO RAMOS ASCENSÃO

Prefácio de
JOÃO AMEAL



LISBOA
1 9 4 8

PREFÁCIO
DA
EDIÇÃO PORTUGUESA

1

O primeiro dever que este livro nos impõe, é o de respeitar e louvar o seu Autor. De o respeitar e louvar pela maneira como se dedica a uma Causa que é, ao mesmo tempo, a da sua Pátria e a da sua Família — já que uma e outra não podem deixar de identificar-se para o representante directo daquela sucessão de Monarcas que, segundo a legenda famosa, «em mil anos, fizeram a França». Herdeiro dessa grande estirpe de chefes, de diplomatas, de construtores, é lógico e normal que Sua Alteza Real o Conde de Paris seja dominado por um duplo sentimento de responsabilidade e de fervor patriótico. O Sangue e a História tinham de predeterminá-lo. No entanto, constitui alto exemplo, numa época tão abundante em caracteres dúbios e fracos, incapazes de aceitar e de honrar postos de sacrifício, ver quanto

PREFÁCIO

zelo, quanta inteligência, quanta isenção põe ao serviço do seu País — e o viril desejo que manifesta, ao encontrar quase desfeita por instituições malignas e por homens viciados a grande França que os seus antepassados fizeram, de se entregar à nobre tarefa de a refazer.

Louve-se, pois, antes de mais nada, o Príncipe que plenamente avalia a altura da sua missão — e tanto faz para corresponder-lhe.

Louve-se, também, o pensador que revela um tal amor às ideias e uma tal familiaridade com as perspectivas e os debates da filosofia política. Senhor de ampla cultura, apto a encarar e a sondar os mais complexos problemas sociais, a cada passo o Conde de Paris se afirma doutrinador informado e minucioso, em quem se aliam o conhecimento dos grandes sistemas elaborados no passado, o sério exame das experiências do presente e, também, o impulso audaz em direcção a um futuro que julga ter algum direito de modelar por suas mãos.

Louve-se, por fim, o escritor propriamente dito, fiel ao claro génio do seu povo e da sua língua, que sabe com frequência descobrir a expressão exacta e a fórmula adequada, expõe com elegância e defende com argúcia as suas teses e conduz o raciocínio, com singular engenho, até determinadas conclusões que são gravadas em sínteses felizes. Estas qualidades bastariam, se de um Príncipe de sangue se não tratasse já, para o tornar, por direito inegável, um Príncipe do Espírito.

PREFÁCIO

Render o louvor merecido, sem qualquer intuito de cortesia, pelas razões apontadas, ao Autor deste livro — é, repito, o primeiro dever que a sua leitura nos impõe.

2

No presente volume, que tem, em francês, sob o ante-título «*Faillite d'un Régime*», o título expressivo de «*Essai sur le Gouvernement de demain*» — faz o Príncipe Henrique a crítica certa dos males de que o seu País enferma e, de um modo mais geral, a crítica dos dois regimes fictícios e anómalos entre os quais a maioria dos povos modernos oscila e se extravía, na ânsia de dar remédio a uma crise que, por eles, só agrava e prolonga: — a Democracia individualista, inorgânica, demagógica, perdulária, inconsequente; e a Ditadura de um homem ou de um partido (quase sempre, de um homem apoiado num partido), que vive na tensão fanática, no egotismo excessivo, na crescente Estadolatria, e, embora transitòriamente benéfica, terá de resvalar na opressão e na violência até sucumbir ante qualquer golpe desfavorável da sorte.

Mostra o Conde de Paris, em períodos lapidares, como «a democracia explorou as más inclinações inatas no ser humano e aboliu os constrangimentos, utilizando

PREFÁCIO

para isso o individualismo do homem e divinizando a sua razão». Mostra, paralelamente, como, para as ditaduras, «o futuro do país e os superiores interesses da nação se confundem com os superiores interesses do partido» e como «um partido, por muito *nacional* que seja, tem interesses particulares a defender, que se opõem, em maior ou menor grau, ao verdadeiro interesse nacional».

Diante de ambas estas perigosas modalidades políticas, ergue o edifício harmónico da Monarquia que — segundo a legenda fundamental, repetida de seu Pai, o Duque de Guise, — *não é um partido*; que, «livre das preocupações, democráticas ou ditatoriais, da reeleição ou da morte, permite ao Estado o máximo de estabilidade, de continuidade e de liberdade»; que «garante a independência da Justiça», visto «só o Rei personificar o Estado e o bem público» e assegurar «a justiça igual para todos, como o Pai de família quer que em sua casa reinem a ordem e a honra»; enfim, «que concilia as vantagens reais do regime autoritário com as que resultam da legitimidade da autoridade». Trata-se, pois, do único regime em que a vida histórica do agregado nacional pode encarnar-se na vida contínua de uma Família consagrada ao seu serviço; não de uma democracia, por natureza desagregadora e fratricida — mas de uma demofilia paternal e unificadora; não de uma ditadura temporária e aventureira — mas de uma instituição permanente e normal. Daí resulta o contraste da política seguida em qualquer dos três sistemas: «a De-

PREFÁCIO

mocracia vive para o dia-a-dia, sem olhar ao futuro; a Ditadura só pensa no dia seguinte; a Monarquia resolve o presente e prevê o futuro». Numa entrevista dada à «*Petite Gironde*», que se publica nos Apêndices, esclarece ainda o Príncipe Henrique, ao ser-lhe perguntado se a Monarquia a restaurar «terá uma forma constitucional, à imagem da Monarquia Inglesa» — «Não! A Monarquia Constitucional é na França um compromisso entre a revolução e o conservantismo; é, por isso, uma coisa híbrida, desordenada e parálitica. A Monarquia Francesa de amanhã será uma autoridade tradicional de base corporativa, com um poder estritamente limitado às necessidades essenciais do Estado».

E, firmado em todas estas fortes evidências da razão («*nous qui voulons toujours raison garder*») e da experiência, o representante da grande linhagem dos Soberanos que fizeram a França dirigir, na conclusão, aos seus compatriotas, estas palavras:

— «Em face das entidades políticas abstractas, limitadas e precárias, o verdadeiro segredo do Rei consiste em que ele é um homem, composto de carne e de espírito. Só ele pode ser ao mesmo tempo conservador e revolucionário. Só ele pode, na serenidade que lhe advém da certeza do dia de amanhã, escolher as tradições que para o futuro do país é necessário manter e o progresso que é indispensável acelerar, para que finalmente se construa a sociedade em bases mais humanas.

A França precisa de um árbitro; o povo reclama os cuidados de um pai solícito. Simultaneamente conser-

PREFÁCIO

vadora e revolucionária, a Monarquia, correspondendo a este duplo apelo, realiza hoje o milagre de não ser um passado morto, mas, pelo contrário, o mais vivo dos futuros».

Este — reduzido às suas linhas esquemáticas — o conteúdo do presente volume, em que o diagnóstico da crise é feito com precisão e lucidez e o remédio é enunciado com lógica, veracidade e segurança.

Remédio, aliás, sublinhe-se, tão válido para o povo francês como (dentro de circunstâncias e particularidades variáveis) o é, e será, para os outros povos de características semelhantes.

3

A actualidade da Monarquia volta, com efeito, a impor-se — onde quer que prevaleçam o senso comum e as lições dos factos. Actualidade, porque nenhuma instituição melhor corresponde às flagrantes exigências do nosso tempo. Actualidade, também, na outra acepção da palavra, porque nenhuma forma de governo se poderá revelar tão eficiente e *actuante*.

Século e meio de irrealismo e de passos em falso — durante o qual predominaram os absurdos axiomas de uma filosofia política oposta à verdadeira natureza do homem e da sociedade — esgotou por completo a sedução da mitologia individualista sobre as gentes ignaras. Desde que ao «indivíduo-soberano», con-

PREFÁCIO

cebido pelos utopistas da Enciclopédia, pela imaginação tarada de Rousseau e pelos teóricos liberais da última centúria, foi ilusoriamente atribuído o Poder — que, aliás, nunca exerceu e veio a ser exercido em seu nome por aventureiros de toda a espécie — nunca mais houve, em qualquer país ou região do globo, ordem, equilíbrio, desígnio coerente, esforço edificador e progressivo. Assistiu-se, antes, a uma série interminável de revoltas, de perturbações, de lutas entre irmãos ou entre povos, de convulsões sociais e económicas. Sob o pretexto do endeusamento e da veneração do Número — sucederam-se tiranias de partidos, de grupos ou de césores plebiscitados, incapazes (quando mais não fosse pelo receio doentio de lhes ser arrebatado o mando) de seguir uma linha firme e construtiva. Só onde a idolatria do Número foi repudiada ou ultrapassada — como entre nós, portugueses, ou na Espanha de Franco — se pôde governar com método, com utilidade, com proveito para a Nação. Não entanto, fácil é compreender que ambos os regimes peninsulares estão situados perante um dilema evidente: ou ir até o fim da sua evolução lógica, optar pelo regresso ao sistema monárquico, e assim garantir a sequência da obra em curso e consolidar o futuro desenvolvimento da política nacional através de uma dinastia — ou correr os riscos fatais de uma recaída na luta das facções, na incerteza do dia seguinte, nas absurdas alternativas dos alcatruzes partidários; pior ainda, oferecer terreno propício ao assalto devastador das hordas do marxismo internacional.

PREFACIO

Todo este panorama, quer no seu conjunto, quer nos seus pormenores, reclama instantemente uma terapêutica eficaz — tanto mais que não estão apenas em causa (e isso já seria muito) a sorte e o bem-estar dos países arruinados pela guerra finda há três anos, mas os próprios valores substanciais da Europa tradicional que se identificam com os da Civilização do Ocidente. E será porventura da reconstrução social e política dos Estados europeus que dependerão os destinos do Mundo para os séculos mais próximos.

Apenas a Monarquia poderá ser o instrumento dessa reconstrução e, através dela, do estabelecimento de uma paz duradoura. Enquanto o nosso continente arrastar uma existência agitada e incerta porque, em cada país, o Poder é frágil, a coisa pública se acha à mercê dos golpes de força ou das subversões populares, a consulta periódica às urnas abre todos os ensejos à impostura ou ao estrépito das propagandas demagógicas e institui uma guerra civil sem termo — não será possível implantar na Europa a consistência e o equilíbrio necessários para defrontar as grandes tarefas e as grandes responsabilidades que os tempos difíceis exigem. Só, pelo contrário, quando à frente de cada país estiver um Poder seguro e firme, que inspire confiança e defenda, sem alardes, sem provocações, sem excessos, mas com vigor sereno e consciente, os seus princípios e os seus interesses — se tornará viável um esforço de concórdia e de ajustamento e a causa da Paz terá dado largo passo em frente.

PREFACIO

Uma constelação de novas Monarquias viria transformar a paisagem europeia — e, com ela, a paisagem mundial. Talvez, então, as toxinas moscovitas se revelassem inoperantes — junto dos povos a quem a normalidade, a saúde, a coesão moral e social fossem restituídas pela salvadora presença tutelar dos seus Reis.

4

Num livro posterior a este — *«Entre Français»*, dado à estampa no ano passado — novamente se aplica o Conde de Paris ao mesmo objectivo que lhe ditou os capítulos de *«A Monarquia de Amanhã»*. Mas, enquanto acentua, na primeira obra, o carácter autoritário da Monarquia — na segunda salienta, de preferência, o seu carácter de distribuidora de justiça e de protectora das classes populares. Ambas as virtudes se conjugam, de facto, na instituição monárquica — e tanto se pode ver nela, sobretudo, a plenitude e a eficiência de uma autoridade indiscutida, independente, contínua — como a garantia das mais amplas e equitativas liberdades.

A tendência diferente das duas obras deriva, ao que supponho, das datas em que foram publicadas.

Em 1936, a evolução política era comandada pelo apogeu dos regimes ditatoriais na Itália, na Alemanha, nos Estados da Europa Central e dos Balcãs — como reacção contra os males clamorosos da democracia. E o

PREFÁCIO

herdeiro da Coroa francesa, ao verificar o pendor geral para os sistemas autoritários, considerava mais indicado apresentar a Monarquia como o único susceptível de encarnar plenamente os benefícios da Autoridade que, por ser *legítima e estável*, se afirmaria isenta dos perigos e exageros de qualquer outra.

Em 1947, depois da vitória das duas poderosas democracias anglo-saxónicas, obtida à sombra dos *slogans* da liberdade, dos direitos do homem, do regresso às doutrinas partidárias e parlamentaristas — considerou mais oportuno avivar os aspectos da Monarquia como conciliadora, pacificadora e respeitadora das autonomias e liberdades, pessoais ou sociais.

No entanto, parece-me que tem sido de tal forma vertiginosa e concludente a experiência resultante dos acontecimentos dos últimos anos (e, até, dos últimos meses) que os mitos liberais-democráticos, já antes feridos de morte pelos desastres acumulados e pelas críticas certeiras da inteligência, — caíram outra vez no mais patente descrédito.

Após uma curta orgia de liberdade — que só agravou crises, complicou problemas, trouxe perturbações aos povos e nenhuma vantagem lhes rendeu — é do restabelecimento da Autoridade que o mundo necessita, com desesperada urgência, para não sucumbir sob as ruínas e as ameaças. Talvez mesmo a sedução marxista em certos grupos de intelectuais provenha de se ver nele um comando e uma organização quando, por toda a parte, se enferma daquela anarquia endémica e espon-

PREFÁCIO

tânea que Taine denunciara na origem das convulsões dos fins do século XVIII.

Soa, portanto, a hora de a Monarquia ser descrita, acima de tudo, como solução *autoritária* por excelência — visto que, por ela, a Autoridade virá ordenar sem constranger, dar vigor e sequência ao governo sem tolher uma única das liberdades necessárias e sem se esquecer de ressuscitar todas as liberdades possíveis.

Que assim é, reconhece-o o Príncipe Henrique, ao escrever, nas páginas iniciais de *«Entre Français»*: — «Estou convencido, e com grande pena, de que, perante a crise de autoridade e de regime, a massa deixou de crer nas virtudes da liberdade, mesmo quando fala muito nela e estou certo de que volta os olhos para o homem providencial, ou para o partido providencial, que ofereça a recompensa da eficiência em troca de uma disciplina de ferro». Mais adiante, na abertura do capítulo quarto, escreve também: — «Na imprensa, nas conversas, nos debates públicos, pululam as críticas virulentas contra o parlamentarismo. Os democratas sinceros inquietam-se com razão e temem que a desorientação tolerada nestes dois anos prepare os espíritos para considerar qualquer solução autoritária como um mal menor que as instituições actuais».

Um pouco mais longe, acentua, com inteira veracidade: — «Sem justiça e sem amor não pode haver autoridade e disciplina, pois ambas se degradam na tirania e no arbítrio. Mas sem disciplina e autoridade, quer

PREFÁCIO

dizer sem sociedade, o amor não tem objecto e a justiça não tem alicerces».

Esta é, sem dúvida, a boa doutrina. E o Conde de Paris está de pleno acordo com ela ao caracterizar a sua «*Monarquia de Amanhã*» como aliança do amor do povo com a justiça do Rei.

Apenas verifico haver, da sua parte, concessões arriscadas à teoria democrática. «Para o Cristão» — diz-nos, a certa altura — «a autoridade e o poder têm em Deus a sua origem mas o suporte terreno dessa autoridade só pode ser, evidentemente, o conjunto dos homens que vivem em sociedade; emana pois do povo, mas do povo inteiro. O cristão que se ordena ao bem comum e o democrata humanista que se ordena ao interesse geral encontram-se, lado a lado, nas suas esperanças temporais e políticas».

A autoridade emana do povo?! De facto, a filosofia tradicional católica professa que o Poder vem de Deus e que o exerce o governante por designação ou consentimento do todo social. Houve, porém, o famoso debate entre os que consideravam tal Poder *imediatamente* transmitido ao governante por Deus — ou transmitido *mediatamente*, através do povo. Alguns doutrinadores italianos e peninsulares dos séculos XVI e XVII — Belarmino, Navarro, Suarez, Concina, outros — inclinaram-se para a tese *mediatista*. No entanto, a solução estava formulada com rigor nos textos de São Tomás de Aquino. Resume-a o seguinte comentário de Pégues, em «*La Théorie du Pouvoir dans Saint Thomas*»: — «O poder

PREFÁCIO

soberano, por essência de ordem superior, vem imediatamente de Deus. É, também, necessariamente único. Não só não pode jamais provir de baixo, mas nem mesmo pode transferir-se de igual para igual — e, com maioria de razão, não pode dividir-se e existir simultaneamente naquele que o dá e naquele que o recebe, como já observava a Encíclica *Diuturnum*. Existe na multidão formando um todo, ou num escol formando um todo, ou num só. Mas apenas existe num ou noutro destes três sujeitos, nunca nos três, ou em dois, simultaneamente. E se, por qualquer razão, num Estado ou numa sociedade, o sujeito do poder soberano vem a ser mudado, se à multidão sucede o escol, ou ao escol um Monarca, ou a um Monarca outro Monarca por ele designado, o novo sujeito não recebe do primeiro — povo, escol ou Monarca — o seu poder. O primeiro não transfere ao segundo o poder que tinha; só *designa* o sucessor. O poder que tinha, e que só de Deus lhe viera, cessa, pelo facto mencionado, de residir nele e Deus comunica-o directamente ao novo sujeito. O primeiro nada mais faz do que ceder o seu lugar; e porque o cede a um sujeito determinado, faz que este receba de Deus a autoridade e o poder que ele próprio recebera.»

O trecho da Encíclica *Diuturnum*, de Leão XIII, a que Pégues alude, é assim redigido:

— «Muitos contemporâneos nossos, marchando nas pegadas daqueles que, no último século, atribuíram a si próprios o nome de filósofos, dizem que todo o

PREFÁCIO

Poder vem do povo, por forma tal que os que o exercem no Estado o não exercem como pertença sua mas como recebido do povo por delegação e sob a reserva de lhes poder ser retirado pela vontade desse mesmo povo que lho delegou. Os católicos têm uma doutrina diferente, e fazem descer de Deus o direito de governar, como da sua fonte natural e necessária.»

Leão XIII logo acrescenta, para não deixar lugar a dúvidas:

— «Importa notar que, em certos casos, aqueles que devem ser colocados à frente dos negócios públicos podem ser escolhidos pela vontade do povo, sem que isto repugne à doutrina católica. Nessa hipótese, a escolha designa o príncipe, não confere os direitos do principado. A autoridade não é conferida — apenas se determina quem deve exercê-la.»

Ora isto nada se parece com a democracia. Estamos perante um conceito *teocêntrico, orgânico e social* da Autoridade — ao passo que a democracia se funda num conceito *laico, individualista, aritmético*, da mesma Autoridade.

Eis o que torna difícil aceitar as condescendências do autor de *«Entre Français»* para com as teses democráticas e parlamentaristas — e, nas derradeiras páginas, a sua alusão à Monarquia como salvaguarda e complemento de uma hipotética «democracia representativa».

Não. A Monarquia é incompatível com qualquer forma de democracia — por ser a expressão da Nação

PREFÁCIO

unificada e organizada segundo as leis da natureza humana e as lições da História. A Monarquia só pode considerár-se demofilia integradora, coordenadora, jerárquica; portanto, sem nada de comum com a democracia, que atribui o Poder ao Número indiferenciado, à maioria dos «indivíduos» tomados como átomos independentes e equivalentes.

Por ser demófila e para ser demófila, a Monarquia foi sempre, e terá de ser sempre, não-democrática — já que o Poder entregue ao povo-número representa a dissolução e o suicídio da Autoridade, a anarquia social.

Só desde que haja a coragem de atacar de frente, e de repudiar sem evasivas, o mito-democracia se terá avançado com decisão no sentido da verdade política integral — se terá restaurado o genuíno e histórico prestígio da Realeza, se terá aberto caminho às fecundas promessas da Monarquia futura.

...Donde resulta que não julgo descabido apontar o *«Essai sur le Gouvernement de demain»* como mais actual do que *«Entre Français»*. Talvez porque a hora presente se assemelha mais à de 1936 do que à de 1947...

5

Numa declaração feita ao *Intransigent* e reproduzida nos Apêndices a este volume, o Príncipe Henrique salienta: — «A democracia deixou-nos isolados na

PREFÁCIO

Europa, a democracia semeou os fermentos de guerra. A Monarquia, que há-de refazer a nossa força, dará à Europa a Ordem e a Paz.»

Também espero que assim seja — e, como ocidental e amigo da França, é natural que formule votos sinceros para que a força francesa reapareça e desempenhe o papel que lhe compete na reconstrução e convalescença europeias.

Amigo da França: — assim veridicamente me intitulo. Mas devo confessar não o ser por motivos idênticos aos de tantos que pela França apregoam intemperista e fanática paixão. Esses, pelo seu exagero e pelos seus intuitos suspeitos, constituem, para a Nação Francesa, autênticos *amigos dos diabos*...

Entre os portugueses conscientes da sua História e dos interesses superiores que lhes cumpre servir, a paixão incondicional pela França não se afigura louvável, nem, sequer, admissível. Duas ordens de sentimentos haverá aqui a distinguir: — de gratidão e admiração, por um lado; — de justificado ressentimento, por outro.

Gratidão e admiração pela França baluarte da Cristandade, da ordem tradicional, da melhor filosofia social e política, à qual devemos auxílios úteis, ensinamentos proveitosos, influências benfazejas — pela França de Carlos Martel, que em Poitiers deteve a investida muçulmana do oitavo século; de Carlos Magno, que sob o seu ceptro levantou e manteve o Sacro Império do Ocidente; da Ordem de Cluny, que enviou à Península os Príncipes de Borgonha e assim está na origem da

PREFÁCIO

conquista da nossa Independência e da fundação da Primeira Dinastia; dos cruzados que ajudaram a tomar Lisboa aos mouros; de Joana de Arc, guerreira e santa; da Universidade de Paris no século XIII, viveiro de altos estudos, centro das grandes filosofias medievais; de Ronsard e de Malherbe, poetas-criadores de uma das mais belas culturas latinas; de Richelieu, estimulador do Primeiro de Dezembro de 1640; do esplendoroso século de Luís XIV, com a trindade soberana — Corneille, Racine, Molière; enfim, dos doutrinadores da Contra-Revolução, na última centúria e na nossa: de Bonald, de José de Maistre, de Le Play, de Taine, de Fustel, de La Tour du Pin, de Maurras.

Justificados ressentimentos quanto à França propagadora da Reforma; quanto à França que concorreu para o desmembramento do nosso Império e tantas vezes assaltou os nossos barcos nos mares e os nossos territórios na América do Sul; quanto à França dos Huguenotes e dos Enciclopedistas; de Voltaire e de Rousseau; da Revolução de 89 e das invasões napoleónicas; de 1830 e de 1848; do liberalismo maçónico que dominou o século XIX e lhe fez merecer a justiceira classificação de «estúpido»; quanto à França pregoeira e cartaz da democracia, caixa de Pandora do Ocidente, com os seus Waldecks, os seus Combes, os seus Dreyfus e os seus dreyfusistas, os seus Sangniers, os seus Briands, os seus Herriots, os seus Blüms, os seus Thorez.

Queremos, de todo o coração, que a primeira França logre a vitória, se imponha, volte a ser, na Europa, o

PREFÁCIO

que foi enquanto «filha mais velha da Igreja»; abominamos a outra França e queremos, de todo o coração, a sua queda definitiva — aliás anunciada pela falência fraudulenta dos seus mitos e das suas vedetas, — a fim de que não venha a tornar-se o funesto «cavalo de Tróia» da penetração soviética no ocidente europeu.

Para que os nossos votos se realizem, a condição primacial será o restabelecimento da Monarquia dos Capetos, liberta da enxertia maléfica daquelas ideias e daqueles métodos que levaram o General Lafayette a apontar Luís-Filipe como arauto da «melhor das repúblicas»; da Monarquia tradicional francesa, católica, autoritária e justiceira, popular e dispensadora de liberdades; da Monarquia de S. Luís, de Henrique IV e de Carlos X — coluna da ordem, da harmonia e da paz na Europa, firme paladina da Civilização do Ocidente.

É na esperança de ver Sua Alteza Real o Conde de Paris subir ao trono um dia, para ser o chefe dessa grande França renascida, que lhe deixo aqui a expressão da minha respeitosa homenagem.

Lisboa — Junho de 1948.

JOÃO AMEAL

MENSAGEM DO DUQUE
DE GUISE

MENSAGEM DO DUQUE DE GUISE

Vive-se numa atmosfera que se adensa cada vez mais e é consequência da desordem dos espíritos, da confusão das ideias, da crise moral e económica. Os efeitos brotaram das causas. Ao peso da ameaça, a nação desfinha desalentada e a sua vida pode perigar bruscamente.

É o momento de assumirem as suas responsabilidades todos os que, pela posição que ocupam, têm a seu cargo a segurança da França.

Por mim, pronto a dar ao país, com os meus serviços, os de meu filho, o Conde de Paris, sinto-me constituido na obrigação, como chefe da minha Casa, de lembrar aos Franceses os princípios essenciais da vida nacional.

O nosso povo não pode viver na desordem.

O mal que o enfraquece não é devido a um defeito permanente da raça francesa, que tantas vezes demonstrou as suas virtudes.

Mas não há força sem ordem, ordem sem hierarquia, hierarquia sem disciplina, nem chefe sem obediência.

Esta é a lei em que se baseia a Monarquia hereditária. Nenhum Francês deixará de se inclinar perante ela.

O que falta é coordenar e dirigir superiormente as diferentes energias. Incumbi o Conde de Paris de uma missão que exige todo o ardor de uma atenção jovem

e esclarecida, com o fim de preparar os elementos e os meios de uma nova grandeza para a França.

Esta acção necessária para tão vasto desígnio, estou certo que meu filho a conduzirá com a firmeza e a dignidade naturais aos herdeiros da dinastia que durante oito séculos, com a fiel colaboração e o grande amor do povo, uniu, constituiu, conservou e engrandeceu a França.

«A Monarquia, disse eu, não é um partido.» Porque os reis queriam ser publicamente os reis de todos, a todos reconhecidos pela sua dedicação, não quiseram nunca estar ao serviço particular de alguns.

O Conde de Paris, meu filho, fiel ao meu pensamento, definiu com muita exactidão esta verdade de sempre que não deve ser esquecida, desconhecida ou velada.

É à volta dos Príncipes que todos os realistas, com um só coração e unidos à alma da Pátria, têm de se congregar para prosseguir útilmente a obra dos Capetos.

Numa Monarquia adaptada às necessidades de hoje, nós viremos do exílio, se Deus quiser, na hora marcada pelo destino, continuar a história da França.

No exílio, 1936

JOÃO

AO MEU PAÍS

AO MEU PAÍS

*Não nascemos somente para nós,
mas sobretudo para servir a Pátria.*

HENRIQUE IV

I

OS PRÍNCIPES FIEIS

Há cinquenta anos que, por força de uma lei cruel, estão fora da sua Pátria os descendentes de Henrique IV e de S. Luís. Dizem alguns que, no exílio, a Casa de França se desinteressa de um país que a condenou ao ostracismo. Tal afirmação é duplamente falsa: *oito séculos de história comum urdiram laços tão fortes que tudo o que diz respeito à França nos atinge profundamente.* Longe de enfraquecer tais sentimentos, a dolorosa provação que nós é imposta torná-los-ia mais firmes se eles não fossem já inabaláveis.

Desde que a nossa Pátria julgou encontrar em regimes diferentes o penhor da sua felicidade, todos os Pretendentes, o Conde de Chambord, o Conde de Paris, só procuraram servi-la: os direitos ao Trono da França, que eles herdaram dos seus antepassados, eram, no seu pensamento, inseparáveis de deveres imperiosos.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

O Duque de Orleans, que não pôde, como tanto desejava, entrar no Exército Francês, em toda a sua vida fez flutuar a bandeira tricolor nos mares longínquos.

Quando a França foi invadida, o Duque de Guise quis dedicar-se ao seu serviço: da qualidade destê é seguro testemunho a Cruz de Guerra posta ao seu peito, em 1919, pelo Presidente da República Francesa.

Assim, longe da Pátria que tanto amavam, os chefes da Casa de França souberam guardar piedosamente a pesada herança que lhes era transmitida, pensando que, se o país não se inclinava para eles quando a prosperidade material lhe dava a ilusão de ser feliz, talvez num dia de provação, quando sentisse confusamente que tinha construído sobre alicerces frágeis e que, por esse facto, a sua própria existência estava ameaçada, talvez nesse dia visse a salvação no princípio que eles encarnavam.

II

FALENCIA DE UM REGIME

Em razão de tal atitude, a chama monárquica nunca se apagou no coração de numerosos Franceses. Os testemunhos de affecto, as provas de dedicação que recebemos, têm sido para o nosso exílio um grande e suave conforto. Designadamente nestes últimos trinta anos uma juventude ardorosa agrupou-se à volta de chefes venerados, que lhe transmitiram a sua fé monárquica. Estes pioneiros da Causa Real, agindo por sua própria responsabilidade, criaram poderosas organizações. Graças à sua dedicação incansável, graças também ao zelo de numerosos Franceses, cujos corações conservaram intactos os princípios em que se tinha fundado a gran-

AO MEU PAÍS

deza da Pátria, a ideia monárquica manteve-se em todos os meios que constituem a Família Francesa.

Hoje, em seguida a graves acontecimentos que agitaram a França profundamente, diante dos perigos externos e internos que ameaçam a existência do País, há uma corrente cada vez mais forte que impele numerosos espíritos para as ideias e concepções que estão na base da Ordem Real.

Acabou o período eleitoral.

As potências económicas e financeiras, que, segundo parece, ainda não deram conta de que estão a acelerar a corrida para o abismo do país desorientado, gastaram milhões de francos para favorecer o acesso ao poder de homens da direita ou da esquerda; estes, no momento oportuno, não poderão deixar de abster-se ou de votar segundo as ordens recebidas.

A única política francesa que se fez nestes meses foi a política eleitoral!

Toda a vida do país ficou em suspenso e assim continua, porque a democracia parlamentar pretende escolher os seus futuros chefes.

Procedeu-se à chamada consulta popular num ambiente de inquietação. As paredes das cidades e vilas da França cobriram-se de cartazes com as ridículas promessas da demagogia destinadas a lograr os ingénuos.

Munida de um mandato, uma assembleia parlamentar, que provoca náuseas aos mais resistentes, vai legislar sem responsabilidade.

Mas o corpo social não pode viver sem cabeça. Por isso tende a reconstituir-se uma certa unidade, embora oculta e dissimulada.

No palco, aos olhos do público, travam-se discussões inflamadas; opõem-se teses patéticas: a imprensa, a rádio, o cinema apelam dia a dia para o povo, único

A MONARQUIA DE AMANHÃ

juiz e soberano. Mas o segredo da sombra cobre os que o conduzem.

O ouro e a inteligência malfazeja têm os seus altares e os seus tribunais sagrados, com acesso unicamente para os iniciados. É no mistério de deliberações desconhecidas da multidão que se decide a sorte da França.

Os interesses mais legítimos, as mais generosas aspirações do povo, são explorados por potências anónimas.

A democracia produz chefes secretos que traem o povo perpétuamente.

Quarenta milhões de súbditos soberanos estão à mercê de minorias ocultas e irresponsáveis.

Um poder que se oculta não é decente nem legítimo.

A repugnância do povo por este regime que o conduz ao suicídio, o ódio às contendidas partidárias em que se sente por vezes a mão do estrangeiro, uma economia criminosa em que o dinheiro e a máquina esmagam o homem e a família, acabarão por provocar a indignação dos mais indiferentes e a revolta dos mais dóceis.

Já se ouve, aliás, rugir a revolta e põe-se a questão do regime.

Enquanto alguns se inclinam para as soluções extremas da ditadura ou da anarquia, que significariam o desaparecimento de todas as liberdades públicas, muitos Franceses, até agora indiferentes, perguntam se o regresso ao princípio monárquico, cujos benefícios ainda recentemente se revelaram em diversos países da Europa, não seria o único meio de garantir à nossa Pátria a estabilidade e a continuidade política a que a Nação aspira.

A Monarquia tem o seu programa no seu próprio princípio; a acção real baseia-se em leis naturais e profundamente humanas, das quais deriva um plano assente na realidade e personificado no Chefe hereditário das famílias francesas.

AO MEU PAÍS

O Senhor Duque de Guise, meu Pai, lembrou que a Monarquia não era um partido. Aos Franceses que tenham no coração o amor da Pátria compete, primeiro, descobrir a estrada real e depois construir.

III

A MONARQUIA PODE SALVAR A FRANÇA

Graças aos seus reis, a França, feita pedaço a pedaço, unificada metódicamente apesar da diversidade das suas regiões, forma um só país. É esta a obra essencial da Monarquia.

Se hoje o receio se apodera dos corações e do pensamento da maior parte dos Franceses, é que eles não vêem no futuro senão discórdias e lutas que vão até à guerra civil.

Visto que todos sentem a premente necessidade de se preocuparem com essa perspectiva, por que se receia consultar a História e indagar o que foi que noutros tempos salvou a França de semelhantes dificuldades e sempre condicionou a sua grandeza e prosperidade?

As nossas instituições políticas paralisaram ou romperam os que alimentavam o sonho de se consagrar ao serviço do país. Tal como o ogre que devora os filhos, a República delapidou os tesouros de força e de talento de que o nosso país é tão rico.

Regime em que ninguém é responsável, ela deixou pulular à sua volta a corrupção e a injustiça. Ela deixou que a vida cara incessantemente se agravasse. Ela deixou perder um a um os direitos que tínhamos adquirido com a nossa vitória. Ela deixou-nos desarmados e sós diante dos perigos que as suas faltas multiplicaram.

A França tem políticos e administradores de valor. O que lhe falta, porque não pode tê-la neste regime, é uma política.

Na França, uma política não pode ser senão *fruto da continuidade, da estabilidade e sobretudo da responsabilidade, não de um homem mortal, mas de uma dinastia.*

A nossa bela e rica França morre da irresponsabilidade que a governa. A anarquia nos espíritos, que opõe os Franceses uns aos outros, leva-os à guerra civil. Quem poderia impedi-lo? Os seus pretensos representantes?

O eleito momentâneo do sufrágio universal é obrigado, para obter a renovação do seu mandato, a servir um aglomerado de interesses particulares cuja soma se opõe muitas vezes ao interesse geral.

Os meus antepassados, pelo contrário, serviram a França, porque o bem público era o seu próprio bem. Na minha família, como sempre, encontra-se a dedicação. Prova-o gloriosamente a história da França.

Queremos substituir as lutas fratricidas pela colaboração, honrar a família, organizar a economia, proteger o trabalho, garantir a cada um a propriedade do que legitimamente adquiriu, restituir a independência à justiça.

Não me cansarei de repetir, com o meu Pai, que a *Monarquia não é um partido*. Se partirmos deste princípio, logo se ordenam na unidade da actividade nacional todas as ideias justas e bons sentimentos. Hoje os partidos monopolizam certos temas que fragmentam as necessidades e aspirações da França. A «direita» é o campeão da defesa nacional, a «esquerda» das reformas sociais, etc. Divisões absurdas que só podem atribuir-se ao jogo das instituições. Nós queremos o bem e rejeitamos o mal. Por isso ignoramos os partidos.

IV

O PENSAMENTO REAL

Importa que todos possam conhecer o nosso pensamento: prosseguindo a sua acção clarividente, já definida nalguns manifestos à França, dignou-se o Senhor Duque de Guise encarregar-me dessa propaganda, submetida à sua alta autoridade. *Questions du Jour*, cuja direcção confiei a Eduardo de la Rocque-Séverac, *Courrier Royal*, órgão da Casa de França, e este livro, expressão do nosso pensamento, mostrarão a todos os Franceses que os descendentes dos Reis que velaram os destinos da Pátria durante cerca de mil anos, tomam parte nas suas inquietações e esperanças.

Só a arbitragem real pode impor silêncio às facções. Por isso, em nome de meu Pai e às suas ordens, tomei a iniciativa de esclarecer os Franceses sobre a nossa Família e a sua vontade de colaborar na restauração do País e quis fazer uma exposição de ideias e soluções reflectidas sobre as questões sociais, económicas e políticas.

Numerosos Franceses, realistas ou não, agruparam-se com o objectivo de procurar uma nova ordem social humana. A nossa acção não se opõe à de tais agrupamentos, mas convém que saibam que a obra construtiva da organização corporativa pertence ao Rei e que só ele pode realizá-la.

Se temos inimigos, são ainda mais numerosos os amigos, conhecidos ou desconhecidos, modestos ou brilhantes, que, de perto ou de longe, nos ajudam e colaboram activamente na nossa obra. A todos exprimimos aqui a nossa gratidão e o nosso profundo reconhecimento.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Conseguimos vencer as dificuldades do exílio agindo directamente. Assim pudemos restabelecer os vínculos que em todos os tempos uniram a nossa Família ao Povo Francês. Juntos trabalharemos de futuro para a restauração e a grandeza da França.

Mostra-se desta maneira que o Senhor Duque de Guise, aceitando, com os direitos que herdou dos seus antepassados, todos os deveres que eles implicam, está pronto a assumir as consequentes responsabilidades, por maiores que sejam, e que também eu quero servir a França, cuja felicidade é o nosso mais ardente desejo porque é a nossa única razão de ser.

Desterrado aos dezoito anos, pesa já sobre mim um longo exílio. Passei-o na fronteira do meu país, abrasado na ânsia de o servir e de me dedicar à minha pátria.

Fiéis herdeiros de uma tradição milenária que nos foi transmitida de pais para filhos, queremos forjar, com o povo, o destino da França.

PRIMEIRA PARTE

A MONARQUIA E O ESTADO

CAPITULO I

TRÊS REGIMES

O mundo contemporâneo, particularmente a Europa, dá, depois da guerra, sinais evidentes de fadiga e de fraqueza.

Quais são as causas desta degenerescência?

As críticas são fáceis, as opiniões divergem, os remédios propostos pelos filósofos, sociólogos e economistas, por muito competentes que estes sejam, ficam muitas vezes no domínio do Absoluto, do Perfeito, do Sobre-humano, ou do mais baixo Materialismo, quando o caminho a seguir devia ser o do Realismo e da Ordem.

Certos países, estorcendo-se na ruína e na desordem, tiveram de improvisar doutrinas e chefes para se salvarem. Estes países escolheram as suas soluções em função das suas características próprias e da urgência que se impunha.

Os sistemas assim erigidos têm contudo o mérito de existir, de polarizar e orientar os espíritos inquietos, de mostrar a possibilidade de uma reacção.

A França, até agora, nada fez e pôde mesmo, sem catástrofe, «dar-se ao luxo» de esperar. Os acontecimentos não a obrigaram ainda a fazer a sua revolução. Um misto de cansaço, de senso crítico e de cepticismo,

de preguiça e de confiança em si, o horror às ideias preconcebidas e aos sistemas absolutos, o sentimento da inutilidade de um esforço reconstrutivo enquanto subsistir o parlamentarismo, explicam perfeitamente essa atitude de expectativa. A França que pensa, espera, para escolher, a sua solução e a sua hora.

Devemos tirar deste facto o melhor partido. Já que beneficiámos da experiência dos outros e tivemos tempo de reflectir, evitemos, se ainda não é tarde, a prova pelo absurdo.

É preciso que entre nós a lógica dos homens preceda os efeitos da lógica das coisas.

Digamos desde já que a situação actual vai muito além de uma crise de produção ou de consumo.

Entendem alguns (e não são dos menos importantes) que a crise económica assinala o fim do actual regime capitalista; este, nos seus grandes meios — os bancos — e nas suas realizações — as grandes sociedades — teria provado a sua incapacidade de resolver os problemas, embora lhes tivesse dado origem.

A solução depende, afinal, da própria constituição da sociedade.

A abrir este ensaio parece-nos, pois, necessária uma visão de conjunto sobre os diversos regimes que se oferecem para guiar os Franceses no caminho da renovação nacional. Um estudo mais minucioso permitirá em seguida encontrar novas razões para adoptar o regime que a razão aconselha.

Se os regimes políticos, considerados em abstracto, são teóricamente imutáveis, de facto o regime reage ao contacto do meio, transforma-o e é modificado por ele. Passa, portanto, por uma evolução. Esta transformação do instrumento é ainda mais importante que a sua textura original.

Que subsiste hoje das noções de Montesquieu sobre

os três regimes: monárquico, democrático e aristocrático? Sofismas, contra-verdades, ilusões.

Montesquieu tinha compreendido e traduzido bem o regime monárquico constitucional, que estudou ao vivo na Inglaterra, mas os seus pensamentos sobre a democracia não estão de harmonia com os factos do nosso tempo. Como todos os reformadores sociais do século XVIII, ao estudar um novo instrumento não podia prever as deformações, provenientes do seu uso, tanto do próprio instrumento como do meio a que ele se applicaria.

Estudaremos os factos como no-los mostra uma observação atenta da história contemporânea. Compará-los-emos com os factos anteriores (com os factos e não com as ideias). Tiraremos depois uma conclusão lógica, abstraindo de dogmas, doutrinas feitas ou ideias preconcebidas. Não façamos intervir o sentimento; averiguemos somente, no decorrer desta análise, se os factos referidos são exactos e se traduzem o que observamos todos os dias.

Um regime vive num meio moral e num meio material. Examinaremos sucessivamente os sistemas políticos em função dos meios em que operam.

Hoje, na Europa, applicam-se três regimes políticos:

— O regime democrático-parlamentar;

— Os regimes autoritários de governo não hereditário, isto é, a ditadura e o colectivismo, que só diferem pela sua organização económica;

— O regime de equilíbrio e de autoridade temperada de governo hereditário: a Monarquia.

Estudemos as vantagens e os inconvenientes destes regimes e a sua repercussão no meio moral e material para mostrar a superioridade prática da Monarquia.

I

O REGIME DEMOCRATICO-PARLAMENTAR

«A democracia, no fundo, não é mais do que a idolatria do indivíduo considerado isoladamente» (Maurras).

Será este regime a democracia de Rousseau, o governo pelo povo?

Como o cidadão não pode exercer directamente os seus direitos de soberano, delega-os em assembleias políticas que fazem leis em nome dele e vigiam a sua execução. *É o regime parlamentar, mas não é ainda o parlamentarismo.*

Considera-se que esta representação não modifica de modo algum a vontade política do corpo eleitoral: é uma engrenagem intermédia que transmite a força sem lhe mudar a direcção.

Quando a colectividade excede um milhar de pessoas, a fórmula torna-se inaplicável.

Um grupo de indivíduos eleitos pelo povo que não tem a liberdade de escolher (a «livre eleição» molda-se no quadro das organizações partidárias) faz as leis para seu uso e no interesse da classe que representa. Este «parlamento» executa-as por intermédio de um conselho (o governo) recrutado dentro dele, que deve subordinar-se inteiramente às suas indicações e às dos grandes interesses económicos que fazem pressão sobre as comissões pela corrupção pecuniária.

Por outro lado, estes representantes da nação arrogam-se cada vez mais a administração da Justiça.

Que fica do ideal apresentado por Montesquieu sobre a separação dos três poderes (legislativo, executivo e judicial)? Nada. Ditam a lei oligarquias organizadas

para a exploração pecuniária dos cargos públicos. *O cidadão só tem uma liberdade: votar de quatro em quatro anos; um direito: pagar impostos cuja paternidade renega; uma ilusão: crer ainda na realidade da sua parte de soberania; uma obrigação: o serviço militar obrigatório, de invenção democrática.*

Mística democrática

É a mística igualitária. O homem é um ser de razão, semelhante a Deus. Os Deuses são iguais, os Deuses são livres. Logo, que não haja qualquer entrave à sua livre expansão. A mística democrática faz de um anão um Deus, coloca-o num pedestal (a sua razão onipotente), adula-o, adora-o, admira-o. Depois disto, por que não há-de o eleitor entender que se deve tomar a sério?

A Democracia e a natureza humana

A natureza humana é um complexo de instintos anti-sociais e de razão. Esta mostra a utilidade da sociedade. Os instintos — egoísmo e orgulho — eram antigamente dominados pelos constrangimentos que a sociedade cristã impunha para a sua melhor conservação. A democracia explorou as más inclinações inatas no ser humano e aboliu os constrangimentos, utilizando para isso o individualismo do homem e divinizando a sua razão. *Ela esqueceu que o indivíduo é insociável por natureza e sociável por necessidade.* Como a necessidade subsiste, a democracia, libertando a natureza, conduz a uma terrível contradição.

A Democracia e os quadros sociais

Para transformar o homem em indivíduo, a democracia isola-o dos quadros secundários que fazem dele um elemento de um grupo mais do que o cidadão de uma nação. A democracia destrói a corporação, depois enfraquece a família (regime jurídico e fiscal antifamiliar) e por fim ataca a religião. A palavra democracia torna-se sinónimo de «guerra aos padres». Vinte anos da nossa República passam-se a combater a influência religiosa sobre a consciência humana. Os resultados são pavorosos. A *solidão* humana, fruto destes esforços perseverantes, e as necessidades económicas obrigam os homens a procurar novos quadros para que não se sintam isolados.

Explorado pelos socialistas, favorecido pela ausência de hierarquia, este estado de coisas conduz ao antagonismo, à luta e, finalmente, ao ódio de classes. Os sindicatos operários e patronais afrontam-se como inimigos.

Empresa difícil de que a democracia pode orgulhar-se. Ao auxílio mútuo substitui a concorrência estúpida; à união, o feroz egoísmo; aos vínculos dos grupos naturais, os grilhões dos clãs tirânicos, valhaçouto e conjunção dos mais sórdidos apetites. *Tornando mais vivas as desigualdades, pela sua mística da igualdade, a democracia abriu um fosso moral intransponível entre os homens.*

Democracia e regime administrativo

A República é levada inevitavelmente a centralizar. Tendo destruído os interesses colectivos, precisa de um poder muito forte para manter a coesão artificial dos interesses individuais. Depois de retalhar as províncias, substituindo-as por departamentos e aniquilando o espí-

rito regional, centraliza para tornar mais apertadas as ligações com a sede do governo.

Esta centralização administrativa é reforçada pela organização sindical vertical, que realiza a centralização económica. *Assim, o corpo flexível, vivo, articulado, que era a nação, é substituído por um mecanismo rígido, complicado e dispendioso, que bem pode acabar por suscitar criminosos autonomismos.*

Democracia e estrutura económica

Em boa lógica, a democracia devia escolher a estrutura económica liberal. Contudo, depois de suprimidas as corporações, a sua política comercial nunca foi liberal. A Convenção, inconsequente consigo própria, foi ultraproteccionista.

A Terceira República, inicialmente, recusa-se a intervir na organização económica, dentro da pura doutrina do «laissez faire-laissez passer». Depois, sob a pressão das realidades, o Estado autoriza os sindicatos, cujos poderes aumenta progressivamente. Por último e perante a «dura necessidade» dos factos, intervém cada vez mais na economia, pelos monopólios, pela fiscalização e hoje pela ingerência directa. Em regime económico liberal, a oferta e a procura equilibram-se automaticamente, quando se obtém o melhor preço para todos, contanto que somente as leis naturais determinem esse preço. A exercer-se uma intervenção artificial sobre a oferta, a procura e o preço, o mecanismo falha.

Autorizar as uniões de produtores é matar o regime liberal destruindo as suas vantagens. O desequilíbrio consequente prejudica sempre os consumidores e a classe operária.

O Estado, que não pode intervir com eficácia numa estrutura económica de tal modo dispersa, assiste, impo-

tente, à exploração das massas. No entanto, as suas intervenções fragmentárias, embora ineficazes e mesmo contraproducentes, custam caro.

Em que situação nos encontramos actualmente? Economia paralisada e incapaz de se restabelecer, preços superiores ao nível mundial, a fortuna nacional diminuindo alguns biliões por ano, o orçamento desproporcionado à capacidade tributária do país e o regime manifestamente incapaz, enquanto for consequente com a sua ideologia, de remediar tal estado de coisas. *Eis o dilema: ou a República se mantém democrática — e é a falência; ou se resolve à ditadura de um ou de alguns homens — e já não é a Democracia.*

Democracia e bem-estar social

Em princípio, a democracia garante o maior bem-estar para todos. Vejamos os factos: o *standing* de uma nação depende do rendimento de cada um. Ora o regime liberal, assim que surge, provoca uma diminuição maciça da remuneração da classe operária.

Por outro lado, os impostos muito pesados e a conservação de um exército de funcionários, sustentáculo do regime, reduzem os rendimentos da massa.

A democracia, em princípio, é demófila. Na realidade não o é. A própria natureza dos factos se opõe a isso. Procurando nivelar por baixo, o nivelamento faz-se pelo mais baixo.

II

REGIMES AUTORITÁRIOS SEM GOVERNO HEREDITÁRIO

A nação obedece a um homem ou a um Directório que detém o poder legislativo e executivo. O Estado apoia-se num partido poderoso, que enquadra a nação.

Com estas características comuns, distinguem-se, no entanto, os regimes de propriedade individual (Itália, Alemanha) do regime em que a propriedade está colectivizada (U. R. S. S.). *Designam-se os primeiros por ditaduras, o segundo por comunismo. O facto é que ambas as organizações políticas são ditaduras e apenas divergem no seu estatuto económico.*

Este autoritarismo deve recorrer a uma mística para elevar os homens acima de si próprios e fazê-los servir a causa do partido que detém o poder. O partido assimila pois o interesse nacional aos seus objectivos.

Assim, para os fascistas, o futuro do país e os superiores interesses da nação confundem-se com os superiores interesses do partido. Estaline confunde a melhor política russa com a melhor política comunista.

Ora um partido, por muito «nacional» que seja, tem interesses particulares a defender, que se opõem, em maior ou menor grau, ao verdadeiro interesse nacional.

Para que tal regime subsista, é indispensável que se realize uma das seguinte condições:

1.º O governo deve ser apoiado ao menos por metade do país, se o adversário for decidido e estiver organizado (é o caso de Hitler quando alcançou o poder);

2.º Ao ditador basta um punhado de partidários quando a nação está apática e lhe dá o seu consentimento tácito (Mussolini no momento da marcha para Roma);

3.º O governo ditatorial deve insuflar na maioria dos cidadãos a mística necessária para os atrair à sua orientação (obra de Mussolini de 1922 a 1927).

Mística ditatorial

Um homem, apoiado num partido, conquistou o poder, dominando pela força e surpresa os seus adver-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

sários. É um estado transitório. Segue-se a necessidade de transformar o adversário em partidário ou de o fazer comungar com os partidários no mesmo amor a uma doutrina ou ideia. É a antítese da mística democrática, pois constringe o homem em vez de o libertar.

Em ditadura a liberdade traduz-se na obediência voluntária a um constrangimento penoso. Desta maneira, os italianos ou alemães que não sejam fascistas ou hitlerianos não são livres, são tiranizados.

A mística escolhida depende do temperamento nacional, mas deve resumir-se sempre num nacionalismo exacerbado (o racismo na Alemanha levou ao chauvinismo; o jingoísmo na Inglaterra provocou um movimento nacionalista).

Ditadura e natureza humana

A ditadura combate os instintos egocentristas sobrepondo-lhes sentimentos fortes: nacionalismo, racismo. *Mas os instintos são eternos, ao passo que estes sentimentos exacerbados não o são. O afrouxamento da tensão que comprimia os instintos e o desgaste da ideia são para um regime desta ordem um perigo tão grande como a morte do ditador.*

Ditadura e quadros sociais

As ditaduras são totalitárias por necessidade. Podem restabelecer quadros secundários, *mas como a sua autoridade não é legítima, receiam sempre que esses quadros se voltem contra ela.*

Mussolini fortalece a família e restaura o espírito corporativo, mas ao mesmo tempo intervém no mecanismo corporativo. Hitler defende a família, mas nacionaliza a religião e enfraquece o particularismo dos *Länder*.

TRES REGIMES

O Estado Russo, pela estrutura económica que impõe, deve suprimir todos esses quadros que podem tornar-se centros de revolta. Mas como ele só representa uma minoria, precisa de uma força a enquadrar as massas, mantendo pela violência a sua coesão e o seu lealismo. Esta força será a do partido comunista, no qual muitos se filiaram mais por necessidade que por convicção (vantagens materiais, cartas de alimentação).

Ditadura e regime administrativo

Como as ditaduras só vivem pela mística que impuseram, *qualquer particularismo pode dissociar a unidade desse espírito.* São forçadas, por conseguinte, a uma obra de centralização administrativa, comprimindo o país na rede dos funcionários do partido que conservam e difundem o bom espírito. Mussolini centraliza, Hitler suprime as últimas prerrogativas dos Estados.

Ditadura e estrutura económica

1.º *A propriedade individual é respeitada.* O ditador, quando chega ao poder, encontra uma economia em crise, o que permitiu o êxito do seu golpe de Estado. Então trata de a disciplinar completamente, para agir em seguida com todas as forças do Estado. Intervém, porque teme as reacções das poderosas corporações. Mussolini põe três fascistas em cada corporação.

A Câmara das Corporações realiza, para todos os ramos da corporação, a mesma disciplina económica que se aplica dentro de cada corporação profissional. O Estado intervém a fundo para defender os interesses nacionais.

Mas a ditadura, para conservar a sua mística, deve empreender elevadas despesas de guerra, desproporcio-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

nadas com a capacidade tributária do país, e pagar ao partido, única coluna do Estado.

2.º *Propriedade colectivizada.* A propriedade individual é suprimida. Desaparecem os prémios que recompensam a humana actividade: o lucro, o interesse, a esperança de poupar.

Primeira consequência: O Estado torna-se um monstro económico, com o exclusivo da produção e da repartição. A máquina burocrática para isso necessária absorve os benefícios obtidos com a integração económica. A menor avaria tudo se desmorona, pois cada parte depende estreitamente de todas as outras.

Todos sabem que a insuficiência dos meios de transporte embaraçou extraordinariamente a realização do plano quinquenal.

Segunda consequência: Com a supressão do atractivo do interesse, os homens trabalham o mínimo e o rendimento económico é muito baixo. Se se der ao homem um nível de vida igual ao nível mundial, a nação ficará arruinada em pouco tempo. Nesta economia de enormes despesas gerais e de rendimento ínfimo, *o homem está condenado à miséria, para que se restabeleça o equilíbrio entre o custo da produção e os preços de venda internacionais.*

Fazem-se esforços na U. R. S. S., com o novo plano quinquenal, para que aumente o nível de vida. Se tal se conseguir, os dirigentes depressa verão que a sua economia é demasiado cara para lhes permitir o luxo de concederem aos proletários um nível de vida igual ao que existe nos países europeus.

Terceira consequência: A agricultura é arruinada. Com efeito, *colectivizar a terra é suprimir o camponês.*

Depois do período de colectivização total de 1918 a 1921, o governo comunista teve de retroceder para evitar a fome geral. Instaurou então a N. E. P.,

TRÊS REGIMES

economia mitigada, que garante ao camponês a propriedade das suas terras e dos seus animais. O plano quinquenal, porém, traduziu-se por uma intensa colectivização da agricultura (1).

Ditadura e bem-estar social

Sabemos como são caras as ditaduras. Por isso não podem aumentar o bem-estar das massas. *Estas, fanatizadas, contentam-se com pouco*, mas o fanatismo é passageiro. Na Alemanha, o nível dos salários operários teve uma diminuição de 21 % desde a instauração da ditadura nacional-socialista.

Do bem-estar das massas em regime comunista é escusado falar. Bastam para nos convencer as notícias que chegam da Rússia.

III

A MONARQUIA

O Rei governa. O Poder Legislativo pertence-lhe de direito, mas ele delega uma parte em corpos eleitos que representam os interesses económicos e sociais da nação. A sua autoridade legislativa, porém, mantém-se para tudo que diga respeito ao interesse geral da nação, superior aos interesses particulares. Como o interesse nacional está frequentemente em contradição com a soma dos interesses particulares mas *se identifica por natureza com o da sua casa, da sua dinastia*, o Rei é o juiz da distribuição do poder legislativo.

(1) Resultados: de 1913 a 1932 o gado bovino passa de 66 milhões para 30 milhões de cabeças, o ovino de 113 milhões para 47 milhões.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Livre das preocupações, democráticas ou ditatoriais, da reeleição ou da morte, ele permite ao Estado o máximo de estabilidade, de continuidade e de liberdade. Ao mesmo tempo garante a independência da Justiça.

A Monarquia não necessita de mística, se por esta palavra se entende a crença imposta pela persuasão autoritária de um partido. Basta-lhe que a sua legitimidade seja reconhecida. A crença monárquica deve ser natural e espontânea. Não é a mística de um partido, mas sim a de um princípio. O interesse prático desta diferença é grande. *Manter princípios é menos oneroso que sustentar um partido.*

É óbvio que será preciso um período transitório de readaptação para reconstituir no homem um novo espírito. Passada esta fase, o Estado não terá necessidade de conservar uma hipertensão que nos parece doentia e de que as ditaduras não podem prescindir, visto que os seus direitos se baseiam nos interesses adquiridos e não num princípio.

Monarquia e natureza humana

Em Monarquia, os instintos são refreados pelas disciplinas dos grupos que é preciso restabelecer. *Estes grupos — religião, família, região — são eternos, enquanto que os homens passam. O seu poder é pois infinitamente maior que a revolta dos egoísmos.* Além disso, gastam-se menos rapidamente do que uma ideia, por terem uma base material em que se apoiam.

Monarquia e quadros sociais

A Monarquia deve restituir os Franceses aos seus quadros, nos quais encontrarão as disciplinas morais que explicam a utilidade da hierarquia, da subordinação e

TRÊS REGIMES

da autoridade única. *Restaurar o espírito de família e reconstituir o espírito realista.*

Deste espírito derivará um sentimento comum, como, por exemplo, o patriotismo.

Monarquia e regime administrativo

Porquê reear os particularismos? A própria concepção que o Rei faz da economia conduz ao regionalismo, pois ele concede maior liberdade aos representantes da economia no quadro da região económica.

Administrativamente, a Monarquia pode descentralizar, pois ela não teme as dissociações que ameaçam as Repúblicas fracas (exemplo da Espanha). Além disso, a Monarquia não precisa, como a República, de um milhão ou mais de funcionários para garantir as eleições. E esta rede burocrática, até pela preocupação do seu emprego, é uma fonte de centralização.

Monarquia e estrutura económica

O programa económico da Monarquia é o corporativismo regional e nacional, com a fiscalização e vigilância do Estado; fiscalização, mas não ingerência nem intervenção. A corporação regional confere à economia maior elasticidade e permite-lhe que se adapte melhor às diferenças entre as regiões. Este regime é menos caro e dá mais liberdade aos interesses económicos. Ainda que o princípio o não permitisse, recomendá-lo-ia a necessidade: desde que se priva o cidadão de um irrisório direito de voto, é preciso dar-lhe qualquer direito real de gestão. *É indispensável que ele se sinta chefe ou elemento activo de um organismo nacional. Esse direito será muito menos fictício que o primeiro.*

A MONARQUIA DE AMANHÃ

A Monarquia tem todo o interesse em ser demófila

As massas beneficiam com a existência de quadros políticos menos onerosos e com uma estrutura económica que regule com mais equidade as relações sociais. Por outro lado, a colaboração na produção, a harmonia nas relações sociais, a ausência de estereis lutas políticas e nefastas lutas de classes, *aumentam o rendimento económico geral e elevam, portanto, o nível de bem-estar de cada um.*

IV

CONCLUSÕES

Sob a crescente pressão do egoísmo dos interesses humanos, interpretados e explorados por intelectuais e filósofos, as disciplinas que outrora se impunham aos homens desapareceram umas após outras. O objectivo confessado ou desejado — a igualdade de todos num regime democrático — não se atingiu em parte alguma. *Se, foi conquistada a igualdade política, as desigualdades sociais acentuaram-se.* Tentou-se um esforço para uniformizar o meio social isolando todos os seus membros, de cada um dos quais se faria uma unidade social. Mal tinha começado a sua realização, intervieram as leis naturais e voltaram a formar-se grupos ou oligarquias dentro do Estado.

Sob este aspecto, a liberdade e igualdade dos homens em democracia é um mito. *Coexistem oligarquias de influência variável, a cujas ordens obedecem os seus aderentes.*

Por sua vez, o Governo ideal transformou-se num círculo de algumas centenas de exploradores que vivem, apoiados por milhão e meio de militantes, funcionários

TRÊS REGIMES

e grandes eleitores, à custa de trinta e nove milhões de habitantes. A conclusão lógica deste regime é o socialismo de Estado.

As suas desordens, as suas consequências na ordem moral e nacional, provocaram nos diferentes países uma reacção violenta do patriotismo exaltado, que se traduziu pela restauração da autoridade, a reorganização da economia, a supressão da luta de classes e o restabelecimento dos valores morais.

No entanto, uma vez mortos Hitler ou Mussolini, que acontecerá? Por outro lado, pode-se amordaçar um povo ou tê-lo em estado de excitação passional durante um século? Será preciso soltar as rédeas, embora os chefes ainda estejam perante as mesmas dificuldades do princípio da sua experiência, diante dos mesmos instintos anti-sociais que, reprimidos durante muito tempo, irromperão com maior violência.

A Monarquia concilia as vantagens reais do regime autoritário com as que resultam da legitimidade da autoridade.

Praticamente, o indivíduo não pode ser soberano. *O governo de si próprio e da sua casa já lhe dá bastante trabalho.* No entanto, há sessenta anos que a maioria das pessoas não discute este regime que julga intangível porque legítimo, da mesma maneira que foram precisos alguns anos de República aos republicanos de 89 para que perdessem por completo os seus reflexos monárquicos.

A Monarquia

— Restaura os valores morais de que os homens tanto carecem;

— Reorganiza a economia no quadro corporativo e nacional;

— Confere aos grupos e às profissões a gestão dos seus interesses, sujeita à sua fiscalização superior;

A MONARQUIA DE AMANHÃ

— Descentraliza administrativa e economicamente, dando maleabilidade ao funcionamento das instituições e reduzindo as despesas gerais;

— A política é reservada ao Rei (representante do Estado) que, por ter independência e estabilidade, pode proceder como «pai de família», procurando sempre a melhor solução, não momentânea mas absoluta, como o pai que pensa incessantemente no futuro dos filhos.

A Democracia vive para o dia-a-dia, sem olhar ao futuro;

A Ditadura só pensa no dia seguinte;

A Monarquia resolve o presente e prevê o futuro.

CAPÍTULO II

A REFORMA DO ESTADO

«Nous qui voulons toujours raison garder.»

Há vinte anos que uma revolução em profundidade anda a transformar os homens e os valores e está subvertendo as próprias coisas. Na França, contudo, ainda há quem se alimente da doutrina jacobina, enquanto outros continuam a venerar os mandamentos egoístas do grande período do liberalismo.

Os partidos, prisioneiros de programas caducos, propõem fórmulas ultrapassadas pela vida.

Algumas potências financeiras agarram-se desesperadamente ao liberalismo económico e político, a que devem a fortuna; outros, trasbordantes de ideias novas, propõem um corporatismo autoritário, com pinceladas de paternalismo, esperando com ele submeter o operário e manietar as classes médias.

Outro sector é constituído por homens que antigamente tinham por Credo a destruição do regime e que hoje se fizeram hipòcritamente seus defensores encartados; esses arvoram-se em campeões oficiais da democracia com tudo o que ela significa: onnipotência do dinheiro, submissão da Justiça.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

O seu único plano de ataque tem como eixo a luta de classes e condena-as, por isso, a batalhas estéreis e intermináveis.

Entretanto, também há Franceses animados por um ideal. Falta-lhes, todavia, um plano renovador, parecem paralisados, não transpõem o círculo dos lugares-comuns, por não se atreverem a tocar em instituições que julgam santas ou imutáveis.

Estas, porém, continuam a oferecer à cólera e ao desprezo do povo um parlamentarismo irresponsável, conservador de si mesmo, mas destruidor e corruptor do país inteiro.

Assim a ditadura mais injusta e mais cruel é a da democracia parlamentar em falência.

Firmado nos apetites que suscita e multiplica até ao infinito, o «Estado perdulário» já não pode saciar os seus fiéis; arruinado o Tesouro público e aterrorizados os capitais particulares, por força de inelutáveis necessidades, o benfeitor, transformado em tirano, fere às cegas e exige sacrifícios, ao sabor de uma fantasia apressada que não reconhece as precisões nem os méritos daqueles a quem espolia. A urgência que se impõe leva a tomar providências, com as quais se procura, à custa do particular, restabelecer o equilíbrio do orçamento do Estado. Os impostos crescem e a sua quota-parte no preço das coisas aumenta em detrimento da remuneração do trabalho.

Teria sido mais razoável modificar as leis orgánicas, pois são elas as causas primárias do «deficit».

Assim, a revogação da lei dos seguros sociais só é desejável desde que seja instaurado o regime corporativo verdadeiramente social que postula a Monarquia; e o abandono dos monopólios ruinosos para a economia pública levaria um Estado socializante à sua perda.

Por isso o regime sacrifica os particulares à sua

A REFORMA DO ESTADO

existência vacilante e desta maneira é conduzido às piores aventuras. Pelas suas leis sociais, muito caras e sem proveito para os beneficiários, pela sua fiscalidade que seca as fontes da riqueza, pelos seus monopólios ruinosos, pelos seus funcionários em número excessivo, pelo seu parlamentarismo autocrático, o Estado republicano insurgiu-se contra as *realidades francesas*.

I

CULPAS DO ESTATISMO

Donde vem o mal?

Deve-se em grande parte ao monstro devorador que é a centralização estatista. A *responsabilidade* e à *independência* do chefe, de todos conhecido, que governa à luz do dia, o estatismo substituiu o *anonimato*.

A tendência para centralizar, que é muito antiga, manifestou-se sucessivamente no campo político, no domínio administrativo e cultural e, de há cem anos para cá, no económico.

Esta evolução para a unidade e a uniformidade provocou e provoca resistências provinciais, reacções exageradas (o que se compreende) e controvérsias doutrinárias, uma vez que o mundo intelectual se divide em unificadores apaixonados e regionalistas entusiastas.

A centralização foi particularmente sistematizada nos últimos quarenta anos. Os abusos que ela origina tornaram-se tão revoltantes que o problema passou do plano da dissertação teórica entre especialistas doutrinários para o das controvérsias práticas entre homens de acção, cujas actividades são muito cerceadas com o actual estado de coisas.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

É pois da maior importância fazer o ponto e sopesar os argumentos a favor de uma descentralização geral, avaliando os meios de que ela disporia e os obstáculos ou apoios que encontraria.

Há centralização política quando todos os poderes necessários ao governo de um Estado se reúnem nas mãos de um homem ou são exercidos por uma assembleia.

A agregação de pequenos Estados, de províncias, ligados entre si por virtude da força ou de contratos, constitui uma nação.

Se os laços que unem os elementos constitutivos do país são pouco apertados, se os Estados ficam com uma certa autonomia, a nação vive em regime federalista.

Os reis que fizeram a França procuraram, todos eles, centralizar politicamente. Retendo completa autoridade governamental sobre as províncias que aumentavam o domínio da Coroa, constituíram uma França forte, dando-lhe um avanço de um ou dois séculos em relação a todos os países do continente.

É verdade que a monarquia tendeu também a centralizar administrativamente, reduzindo a autoridade das assembleias provinciais para aumentar a dos governadores de província e dos Intendentes.

Ela teve contudo a habilidade de não legislar sistematicamente contra os costumes provinciais.

Assim, quando as assembleias redigiam os «costumes», a presença dos funcionários reais dava-lhes carácter oficial, mas só os representantes da província podiam, de facto, modificá-los.

As províncias eram ainda muito vivas em 1789.

Prova-o o facto de o princípio da revolução ter sido assinalado por um movimento de emancipação das regiões naturais, que poderia designar-se por federa-

A REFORMA DO ESTADO

lismo, o qual se malogrou. Estas províncias, de que às vezes se nega a existência e que não devemos confundir com as divisões militares, religiosas ou administrativas, tinham os seus limites ideais fixados por um complexo de hábitos comuns e de relações económicas, por uma comunidade étnica e por afinidades geográficas.

Elas constituíam pois uma realidade que era o produto de quinze séculos de história e se impôs aos legistas da Constituinte. Quando se sabe que estes tiveram o facto em consideração nas discussões que precederam a divisão da França em departamentos, torna-se claro que o princípio de aplicação devia ser falso, uma vez que os resultados descontentaram a maioria dos Franceses.

Não seria responsável por isso o regime político?

A democracia subsiste graças a uma completa centralização administrativa. Com a declaração de que todos os homens são *iguais*, aboliam-se no papel as diferenças de carácter, de temperamento, de formação, de aspirações, que distinguem os Franceses de cada região e legislava-se para um francês *standard*, sem consideração alguma pelos costumes e tradições provinciais.

Com a declaração de que os homens são *livres*, favorecia-se o aparecimento dos germes do separatismo, que dormitavam havia muito no fundo dos corações, enterrados sob uma espessa camada de três ou quatro séculos de vida comum. Se a democracia deu origem ao princípio das nacionalidades e ao direito dos povos a disporem de si próprios, não admira que ela origine também tentativas de separatismo e exalte as nacionalidades provinciais.

Para evitar a decomposição da França, os Jacobinos, que nesta época tinham sentido nacional, aplicaram uma centralização administrativa absoluta.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

A França, que até então tinha um cérebro político e vários corações, foi transformada num corpo imenso, com um único coração, situado em Paris, que enviaria os glóbulos brancos e vermelhos, na forma de prefeitos e subprefeitos, a todas as extremidades.

O direito de fiscalização das assembleias locais nos assuntos da sua jurisdição passou a ser quase nulo.

A lei de 1884 abrandou a tutela imposta às comunas. Os seus resultados eram uma segura indicação de que devia perseverar-se no caminho aberto por ela.

Infelizmente, porém, as recentes descobertas científicas, que suprimiram as distâncias, favorecem a administração de todas as questões nacionais em Paris. O telefone incitará sempre os prefeitos, ainda que eles não sejam timoratos por natureza, a pedir a propósito de tudo a opinião das repartições do ministério.

O envelhecimento do regime democrático agravou estes inconvenientes por duas vias: o sistema eleitoral e o funcionalismo (coisas que aliás estão ligadas).

A França tornou-se feudo de sessenta mil grandes eleitores, militantes, etc., que fazem as eleições e, portanto, o Parlamento e as leis.

Esta nova aristocracia da urna tem uma única finalidade: o triunfo do partido para obter as prebendas e vantagens inerentes à posse do poder.

O interesse da região é ignorado e esta rede, que abraça a França inteira, agrava ainda mais os malefícios da centralização administrativa.

Temos uma imagem deste desvio da política nos congressos radicais, em que se reúnem provincianos de toda a parte e nos quais se trata somente dos problemas de alta política, sem que uma única vez se discutam os problemas regionais.

O meio ideal de recompensar o eleitor influente e dedicado consiste em empregar os amigos à custa do

A REFORMA DO ESTADO

Estado ou em votar uma lei que lhe permita receber um vencimento inscrito no orçamento e cuja aplicação exige a nomeação de novos funcionários.

Assim, a centralização é uma das causas profundas da plétora burocrática, do estatismo e da sua primeira consequência: o socialismo de Estado.

No plano económico, de que adiante voltaremos a ocupar-nos, a centralização não é menor, mas aqui a responsabilidade do homem tem atenuantes.

Outrora o artesanato, muito desenvolvido nos meios rurais, dava a numerosas províncias completa homogeneidade económica.

A monarquia tinha procurado unificar a regulamentação da economia, tornando extensivas a toda a França as regras corporativas. No entanto, as ordens régias não se aplicavam quando violavam os factos naturais, e por isso em caso algum havia dano para a economia.

O desaparecimento das corporações, a descoberta de Watt e os caminhos de ferro transformaram a estrutura da economia francesa.

Suprimindo as corporações, a Assembleia Legislativa instaurou o reinado da concorrência desenfreada.

Desde que a grande indústria, graças à máquina a vapor, pôde concentrar-se à volta das minas ou perto dos lugares de consumo, o artesanato da província foi condenado sem remissão.

Quantas destas produções industriais, que enriqueciam certas cidades ou ocupavam os ócios dos camponeses, desapareceram diante da concorrência de objectos fabricados em grande série, a preços de custo menos elevados!

O caminho de ferro favoreceu, por duas maneiras

A MONARQUIA DE AMANHÃ

conexas, a confluência das actividades para alguns lugares privilegiados:

— Por um lado, a rapidez dos transportes leva muito longe o raio de acção da grande fábrica ou do grupo de indústrias que beneficiam de excelentes condições naturais: a concorrência vai a toda a parte, a distância já não basta para proteger o pequeno artista;

— Por outro lado, o caminho de ferro é um grande tentador que suscitou tantas vocações urbanas como a atracção dos empregos públicos.

Mas não as suscitou só por si. A centralização demográfica, o êxodo dos campos para as cidades (sobretudo para algumas cidades), é talvez favorecido pelo deputado que arranja em Paris, para o seu eleitor, um lugar de empregado nos correios; pela via férrea, que incita à partida; pela concorrência das grandes fábricas, que fez desaparecer a oficina familiar. Não o favorecem menos a tibieza espiritual, o desejo de maior bem-estar, de gozar um pouco da vida da cidade, essa vida que se diz tão plena e total. O burgo provinciano ou a exploração agrícola já não têm horizonte. Todos se sentem ali sufocados. O horizonte ideal, em que se sonha, é constituído pelo cinema, Montmartre e os Boulevards. As ocupações burocráticas ou a sinecura do funcionário são preferidas ao rude trabalho dos campos.

Se fizermos o ponto, verificaremos que tudo, na França, está integralmente centralizado. A população geral não aumenta, mas a das grandes cidades aumenta regularmente.

Todos os dias morrem na província ofícios locais. Os interesses regionais já não participam na gestão dos problemas que lhes dizem respeito imediatamente. Tudo se debate, tudo é talhado e determinado em Paris, ou por uma pessoa ida de Paris, que no dia seguinte

A REFORMA DO ESTADO

partirá para o outro extremo da França, onde continuará, com a mesma indiferença e a mesma incompetência, a sua honrosa carreira de funcionário.

Que o queira ou não queira, a França, por esta centralização anónima e inumana, está de facto socializada.

Praticamente, o socialismo traduz-se pela estatização das indústrias — onde já estamos —, e a dos bancos e dos seguros — para onde vamos. O instrumento da socialização é o *deficit* orçamental que, pela desvalorização ou pela deflação, cerceia os patrimónios privados, em proveito, não do património — palavra que já não tem sentido —, mas do orçamento público.

Quando o Estado se apodera, por processos legais ou revolucionários, da riqueza dos particulares, estamos em regime socialista. É uma questão de «mais» ou de «menos», uma questão de grau, não de natureza.

Quer se trate do trabalho quer do dinheiro, o regime democrático e parlamentar faz socialismo cada vez mais acentuado e acelerado, de um lado pelos seus organismos económicos e monopólios, do outro pelos impostos. Desta maneira confisca em seu proveito o que não lhe pertence de direito natural, lesa a indústria privada e destrói os patrimónios familiares.

Depois de ter destruído, deve assistir. Os biliões que se distribuem em subvenções e pensões infinitesimais são substância francesa desperdiçada, deitada ao vento. *O Estado fabrica miséria para em seguida ministrar assistência.* Que loucura! O povo sente confusamente este erro e esta humilhação. Estou a ouvir o seu clamor pela justiça e pela honra de um destino livre.

Certos programas, que ainda há pouco tempo eram numerosos, advogam o regime da facilidade que transforma cada Francês em credor de um Estado distribui-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

dor de prebendas, de pensões, de empregos inúteis e de fundos públicos.

Outros querem restituir aos meus compatriotas o gosto do trabalho produtivo e o amor ao ofício manual, pois sabem que o Estado é obrigado a pagar as suas despesas com uma parte dos rendimentos agrícolas, industriais e comerciais da nação.

Quando a França era muito rica e a prosperidade económica multiplicava as trocas, esses encargos podiam suportar-se. A situação agora é diferente. A guerra custou centenas de biliões, a crise grassa por toda a parte, o imposto esmaga o produtor e o Estado já não pode fazer face a todos os seus compromissos. Os próprios partidos, quando chegam ao poder, são obrigados a renunciar às antigas prodigalidades, assim desengando os que tinham sido atraídos pelas suas loucas promessas.

Hoje o Francês compreende que se iludiu a si mesmo, descobre que o Estado não é um cofre inesgotável, reconhece que sem esforço não há existência digna, pressente confusamente que *a realidade primordial é a profissão* e não a «célula», a «comissão», ou a «secção».

Em primeiro lugar pede trabalho para sustentar a família e não morrer de fome. Descobre então toda a sua miséria, que se deve à circunstância de viver completamente isolado, porque a profissão não é protegida.

Assim vão os factos impondo a sua lei. Por isso, muitos são já os espíritos que reencontraram as verdades de outrora.

Por entre a deformação dos partidos, por entre os enquadramentos políticos e as suas proclamações de combate, eu distingo bem o sofrimento *comum*. Atrás dos agitadores vejo o povo francês, magnífico povo que o regime divide em irmãos inimigos. Enganam-se

A REFORMA DO ESTADO

uns nas suas esperanças comunistas, outros nas suas esperanças republicanas.

No fundo o erro é o mesmo. A verdade está na reforma política. Só a Monarquia pode realizar esperanças que são legítimas, mas têm sido mal orientadas.

II

REMÉDIO: DESCENTRALIZAR, RESTAURAR O ESTADO NA SUA COMPETÊNCIA PRÓPRIA

O problema é claro.

Em poucas palavras consiste a sua solução.

O regime anquilosou-se em fórmulas rígidas e codificadas. Modificá-lo ou adaptá-lo à vida moderna é impossível. Para que a vida social e económica do nosso país progrida e evolucione é preciso um regime que o permita: *o eixo desse regime é o Rei*. Sob a sua autoridade e responsabilidade poderá funcionar um sistema flexível, com a necessária variedade de formas profissionais e regionais, que permitirá o desenvolvimento das actividades novas e protegerá as legítimas liberdades individuais e colectivas.

É preciso pois:

Restituir ao Estado as suas verdadeiras funções, desembaraçando-o das outras, e pôr termo ao erro de se confundir a força da colectividade nacional com a multiplicidade das suas atribuições.

Os regimes democráticos são centralizadores. Os regimes ditatoriais são totalitários.

Ambos tentam alcançar na multiplicidade o que lhes falta em unidade.

O Estado forte não é nem pode ser o Estado que tudo tome à sua conta. Só terá força quando se rein-

tegrar nas suas funções próprias e a competência na sua ordem não for repartida.

Um país só poderá considerar-se realmente livre quando o poder público estiver reduzido ao mínimo indispensável: segurança interna e externa, justiça imparcial, finanças públicas sãs.

Todos os esforços da Monarquia tendem precisamente para este objectivo: libertar os produtores da invasão estatista irresponsável; libertar o Estado da invasão dos partidos políticos igualmente irresponsáveis.

Numa palavra, o nosso primeiro trabalho consistirá em «desestatizar» o Estado...

Como consegui-lo?

Em primeiro lugar realizando uma descentralização material, jurídica e moral.

É uma ideia em marcha. Há muito tempo que se fala de descentralização em doudas assembleias, mas nos últimos anos o movimento adquiriu maior amplitude. Esta feliz reacção tem vários motivos:

— Os perigos da concentração económica em caso de guerra impressionaram a opinião;

— A desconcentração demográfica suscitou problemas cuja discussão leva inevitavelmente ao regionalismo;

— A descoberta da electricidade e depois a do automóvel e do aeroplano parece que anularam o que neste domínio fora provocado pelo aparecimento da máquina a vapor e do caminho de ferro;

— A desproporção cada vez mais evidente entre os poderes políticos dos departamentos e a importância económica destes converteu ao regionalismo muitos Franceses, impressionados pelo facto de serem uns a pagar e outros a mandar.

Há também uma questão de moda. A literatura

regional vende-se bem, as manifestações artísticas sobre temas provinciais (folclore) são coroadas de êxito. Elas dão a conhecer ao público parisiense a existência de vida provincial original, que era ignorada pelo grande público.

Facilitam-se e estimulam-se, deste modo, os esforços dos que há sessenta anos lutam vigorosamente e sem resultado aparente pelo triunfo da tese regionalista.

Não há Franceses que queiram sinceramente a descentralização para que se adopte uma certa forma federalista, incompatível com a actual competição entre as nações. Mas há outros domínios em que poderia tentar-se o descongestionamento dos centros e restituir actividade e vida à periferia.

«A nacionalidade francesa — disse Barrès — é feita de nacionalidades provinciais. Se falta qualquer delas, o carácter francês perde um dos seus elementos.»

As instituições monárquicas permitirão que as províncias vivam a vida original e forte que é a sua razão de ser. Estas reconstituem-se-ão rapidamente, graças à descentralização económica, à criação de assembleias dos interesses regionais, ao renascimento das universidades provinciais, à defesa da literatura e das artes locais.

As administrações centrais poderão então repartir pelas diversas províncias o essencial das suas atribuições. O Estado recuperará a liberdade de prestar atenção aos problemas gerais, cuja resolução lhe compete e não a de quaisquer outros.

Qual a condição para que tal seja possível? A República será capaz de o conseguir?

Carlos Maurras esgotou o assunto e os acontecimentos deram-lhe razão.

Para ceder às regiões certas iniciativas que dependem actualmente do poder executivo central, sem o

A MONARQUIA DE AMANHÃ

risco de se cair em tentativas de autonomia, é preciso que esse poder seja muito forte e unânimemente respeitado.

A primeira condição de aplicação destas reformas é, pois, a existência de um regime diferente, que suprima a rede dos grandes eleitores e a chaga dos partidos e dê ao poder central uma força real que não se alimente da seiva das nossas províncias.

A segunda condição é a organização corporativa da economia, pela qual o Estado renuncie aos monopólios, *offices* e *régies* ⁽¹⁾ que hoje tem a seu cargo e que não pode dirigir bem, restituindo as respectivas actividades à indústria e ao comércio privados; e seja possível a descentralização económica, pois deve lembrar-se que foi graças à livre concorrência que a grande indústria esmagou a oficina local. (Não confundir descentralização com desconcentração: esta, por si, não restaura o artesanato local. Substituir dez fábricas de certo produto, localizadas perto de Paris, por dez fábricas do mesmo produto, espalhadas por toda a França, é já um progresso, mas não basta).

Para que seja possível o renascimento do comércio e da indústria locais, é necessária uma organização económica que equilibre a concorrência, tendo em conta os factores em jogo e as fraquezas naturais das empresas muito pequenas.

Exemplifiquemos com a banca.

Os grandes estabelecimentos bancários forçosamente haviam de arruinar os bancos locais. Mas uma das

⁽¹⁾ *Offices* são os organismos encarregados pelo Estado de superintender no fabrico ou no comércio de qualquer produto ou mercadoria. *Régies* são monopólios atribuídos ao Estado e que, ao contrário dos *offices*, procuram o lucro. (N. do T.).

A REFORMA DO ESTADO

causas da fraqueza dos estabelecimentos da província foi a in experiência e o isolamento.

A organização corporativa não será o remédio indicado pela razão e pelos factos?

Os grupos verão assim renascer a sua autonomia e a sua força. Os officios poderão garantir o melhor possível a produção. A família voltará a ter a liberdade essencial de educar e instruir os filhos. A carga tributária, aliviada de tudo o que serve para pagar o socialismo do Estado, diminuirá em proporções que mal podem suspeitar-se.

Por outro lado, a descentralização económica está na base do refluxo necessário das grandes cidades para os campos e as cidades anemiadas.

Verifica-se mais uma vez a interdependência do político, do económico e do social.

Há um aspecto da questão que ainda não afluímos: a ressurreição das culturas regionais. Tentativas dispersas que se fizeram não deram resultado. As Faculdades universitárias da província são quase sempre o reflexo da Universidade de Paris: oferecem os mesmos cursos, preparam para os mesmos exames, passam os mesmos diplomas. É raro que se inspirem nas inúmeras riquezas de uma cultura regionalista.

Os próprios estudantes, se têm meios para isso, preferem terminar os estudos em Paris, atraídos pela irradiação da Sorbona e do Bairro Latino.

Se os Franceses continuarem a desinteressar-se deste modo da cultura própria de cada província e se deixarem hipnotizar por uma única instrução nacional, cada vez mais artificial, não tardará muito que desapareçam as últimas aspirações regionalistas, fundidas no cadinho e no molde parisienses.

Apesar da importância adquirida pelos problemas

A MONARQUIA DE AMANHÃ

económicos, continuamos a pensar que a unidade de uma região é constituída mais por um conjunto de costumes, de tradições, de lembranças do passado e pelo hábito da vida no mesmo quadro geográfico, do que pela unidade económica, «por um complexo homogéneo ou complementar», segundo o calão em moda.

É perigoso dar aos factores económicos uma importância exagerada. Para restituir à região a sua actividade, não basta repartir a economia francesa por regiões mais ou menos autónomas; é preciso ainda atender às actividades intelectuais, artísticas ou morais e mais ainda, porventura, aos factores sentimentais.

Não nos deixemos iludir pelas palavras. Parece-nos muito improvável, dado o actual estado político, a realização próxima de reformas neste domínio.

Entretanto, se na presente estrutura social podemos encontrar males mais manifestos, raramente teremos ocasião de tocar tão de perto, no estatismo, o germe da grave doença de que a França sofre. Os erros e abusos são quase sempre a consequência visível e, de certo modo, exterior desta tara profunda.

III

SERVIÇOS DO ESTADO

Restaurar na sua competência própria o Estado, as profissões e a família, tal é a finalidade essencial da política de renascimento nacional da Monarquia.

Assim serão reintegradas na sua categoria as noções de «serviço» e de «função». Estas noções sofreram tanto com os regimes democráticos que o título de funcionário chegou a ser objecto de desprezo e zombaria.

A REFORMA DO ESTADO

Qualquer posição social ou política deve estar ligada obrigatoriamente a uma função cujo exercício comporte deveres e direitos.

Os deveres, que constituíam a justificação da função, foram esquecidos, para se curar somente dos direitos, que eram a contrapartida daqueles deveres.

Uma posição conserva-se, uma função exerce-se.

Históricamente, foi a função que criou a sociedade humana, distinguindo os homens segundo o seu estado e aptidões e fazendo de cada um deles uma peça de um conjunto orgânico e vivo.

Mas na França a abusiva centralização, que parecia dever facilitar o exercício do poder, suprimiu os grupos naturais e tornou odiosos e injustos privilégios e direitos que só uma função real podia justificar.

A família, último baluarte da sociedade, à qual o Estado moderno procura substituir-se, desabarará se o pai de família se deixar desapossar das suas funções naturais de chefe ou renunciar a exercê-las.

Os títulos e categorias, que hoje estão ligados ao poder despótico do dinheiro, já não correspondem a serviços prestados ou a prestar à sociedade. Os homens esqueceram que, no exercício da sua função social, servem um ideal que os domina e ordena a sua actividade; e que, *para evitar a decadência, se deve progredir e não somente conservar.* No nosso meio materialista, a posição social e as suas vantagens eclipsaram a função e os seus deveres.

O mal chegou a toda a parte. Em consequência disso, a sociedade ossificou-se, dividiu-se em classes estanques e hostis. *A grande inércia dos interesses adquiridos imobilizou o país.*

São em grande número os políticos que consideram o seu lugar uma sinecura que por nenhum preço quebrem perder. Desta maneira o Estado, deixando de

A MONARQUIA DE AMANHÃ

cumprir a sua obrigação, perde a sua função e portanto a sua razão de ser.

O país está em ponto morto. Paralisará definitivamente se, apesar da pressão das eternas leis da vida, não se renovar.

As necessidades naturais de um grande povo suscitaram sempre novos homens. São eles que na França começam a exercer funções abandonadas pelos respectivos titulares, substituindo pela sua autoridade e pela sua acção a inércia daqueles que só ambicionam conservar o lugar que desfrutam.

Mas para que estas novas actividades sirvam verdadeiramente o país, *é preciso que a suprema função do Estado seja exercida pelo Rei, chefe natural, que restaurará todas as funções políticas e sociais, ligando-as e coordenando-as, e não tolerará títulos que não correspondam a deveres precisos, nem autoridades que se exerçam sem real benefício para a colectividade.*

IV

A JUSTIÇA, DEVER REAL

Restituído às suas funções essenciais, livre dos entraves políticos, administrativos e sociais que o asfixiam cada vez mais, o Estado poderá pôr-se ao serviço dos seus mais altos deveres, colocando a justiça em primeiro lugar.

Esta foi abalada até aos fundamentos pelo regime democrático. Multiplicam-se os exemplos que o provam.

No julgamento de um grande processo, os jurados, pressentindo que «os grandes e verdadeiros culpados podiam ter escapado à acção da justiça», emitiram o

voto de que «não se considerasse definitivo o veredicto enquanto não fossem atingidos todos os responsáveis».

Tomará o povo francês, finalmente, consciência de que um Estado sem continuidade nem responsabilidade, à mercê dos partidos, baseado na luta de classes, não pode comportar a justiça social nem qualquer forma de justiça?

As organizações feudais de todas as espécies, que se atropelam no assalto ao poder e se revezam no exercício deste, fazem beneficiar os seus membros e clientes de uma impunidade que se lhes garante à custa dos mais vis e infames compromissos.

Para avaliar o estado de decomposição do regime republicano, basta considerar objectivamente as incriveis «liberdades» do poder.

Um homem, deputado e chefe de partido, foi atacado e agredido em plena rua. A violência praticada é condenável em si mesma; os autores deviam por isso ser punidos.

Mas que vimos nós? Ainda não se sabia quem fora o agressor e já o governo declarava culpadas três organizações políticas e as dissolvía.

Um decreto de puro arbitrio substituiu uma sentença da justiça.

Alega-se que a lei o permite. Mas então o caso ainda é mais grave, pois desde que o abuso é legal, desde que a lei autoriza a arbitrariedade, não há garantia alguma para os cidadãos.

Se os Franceses se orgulham do sentimento de repulsa que lhes causa qualquer acto em que se mostrem feridas a justiça e a liberdade, se uma das regras do jogo pernicioso dos partidos é a utilização de tal sentimento para fins de propaganda política, que pensar dos homens que, postos à frente do Estado, desconhecem a sua função de árbitros quando se trata de satisfazer

A MONARQUIA DE AMANHÃ

interesses partidários? O que eles fazem é *enganar o povo e, a pretexto da democracia, levá-lo à ditadura.*

Conformam-se com isso os Franceses?

Não renascerá a confiança entre nós senão quando houver o sentimento, comum a todos os Franceses, do mais pobre ao mais rico, de que *quanto mais forte e imparcial, independente e resoluto o Estado for, maior será a sua capacidade de garantir a independência dos juizes e a execução das decisões que eles tomem.*

Das numerosas reformas que a Monarquia francesa inscreve no seu programa realizador, a mais urgente, a mais clamorosamente reivindicada pelos homens, a mais necessária à salvação do país, *é a reforma da justiça.*

A justiça é o privilégio da monarquia porque só o rei personifica o Estado e o bem público. Só ele garante a justiça igual para todos, como o pai de família quer que em sua casa reinem a ordem e a honra.

A mão da justiça foi e será sempre o símbolo dos reis da França.

V

POLÍTICA EXTERNA

O Estado forte especializa-se nas suas funções próprias: *fiscalização, justiça e, finalmente, segurança interna e externa.*

A França tem por destino o desempenho de um papel preponderante nos conselhos da Europa. A sua grandeza é inseparável da sua existência. A sua situação geográfica, as riquezas do solo, o génio das suas populações, a sua razão, o seu gosto de viver, a sua longa e gloriosa história, o seu magnífico património, são os agentes mais seguros do seu destino. É por não compreenderem, sen-

A REFORMA DO ESTADO

tirem e amarem a pátria profundamente que os nossos políticos faltam da maior parte das vezes ao cumprimento do seu dever. Em consequência disso, os seus actos e a sua linguagem nunca estão de harmonia com os acontecimentos, que os surpreendem e ultrapassam.

Os sucessos actuais iluminam singularmente as fraquezas da nossa política externa.

Dezassete anos depois de uma paz manca que foi o triste coroamento da esplêndida vitória dos nossos exércitos, a França volta aos dias trágicos da Primavera de 1914.

O regime provou agora que é nefasto em todos os domínios; incapaz no terreno social e económico, revelou-se criminoso em política externa e abafou a vitória militar que sentia não poder explorar politicamente.

Fez-se a demonstração: estamos em risco de pagar caro a República dos partidos, que não soube aproveitar a vitória.

Diante dos acontecimentos exteriores que se precipitam, o espanto dos Franceses é igual à sua inquietação.

Certos da unanimidade da reacção nacional em caso de ataque do estrangeiro, refugiam-se neste sentimento para conservar a sua altivez. Mas não compreendem. Duvidam, por exemplo, da atitude que devem tomar perante a Alemanha, ponto nevrálgico de uma política externa da França.

Como em 1813 e desprezando os tratados, a Alemanha restabeleceu, no ano passado, o serviço militar obrigatório. Enfim, pôs as cartas na mesa. De futuro, já ninguém podia duvidar das suas intenções. Assim se confirmavam as previsões dos que anunciavam que a partir de Abril de 1935 ela possuiria o exército da sua política, que é, como se sabe, o pangermanismo.

De todas as infracções aos tratados, de todas as vio-

lações, o restabelecimento do serviço militar obrigatório era, de longe, a mais grave, porque implicava e condicionava todas as outras.

Abolidas as cláusulas financeiras e militares, restavam as cláusulas territoriais. Segura agora da sua força, a Alemanha trabalhou abertamente por se libertar delas. Há três anos que as suas fábricas possuem o apetrechamento necessário para a fabricação de material de guerra, ao mesmo tempo que se foram acumulando consideráveis reservas de matérias-primas e se fizeram trabalhos de toda a ordem com vista a uma rápida mobilização.

A Alemanha reconstituiu o seu Estado-Maior e chamou von Seeckt. Tudo denuncia nela uma vontade agressiva. Conjugam-se forças materiais e forças morais. O entusiasmo geral com que foi recebida, no dia 7 de Março, a decisão do chanceler prova que o nazismo conseguiu fazer dos Alemães um povo unido e animado da mesma ideia, do mesmo sentimento, da mesma disciplina.

Em face de uma Alemanha novamente ameaçadora, qual deve ser a atitude da França?

O golpe de 7 de Março de 1936 é o resultado de uma série de loucuras, de cobardias e de levandades que a honra francesa não permitia que se cometessem. Hoje, perante os factos consumados, a honra não exige violências verbais nem raivas inúteis. Não se afastam as ameaças com vãs declamações.

A lei da política nacional consiste em medir as palavras e os actos pelas possibilidades que se soube criar.

É à sua força que a Alemanha subordina a sua audácia. Contudo, por muito grandes que sejam a força e a audácia alemãs, elas só constituirão um verdadeiro perigo se a França der a impressão de que é incapaz de reagir. Os recursos do nosso país são imensos. O seu

heroísmo triunfou de muitas adversidades. A França consentirá todos os sacrifícios que lhe peçam. É preciso, porém, que ela não se deixe ficar para trás e que o seu governo tome oportunamente as providências necessárias para a sua salvaguarda.

A primeira destas providências é o constante reforço dos efectivos.

A segunda consiste em favorecer por todos os meios o recrutamento de um exército de voluntários e especialistas. Tudo se presta a esta solução, que terá, entre outras vantagens, a de facilitar o regresso a um exército profissional, libertando a nação do pesado encargo do serviço militar obrigatório, que é — não o esqueçamos — de invenção democrática.

A terceira deve consistir no constante aperfeiçoamento e actualização do material. A França tem consagrado nos últimos anos grandes quantias ao seu material, mas sem método nem plano de conjunto; daí o nosso atraso, que é preciso recuperar com a maior brevidade.

São providências de salvação, pesadas e onerosas, mas necessárias. Instituições mais razoáveis, uma vida nacional melhor ordenada, exigiriam menos dos Franceses.

Mas — dir-se-á — a Sociedade das Nações não poderá evitar estes encargos nacionais com o apoio de uma comunidade de povos reunidos pelo mesmo espírito?

A Sociedade das Nações, até agora, não fez mais do que provar a sua impotência. Não soube fazer obra criadora.

Se, depois de examinado o problema, que é essencial, das relações franco-alemãs, voltarmos os olhos para o resto da Europa, em particular para os nossos antigos aliados, a Inglaterra e a Itália, indicados para apoiar uma política comum, que vemos nós?

Em Outubro de 1935 escrevemos no *Courrier Royal* que o crescimento italiano hipnotizava a Inglaterra.

Mais ainda que o Sol Nascente no Pacífico, os Feixes do lictor no Mediterrâneo e nas margens do Mar Vermelho irritavam o Leão britânico.

O governo inglês, querendo agir com pouca despesa, o que é de boa política, arriscou de entrada o seu primeiro peão: a S. D. N. Mas esta, no jogo, *mostrou-se ineficaz*; as conquistas italianas, no fundo, não perturbam senão a Inglaterra, tal como o avanço dos Alemães em direcção ao Reno inquieta principalmente a França. Quanto à Rússia, a sua acção, motivada pelo receio de se tornar a Etiópia do Japão ou da Alemanha, pouco pesa na balança.

Por isso foram ineficazes os apelos internacionais da Inglaterra, e os da França nem chegaram a ser ouvidos.

Os factos são estes: a Itália armada está na Etiópia, a Alemanha armada está no Reno, ao passo que a S. D. N. desarmada está impotente à beira do Léman.

Vai a Inglaterra jogar outra carta — a das alianças — contra a Itália? A França esperará? A falta de associados, não irá ela procurar amigos? Os Italianos não têm hoje no mundo nenhum interesse oposto aos nossos; na Europa têm até interesses comuns, pois a Alemanha, embora indirectamente, ameaça-os tanto como à França.

A França precisa, primeiro do que tudo, de não duvidar de si mesma, das suas inesgotáveis reservas de energia. Quando o Estado dispuser dos meios que lhe fornecerem as providências de defesa nacional atrás indicadas, terá o essencial se, entretanto, souber tornar extensivo a toda a nação o espírito de virtude e de disciplina que deve animar o seu exército. *Confiante na sua força*, a França não terá dificuldade em estreitar os laços das suas alianças e das suas amizades razoáveis e experimentadas.

Atribuir as culpas ao inimigo que explora as nossas discórdias não é suficiente; o Estado e o povo devem atribuí-las também a essas discórdias, devem conhecer os seus erros e corrigi-los, devem reconhecer as condições da força francesa e realizá-las.

A grandeza da Prússia proveio da «humilhação» de Olmutz; a França, se o quiser, pode sair engrandecida da imprudência da Alemanha.

Que os Franceses abram os olhos e vejam que Hitler não é mais do que a democracia no seu termo lógico, na sua última expressão. Esse homem não fala somente à nação alemã, mas também às outras nações para além das fronteiras; reclama um plebiscito universal, depois de se ter feito plebiscitar pelo seu país; e proclama a igualdade de direitos, a liberdade de viver, a fraternidade das nações. Em nome de que princípios se fará oposição aos seus princípios? Estes não são os da democracia? Haverá necessidade de diplomatas para que a voz de um povo seja ouvida pelos outros povos?

Mede-se o valor das respostas oficiais do nosso país pelo valor da sua posição de princípio. Que a demagogia prevaleça contra a razão, a expansão vital contra os direitos adquiridos, a reivindicação contra o *statu quo*, é perfeitamente normal, uma vez que o debate se trava no terreno da democracia internacional.

Ao tratado de paz opõe-se o «plano de paz» do governo alemão.

Contra o conservador ergue-se o desfavorecido.

A necessidade de doutrina é mais forte que tudo. Seria de admirar que o chanceler Hitler não argumentasse com os catorze pontos do presidente Wilson.

Arredemos pois os subterfúgios da política e da diplomacia e procuremos as verdades fundamentais que são a garantia de salvação da França e do mundo.

A democracia conduz inevitavelmente, no interior,

aos ódios intestinos ou à ditadura; e no exterior, às humilhações ou à guerra.

A monarquia francesa, conforme a sua tradição, defenderá a paz francesa acima de tudo.

Partilhando o bom senso das famílias campestres que odeiam o desperdício e o risco inútil, avara das vidas francesas, já dizimadas por uma guerra na qual morreram 1.500.000 Franceses em defesa da nossa terra, a Casa de França recomenda serenidade e prudência.

Entre a ideologia, sedutora mas perniciosa, que ainda hoje atrai bons Franceses, e que muitas vezes consegue iludi-los, e a razão, que é o nosso património, a escolha está feita.

Se os nossos amigos disputam, o nosso papel consiste em reconciliá-los e em harmonizar os seus pontos de vista; se se opõem num debate fratricida, estejamos vigilantes para que nenhum beneficiário da desordem ataque o nosso comum património.

Qualquer chefe nacional de um governo digno desse nome julgará como nós qual é o interesse francês, mas o regime a que estamos sujeitos não nos garante continuidade de opiniões nem de acção...

...e talvez amanhã um inconsciente, levado ao poder pelo embuste infame que é o actual sistema eleitoral, nos arraste a TODOS, contra nossa vontade, para uma guerra em defesa de uma nova mística.

SEGUNDA PARTE

A MONARQUIA E O HOMEM

CAPÍTULO I

UMA ORDEM SOCIAL HUMANA

I

O REI E O POVO

Ainda há muitos Franceses que confundem a Monarquia com um certo parasitismo do poder que tende a asfixiar todo o regime político, qualquer que ele seja.

Para um Príncipe resolvido a reinar, os seus modelos são os seus antepassados, que estiveram *em contacto directo com o povo. Ele não tolerará que o isolem para o enganarem, pois a comunhão do povo e do Rei é necessária à acção da Monarquia.*

Que os Franceses releiam especialmente a história dos Capetos e ficarão sabendo o que se procurou fazer-lhes esquecer.

Aliados ao povo contra um poder ilegítimo pela sua dependência do estrangeiro, abatendo os grandes senhores feudais revoltados, protegendo as comunas, conduzindo pessoalmente os seus exércitos, arbitrando os conflitos em tribunais acessíveis a todos, como fez São Luís, os Capetos foram para o povo francês condutores amados e respeitados.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Descrever a monarquia como a melhor das instituições teóricamente é mostrar somente a sua imagem rígida e fria; *a monarquia francesa é a família francesa dirigida pelo seu chefe natural, humano e falível como qualquer ser humano, susceptível de entusiasmo e de erro, mas designado pela sua função para conservar a herança e proteger os herdeiros.*

A Casa de França e o Povo de França tiveram na Idade-Média um ideal comum, feito de mútuo auxílio, abnegação e amor, concretizado no espírito de cavalaria.

Hoje ainda Príncipe e povo têm um objectivo comum: *uma ordem social verdadeiramente humana.*

II

CONQUISTA DAS LIBERDADES REAIS

Na economia e na sociedade que estão a desabar aos nossos olhos, não há o mais ligeiro indício dessa ordem.

Submeter o trabalho do operário à lei da oferta e da procura é degradá-lo à condição de simples mercadoria.

Não se fez nada para salvaguardar a dignidade operária, nem para ajudar os trabalhadores a fundar e sustentar uma família.

O indivíduo enobrecido pelo trabalho adquire a dignidade humana.

O futuro do país exige que não haja Francês que não possa fundar e sustentar uma família. A riqueza natural do nosso país, quando ele for bem administrado, deve permitir que seja melhorada a condição do operário.

Da mesma forma, a garantia de um mínimo vital a cada família é a mais essencial das reformas.

UMA ORDEM SOCIAL HUMANA

É pois indispensável que o trabalhador possa economizar para que tenha acesso à propriedade e a garantia de uma velhice tranquila, sem recorrer à caridade pública ou privada.

O acesso regular das classes laboriosas à propriedade constitui um dos mais seguros penhores da sua liberdade, ao passo que a pensão vitalícia, oferecida sob o signo do estatismo, conduz ao socialismo de Estado e à servidão.

Agora se vê qual a ordem de constantes preocupações em que a Monarquia trabalha.

A Monarquia tem uma compreensão infinitamente mais viva e realista das questões sociais do que os actuais partidos. A França está atrasada no ponto de vista social, se entendermos pela palavra «social», mais do que as «obras», a condição humana do trabalhador. Não estou a compará-la com nações estrangeiras. Comparo-a a si mesma, ao que ela deve ser, pois é o povo mais generoso da terra.

Por que está a França atrasada?

Porque a obra social não passa de um elemento sem verdadeira importância num regime que nega a realidade profissional e rejeita a instituição corporativa; e porque a um Estado digno desse nome compete somente dar o impulso de conjunto, ao passo que na república, regime teóricamente dedicado à felicidade do povo, a obra social se torna caridade administrativa, impessoal, inumana. É que o verdadeiro dever de um Estado não consiste em esvaziar os cofres públicos pela concessão de subsídios e pensões, mas sim em *garantir ao homem a liberdade real e a dignidade* que ele merece pelo seu trabalho.

Artífices, comerciantes, industriais, engenheiros, técnicos, todos os que pertencem às profissões liberais,

todos aqueles a quem a preocupação de poupar inspirou a prudência e o gosto da ordem, formam o imenso exército do trabalho que sucessivos e efémeros governantes se esforçaram por dividir, para melhor sujeitar.

Aceitando e tomando na luta diária todas as responsabilidades, sem se ocultarem no anonimato, são elementos de equilíbrio para o país.

O liberalismo faliu no domínio económico. No plano social deu origem à luta de classes, pondo o trabalho, injustamente, à absoluta discrição do capital.

Sem uma organização baseada na representação das profissões, na qual colaborem intimamente o capital, o produtor e o trabalho, a França, vítima do caduco liberalismo económico, terá que suportar a ditadura do estatismo, que será a consagração da ruína comum.

Só a organização corporativa resolverá o problema social.

III

A SALVAGUARDA DAS LIBERDADES

A salvaguarda das liberdades pela política tem o primeiro lugar nas preocupações populares.

A estas daria a Monarquia as mais seguras garantias.

A República ladeia incessantemente o perigo ditatorial. Mesmo que ela esteja sempre alerta, nada impede que amanhã um chefe de partido tome legalmente o poder por meio do dinheiro e da conquista dos sufrágios.

A ditadura, uma vez instalada, só pode manter-se asfixiando as liberdades.

Efectivamente, ela não tolera a autonomia dos corpos profissionais, nem o particularismo das províncias, nem o poder das comunas. A sua mística impõe-se a todos.

Nenhuma vontade independente da do «partido» pode exprimir-se. O direito de reunião é abolido, a imprensa extremamente militarizada.

Considere-se o caso da Alemanha hitleriana ou o da Rússia soviética. O regime é o mesmo, as consequências são as mesmas: ao sistema da liberdade das pessoas substituiu-se o das directrizes fornecidas pelo Estado.

A monarquia pretende realizar exactamente o contrário, porque a sua natureza é diferente.

Ela não procede de um partido. A sua autoridade e a sua força resultam precisamente da circunstância de ela estar acima dos partidos ou dos interesses particulares. Para os seus olhos, os homens que a política dividiu arbitrariamente, quer sejam da «direita» quer da «esquerda», são, todos eles, Franceses dignos da mesma atenção.

A monarquia não conhece palavras de ordem.

Assim, ao passo que a república, pelos seus excessos e pelas suas fraquezas, provoca a ditadura, a monarquia torna-a impossível e revela-se como o único penhor das liberdades.

Que o povo trabalhador compreenda e se tranquilize.

No meu exílio conheci a vida dos mineiros, dos operários das fábricas e dos camponeses. Amo os trabalhadores porque os conheço. Sei da sua rectidão natural, da sua desconfiança dos poderes injustos, da sua paixão pela equidade.

Pelo corporatismo, os sindicatos operários poderão, diante dos representantes do capital e com igualdade de direitos, estabelecer livremente o seu estatuto profissional, discutir contratos colectivos de trabalho, administrar o seu património corporativo.

Facilitar-se-á por todos os meios o acesso à propriedade individual, pois sem ela não tem sentido a constituição de uma família.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Assim os trabalhadores terão uma dignidade e uma segurança que nunca tiveram com o regime republicano.

Quando os operários, camponeses, funcionários e pequenos comerciantes da França compreenderem o que vale a Monarquia, hão-de recorrer a ela para que salve as suas liberdades ameaçadas.

IV

A MONARQUIA E AS POTÊNCIAS FINANCEIRAS

Qual é a posição da Monarquia perante as «potências financeiras», cuja força anónima preocupa justificadamente a opinião?

Como não depende das eleições nem da imprensa, a Monarquia é o *único regime independente por natureza das potências financeiras*.

É igualmente o único regime capaz, porque está seguro da sua legitimidade e da sua duração, de submeter à lei os poderosos interesses particulares.

Enfim, porque o seu interesse se identifica com o interesse nacional, a preocupação essencial do Rei consiste em destruir as coligações económicas anónimas ou internacionais que pretendem dominar o país completamente.

Por consequência e pelos motivos mais imediatos de segurança política e de justiça social, a Monarquia não pode adoptar, em face das potências financeiras, política diferente da política absoluta e firme de Luís XI perante os grandes senhores feudais.

Finalmente e graças ao novo regime económico, os interesses demasiado poderosos e excessivamente concentrados serão disseminados pelas diversas corporações

UMA ORDEM SOCIAL HUMANA

regionais. Assim passarão a reger-se pela lei comum do interesse social egoísmos que até agora escapavam a qualquer limitação. O crédito será posto ao serviço dos produtores e as economias particulares serão firmemente protegidas.

Quanto aos *trusts*, a organização corporativa suprimirá os seus inconvenientes e a sua própria existência, subtraindo empresas de natureza diferente à direcção do mesmo grupo e colocando-as nas respectivas corporações.

É moda, sobretudo em período eleitoral, atacar as «duzentas famílias» que, «pela interpenetração dos conselhos de administração e a crescente autoridade da banca...», se fizeram senhoras indiscutíveis, não só da economia francesa, mas também da política francesa». (Palavras do Sr. Daladier).

O ataque procede dos partidos da «esquerda». Como os da «direita» não as defenderam, conclui-se que todos admitem a onnipotência das «duzentas famílias» e também as suas malfetorias.

Desta maneira, a França de hoje poderia definir-se — ó prodígio! — *uma democracia governada por duzentas famílias*.

Será assim? Não será?

Se é, verifica-se que a democracia não existe, pois o que se apresenta como tal não é mais do que a fachada de uma aristocracia de facto — a pior de todas —, que é a do dinheiro.

Se não é, verifica-se mais uma vez que as forças que governam a França estão ocultas, obrigando os Franceses a fazer suposições sobre as origens dessas forças.

Importa que os Franceses encontrem aqui as razões que noutra parte lhes não apresentam.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

É falso que as «duzentas famílias» — ou a realidade que elas simbolizam — sejam o único poder que governa a França.

É exacto, no entanto, que elas são uma das forças que, ora aliadas, ora inimigas — sindicalismo, sociedades secretas, ouro do estrangeiro —, agem constantemente para dominar a opinião pública e impor-se à política.

As duzentas famílias não são tudo, mas não se lhes pode negar a influência. Elas constituem o último reduto do capitalismo liberal contra o capitalismo do Estado. Conservador por necessidade vital, efeito e causa igualmente cegos, o poder delas constitui uma etapa natural entre o puro liberalismo e o socialismo integral.

Estes duzentos nomes que a demagogia designa à sua vindicta deveriam os Franceses apressar-se a decorá-los. São talvez os últimos responsáveis que lhes oferecem para os distrair da sua miséria. Quando, por força da lei ou da revolução, os tiverem suprimido, vã será tal vingança; mais anónimo ainda que as sociedades abolidas, o Estado será, de futuro, o único senhor — único e intangível.

Talvez então os Franceses abram os olhos. Eles compreenderão que nem o Estado nem duzentas famílias devem administrar a sua economia; e verificarão que a salvação está na Monarquia. *Com efeito, só o Rei, independente e responsável, pode pôr e manter no seu lugar as organizações feudais que hoje tiranizam a França; só o Rei, árbitro e legislador, pode restituir as liberdades aos interesses particulares, e ao mesmo tempo restaurar, mesmo contra eles, o interesse geral que ele representa e assume.*

CAPÍTULO II

BASES DE UMA RENOVAÇÃO HUMANA: AS PROFISSÕES, REALIDADES VIVAS

O homem é, pois, a nossa primeira preocupação.

Trata-se de lhe restituir o sentido da sua verdadeira dignidade, o gosto da sua liberdade e dos seus deveres.

Já houve quem notasse no espírito francês que os sentimentos se têm inferiorizado. Forjados, há mais de meio século, pelas mesquinhas questões de partido, por um regime em que tudo é nivelado por baixo, muitos dos nossos parecem ter perdido o sentido da altivez, do respeito, da grandeza. Por isso pôde dizer-se que hoje cada cidadão está reduzido à craveira moral e material de um funcionário inscrito num sindicato.

Há pois que reconstituir um escol.

Tudo o que é anónimo, desde o Estado à sociedade, deve ser profundamente transformado, a fim de que cada um volte a ter o sentido da responsabilidade. A classificação dos homens far-se-á pelo seu valor moral e não pela sua fortuna. É preciso, finalmente, restaurar as liberdades, a justiça e a honra e reabilitar o trabalho.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Para esta obra de renovação, a profissão, com fundamento no trabalho, na família e na região, será um dos meios essenciais.

Com efeito e porque é profundamente humana, a acção real, baseada nas leis naturais, opõe as realidades da profissão às forças *anónimas* do Estado socializado.

E se nós subordinamos as profissões ao título «A Monarquia e o Homem», é *para acentuar o carácter espiritual delas*. Veremos mais adiante o seu funcionamento nos capítulos sobre o aspecto económico. Coloquemo-las desde já no limiar de uma renovação moral.

Queremos agrupar todos os Franceses no terreno dos interesses profissionais.

Esta política real uni-los-á nos seus *quadros naturais*: família, profissão, região, ao contrário do que fizeram os políticos, que sempre dividiram os Franceses.

Um grande Estado moderno não pode viver se não possuir uma *representação das actividades nacionais que seja real, variada, independente e coerente*.

O regime democrático procurou introduzir em toda a parte e sobretudo nas profissões o espírito de classe, veneno nefasto e anti-social que teve terríveis consequências para o trabalho francês.

A corporação organiza os diferentes corpos profissionais, distinguindo-os sem os isolar.

Estes serão naturalmente conduzidos a reconhecer na Monarquia, senão a causa exclusiva da sua existência, ao menos a condição imanente e necessária da sua duração.

A Monarquia é, na França, a lei fundamental da *realidade nacional*.

O interesse superior do povo é, naturalmente, o interesse pessoal do Rei.

Trabalhemos todos juntos pela renovação social.

AS PROFISSÕES, REALIDADES VIVAS

Para isso convido todos os Franceses, sem outro sinal distintivo que não seja o das suas profissões, a que se unam à volta da Família Real.

Mas não basta falar ou escrever. Creio na necessidade imediata e imperiosa de aplicar estas ideias de salvação: organizei por isso as *profissões francesas*, em que os meus compatriotas se reúnam, não por partidos, mas por profissões. Assim quis abrir o caminho e mostrá-lo a todos. Amanhã a França inteira deverá ser classificada e agrupada dentro desta orientação. Terminará então a era dos partidos: *o esforço, a fadiga e o trabalho não têm partido*.

CAPÍTULO III

BASES DE UMA RENOVAÇÃO HUMANA: EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

A reconstituição moral e nacional não é obra de um dia.

Ela depende de duas condições: um regime estável que possa favorecê-la; uma acção sobre os espíritos.

Por isso colocamos no primeiro lugar das nossas preocupações a educação e a instrução.

Uma e outra estão na base da nova França.

Esta será o que forem as novas gerações, nas quais pomos toda a nossa esperança.

Educação e instrução não são «fins» em si; são meios destinados a elevar o homem no plano espiritual e material.

Ora a história mostra-nos a existência de um escol proveniente quer da arraia miúda quer dos meios mais elevados. Não nos faltam os exemplos. Herdeiros, como todos os povos latinos, da grandeza de Roma e da civilização cristã, não nos será difícil conhecer as condições necessárias para se fazer um grande povo e se produzirem grandes homens.

Na arte política, como no domínio militar, na ciência, na literatura como na arquitectura, em todas as profis-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

sões, enfim, há séculos em que abundam os mestres e outros em que eles escasseiam e em vão se procuram «homens».

A cada época corresponde um género de educação que dá os seus frutos, brilhantes ou mesquinhos, assim como a cada terra corresponde uma flora mais ou menos rica, mais ou menos abundante.

Os tempos modernos e, para dizer tudo, a época democrática são muito deficientes.

A massa é no entanto a mesma; o molde é que mudou. Esse molde não será a educação que forma a criança e a transforma em homem?

A educação das antigas gerações era uma acção verdadeiramente criadora, exercida por autoridades naturais e legítimas: a da família e a da profissão. A instrução, que não é mais do que uma parte da educação, como simples «parte» era considerada e não como «principal», ao contrário do que hoje se entende.

Educação, observava um dos nossos maiores pedagogos, eis uma palavra, de tão enérgica expressão, que a Roma devemos. Mas *élever* é francês. Os estrangeiros invejam-nos este vocábulo, que exprime a própria acção da educação. Na verdade, elevar a alma, o espírito, os sentimentos e os pensamentos, elevar o carácter, tais são os deveres e a finalidade da educação.

Criar *élites* e chefes, eis o ideal que deu à França «génios» e «caracteres», palavras e coisas bem francesas. Não será isso que hoje mais nos falta?

Raça camponesa com fortes qualidades de discernimento, a terra educa, habitua a governar e dirigir os homens e as coisas tão naturalmente como o lavrador conduz a sua charrua.

A educação é o todo de que a instrução designa um aspecto particular. Dissociá-las é esterilizá-las, é conti-

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

nuar o erro dos filósofos do século XVIII, que pensaram que a instrução científica bastava ao homem. Confundiam o valor moral com o intelectual, quando na verdade se deve subordinar o segundo ao primeiro. Pode-se passar sem uma instrução muito completa, mas todos os homens necessitam de uma educação sã e forte, que ajude a formar a personalidade. A instrução é boa na medida em que contribui para o seu desenvolvimento.

Uma educação completa comporta compreensão, saber, discernimento, vontade, com vista à acção.

Mas a acção deve variar com a profissão. Existirá o homem-padrão ideal, próprio para tudo, cuja fórmula é procurada activamente pela democracia igualitária?

A Escola Única — a última invenção — produzirá em série este indivíduo de escol?

Empanturrados igualmente das mais diversas ciências, sem profissão definida nem propensão para a escolher, pululam para aí esses homens de todos os meios, prontos a fazer qualquer serviço, contanto que seja remunerador e não fatigue o corpo nem o espírito: estudantes perpétuos, desempregados profissionais, operários não especializados, haverá necessidade, realmente, de aumentar o número de tais parasitas?

Trata-se, pelo contrário, de um erudito latinista ou matemático, espécie de sábio unicamente capaz de comprovar o já feito, sem possibilidade de descobrir coisas novas, incapaz de desbravar o caminho e de se dirigir a si próprio e com maioria de razão de dirigir os outros, professor e não pedagogo, como se encontram tantos nas nossas Universidades?

Oscilando entre o homem para todo o serviço e a especialização levada ao último extremo, o jovem francês de hoje vê com desespero que a máquina substitui cada vez mais o especialista e que uma formação universal só produz desilusões.

Da mesma forma, a agricultura sofre de uma espécie de desmoralização dos camponeses. Em vez de se procurar o desenvolvimento das grandes forças espirituais que animavam os seus antepassados, a formação moral do coração, da consciência e do carácter, a formação familiar, social e cívica, o que se fez, sempre no mesmo sentido da centralização administrativa, foi classificar os homens e as coisas como se classificam na cidade. Em toda a parte se instalaram *escolas urbanas* para uso dos camponeses; acentuou-se a fuga para as cidades; os jovens foram desarraigados do seu meio natural, das suas tradições profundas, e privados dos dados familiares, tão úteis, da sua profissão. Criava-se desta maneira, para o futuro, uma multidão de descontentes e de inadaptados.

Deve também deplorar-se, a propósito da formação dos trabalhadores manuais, a supressão da educação e a hipertrofia de uma instrução mal concebida. Manejar as ferramentas que endurecem a palma das mãos é rebaixar-se — pensa hoje o que recebeu uma certa instrução.

Da confusão entre cultura e instrução resultam programas sobrecarregados que embrutecem os estudantes, engorgitando-os à força de montões de conhecimentos em vez de os estimularem ao desejo de aprender.

Como o tempo não é elástico e as matérias, à medida que a ciência progride, são cada vez mais vastas, tudo o que os mestres das Universidades lhes acrescentam sem descanso redundando em prejuízo da educação.

Assim se formam professores de espírito primário ou de inteligência completamente esterilizada.

Quanto ao desenvolvimento do valor moral, quanto à cultura da alma, é missão que pertence à educação.

A educação moral deve ensinar normas que visem três objectivos:

- A salvação da pessoa (no sentido natural);
- A salvação da pessoa (no sentido sobrenatural);
- A coesão social, que não deve procurar-se em detrimento dos direitos recíprocos das pessoas.

Poderá separar-se da formação religiosa a formação moral, isto é, a formação que oriente o espírito no uso e emprego da liberdade? Os princípios correntes da moral natural e social — respeito pelas regras da honestidade e pelas leis fundamentais da nação, sentimento da justiça e da solidariedade nacional — darão uma base suficiente à educação moral?

Quais são as instituições que devem formar a criança e, para isso, fornecer-lhe educação completa e a necessária instrução? Quem é competente nessa matéria?

Em primeiro lugar, a família!

Compete-lhe primeiro que tudo desenvolver na criança a personalidade humana, ensinar-lhe quais são os homens que a criança continua e as grandes noções do dever, da honra, do trabalho. Aos pais, primeiros responsáveis, assiste incontestavelmente o direito de se oporem ao monopólio do Estado na educação e na instrução e de indicarem as suas justas preferências. Eles têm o dever de promover a instrução dos filhos e de os orientar, e o dever e o direito de escolher a escola e com ela colaborar.

Um conselho da Escola associaria as famílias útilmente à gestão da escola primária elementar.

No *actual* estado de coisas não é inútil observar que o Estado, por vezes, deve assumir a função da educação. Inúmeras são as crianças que, a não receberem educação na escola, também a não recebem no lar, mas sim na

rua, ou por culpa dos pais, ou porque as necessidades materiais os obrigam a isso.

É inegável que a escola tem um magnífico papel a desempenhar no ensino de uma moral, voltando às noções salutareas que outrora formavam os homens. O actual ensino primário, contaminado pela política, rejeitou as ideias em que ao princípio se fundava. As crianças do povo, cuja instrução está a seu cargo, raramente dá uma formação humana, que a maior parte delas também não recebem no lar, nem receberão em parte alguma.

O ensino superior e secundário não anda menos transviado. «Noções postas à prova pela experiência dos séculos, expulsas pelas novidades do dia, a história mutilada ou diminuída, o ensino das línguas anarquizado, a invasão da escola pelas técnicas, a moral torcida pela sociologia, todas estas reformas que parecem não ter fim», escreve um mestre ⁽¹⁾, desarticularam o ensino e esvaziaram-no a pouco e pouco da sua essência espiritual.

Os frutos produzidos mostram bem as funestas consequências do monopólio e inspiram uma grande desconfiança do Estado educador a todos os que tenham o cuidado da salvação das pessoas e, por consequência, das diferenças espirituais.

Contudo, em certos aspectos, como, por exemplo, no técnico, as atribuições e a extensão dos direitos educativos do Estado são as menos contestáveis. Impõe-se,

(1) Desejamos exprimir os nossos agradecimentos a todos os que, sobre certas questões, nos facultaram os resultados de uma longa e segura experiência. Por outro lado, julgámos necessário abordar de novo, no seu conjunto, alguns problemas já estudados parcialmente nas páginas precedentes. Este exame mais amplo mostrará com nitidez a posição da Monarquia perante os grandes problemas.

no entanto, uma restrição. Incumbe-lhe promover a organização da orientação profissional no quadro corporativo, pois só este permitirá aos grupos privados, que vêem mais facilmente os fins a atingir, a criação de instituições adaptadas às necessidades e aos recursos locais e regionais.

Isto mostra a importância da função das corporações na educação.

O Estado tem, pois, uma função, limitada mas real. Compete-lhe dirigir as famílias, pela imposição de certa educação cívica e um mínimo de instrução; tem o direito e o dever de proteger a criança, visto que, pelos recursos de que dispõe e que não estão ao alcance de todos, pode ajudar a completar a sua educação. A monarquia de amanhã reagirá contra o estatismo perigoso. Embora se recuse a ver no Estado um mestre-escola, ela manterá, no entanto, um direito legítimo de fiscalização.

O regime democrático deixa-nos muito longe da organização ideal da educação e da instrução.

Por um lado, o esfacelamento da família, o desaparecimento dos quadros profissionais, o sistemático enfraquecimento da mística cristã, por outro lado a multiplicação das funções do Estado (de necessidade eleitoral), tiveram por consequência diminuir cada vez mais a parte educativa do ensino.

Como qualificar este evidente desequilíbrio? Um mestre definiu-o assim: «Aprender tudo e mal, aparentar saber o que se ignora, sacrificar a moral e a pátria, são elementos do mesmo complexo em oposição às tendências fundamentais da vida.»

Desta evolução do ensino, que tanto prejudicou a educação popular, ressentiu-se também a formação das *élites*.

Na selecção delas dominaram muitas vezes a con-

fusão e o erro. A burguesia errou quando confundiu o escol com a situação eminente numa profissão. Graças também à política, facilmente pôde parecer que o recrutamento dos servidores do Estado era a verdadeira selecção. Enfim — e não é esse o erro menos grave — diminuíram-se os valores do carácter e deu-se importância exagerada ao saber ou à cultura.

A selecção das *élites* é do puro domínio da educação, é um trabalho que deve executar-se paciente e conscienciosamente.

Certos países estrangeiros julgaram poder substituir a educação pelo adestramento, pensaram que as místicas religiosas declinavam e que místicas pagãs, com fundamento no nacionalismo exacerbado, lhes forneceriam a coesão indispensável à sua existência. Assim se procurou substituir a educação familiar e religiosa, profunda e minuciosa, que exige anos, por uma mística de abnegação que uma hábil campanha de imprensa pode insuflar em seis meses. Solução de facilidade, contrária à civilização, que desumaniza a pessoa e a substitui pelo «indivíduo».

Esta coerção das almas ameaça a pessoa humana. A França tem o dever de escapar de tais estrangimentos e de restaurar o verdadeiro humanismo.

É inegável que estas vagas de entusiasmo, que peritem o adestramento intensivo das multidões, têm efeitos mais rapidamente visíveis do que uma reforma completa dos sistemas de ensino, que envolve problemas sociais, económicos e políticos. Mas as soluções fáceis nunca são as melhores. As místicas pagãs não resistem por muito tempo aos apelos imperativos do estômago. O caminho árduo, de facto, se não é o mais curto, é pelo menos o mais seguro.

Na família e na corporação se deveria dar a educação real.

A primeira educação é a da família. Esta, à imagem do Estado, constituído pelo conjunto das famílias, comporta hierarquia e bem comum. Destruindo a família, o Estado destrói-se a si próprio, célula por célula. Quando um Estado totalitário reivindica a criança para dela fazer o seu mais fiel servidor, é porque duvida de que a família seja sã. Então não faz mais do que acelerar o mal, pois desintegra a célula, privando-a de um dos seus principais elementos.

A corporação regional, feita à imagem da família, constitui a organização mais natural e mais vantajosa para a educação profissional. Mas esta diferenciação de natureza e de carácter, causa da perfeição e grandeza de uma sociedade, só a educação familiar é capaz de conservá-la. A escola, qualquer que ela seja, nunca poderá substituir o pai, e por isso deve limitar-se a ajudá-lo e aconselhá-lo. Não há instituição, por mais perfeita, que substitua a família completamente.

É por esta célula-mãe que o Estado político deve reconstituir-se. Família, profissão, região, são os três polos da reconstituição francesa. Não haverá reeducação nacional senão por intermédio delas.

«É impossível que a República valha alguma coisa, se as famílias, que são os pilares dela, forem mal fundadas», já dizia Jean Bodin, há alguns séculos.

Enfim, o problema é político. Se o Estado prepara catástrofes quando monopoliza a educação, seria quase tão funesto que não vigiasse a formação da juventude.

Na Idade-Média o conhecimento do homem era considerado fundamental para a sua formação. Assim se applicava o *homo sum et nihil a me alienum puto*.

Digamo-lo claramente: a reforma do Estado — vê-se que chegamos sempre à mesma conclusão — está na

A MONARQUIA DE AMANHÃ

base de tudo. Sem ela é impossível a restauração francesa.

Tocqueville compreendeu-o bem ao dizer com algum optimismo:

«As sociedades democráticas podem ser ricas, polidas, requintadas, magníficas, poderosas pelo peso da sua massa homogénea; nelas se podem encontrar virtudes individuais, bons pais de família, honestos comerciantes e proprietários estimáveis; podem contar inclusivamente bons cristãos, pois a pátria deles não é deste mundo e a religião glorifica-se de os produzir no meio das mais graves corrupções de costumes e sob os piores governos (o império romano, na sua extrema decadência, tinha-os em abundância); mas o que nunca se verá em tais sociedades são grandes cidadãos e sobretudo um grande povo, e não hesito em dizer que nelas há-de ir sempre baixando o nível comum dos corações e dos espíritos.»

É preciso pois reconstituir um Estado que para viver não seja obrigado a tudo devorar, um Estado cuja preocupação principal não consista em satisfazer eleitores influentes.

Esse Estado verdadeiramente livre deve inspirar-se nas sãs e antigas tradições a que devemos a grandeza da nossa civilização. Esse Estado é a Monarquia.

TERCEIRA PARTE

A MONARQUIA E A VIDA ECONÓMICA

CAPÍTULO I

ESTATISMO, LIBERALISMO, AUTARQUIA

Se a imensa crise por que passa o século XX é devida ao homem em grande parte, não se pode negar que as responsabilidades da organização económica também são consideráveis.

A Monarquia propõe um remédio: a corporação.

Antes de entrar no seu estudo pormenorizado, talvez seja útil procurar, no exame dos antigos sistemas e na verificação das suas fraquezas, motivos fundamentados para seguir novos caminhos.

I

ESTATISMO ECONÓMICO

Os males inúmeros causados pelo estatismo no domínio político levaram-nos a concluir pela necessidade de descentralizar o poder.

No domínio económico os abusos do estatismo não são menos evidentes.

Os resultados do inquérito que promovemos junto de economistas, financeiros, administradores de empresas,

com o fim de obter elementos para o juízo que pretendíamos fazer da actual experiência, mostram acordo completo sobre os abusos de um «estatismo devorador» que estão a verificar-se. Das opiniões emitidas, em que há diferenças de cambiante correspondentes aos diversos interesses representados, citam-se as seguintes:

«O Estatismo transforma em aventura a administração das finanças públicas; por outro lado, as preocupações económicas e financeiras que dele resultam, ocultam aos dirigentes a verdadeira face da política e paralisam as funções essenciais do Estado.»

«O Estado seca a fonte dos impostos, absorvendo empresas que lhe forneciam importantes recursos ou arruinando-as pela sua concorrência.»

«O Estatismo é um trampolim político e permite anichar os parentes, amigos e grandes eleitores.»

«Uma lei geral da economia estatista parece desprender-se dos factos observados: é a lei do esforço malbaratado.»

Em certas actividades, porém, é forçoso moderar juízos tão absolutos. Admite-se a intervenção do Estado «para a maior parte das grandes indústrias, que não podem prescindir dela sem perigo social ou económico, quer porque mobilizam uma parte importante das economias privadas, quer por garantirem a subsistência de grande número de operários, quer ainda pelo seu carácter dominante de serviço público. A uma certa escala industrial, a intervenção do estrangeiro, a falência, o desemprego, a carência, são perigos que o Estado tem obrigação de evitar. Em poucas palavras, o Estado não administra, mas governa.»

Da mesma forma nenhum governo pode desinteressar-se da actividade dos grandes estabelecimentos financeiros:

«Não se pode tolerar que a fortuna privada, o tra-

balho, o pão de todo um povo, estejam submetidos ao poder discricionário de organismos irresponsáveis; e que grandes senhores feudais se ergam em face da nação e às vezes contra ela, tratem directamente com os seus pares e aliados para além das fronteiras e, pela prática de uma moral sem obrigações nem sanções, só conheçam como lei a dos seus interesses imediatos.»

Parece-nos lógico admitir ainda a intervenção económica de colectividades secundárias:

«Efectivamente, assim como importa libertar o poder central de preocupações de segunda ordem e de riscos tão graves como inúteis, assim também pode ser vantajoso que os departamentos e as comunas se interessem em explorações industriais e comerciais. A administração destas empresas resolveria em parte o problema das finanças locais, exerceria influência moderadora nos preços de retalho, afastaria as questões políticas e permitiria que o presidente do município fosse mais alguma coisa do que um eleitor senatorial ou um faz-tudo legislativo.»

II

LIBERALISMO

Depois de condenado o estatismo, é natural que julguemos também o liberalismo económico. Este é condenado nas seguintes palavras:

«Efectivamente, quem não vê, na actual desordem das actividades, que a antiga virtude da emulação, considerada pelos economistas liberais inerente à concorrência, já não funciona nem pode funcionar?»

«O liberalismo económico, ao menos no sentido clássico, que durante um século reinou nas cátedras

A MONARQUIA DE AMANHÃ

professorais, públicas ou privadas, nos institutos académicos e noutros lugares de bom-tom, passou de moda.»

Tão amargos são os seus frutos que os seus defensores mais qualificados se viram forçados a defini-lo: um pêndulo em movimento, em que os excessos, num ou noutro sentido, ocasionam reacções salutares.

Esta definição parece muito exacta, mas um pêndulo em movimento carece *ipso facto* de equilíbrio. A tara do liberalismo económico é justamente esta falta de equilíbrio, esta predisposição para suportar todos os choques e tentar todas as experiências, sem ter em linha de conta as consequências catastróficas que daí podem resultar.

Livre-câmbio, sobreprodução, maquinismo generalizado, individualismo, leis socialistas, capitalismo anti-social, provocaram como reacção: paralisação das trocas, desemprego, produção de má qualidade, estatismo, fisco devorador.

O internacionalismo tomado como fim conduziu a um nacionalismo exasperado, como o desenvolvimento desregrado das empresas conduziu ao *trust* e ao *dumping*, à especialização a todo o custo, à centralização, ao desaparecimento das pequenas e médias empresas, à proletarização geral.

Nesta luta renhida pela conquista dos mercados, as próprias nações se especializaram a fim de produzirem mais e a preços mais baixos do que os países vizinhos e de impedirem a concorrência. É assim que a moderna economia tende para um único sistema, formado de elementos dependentes uns dos outros.

Poderá ainda chamar-se mecanismo ao monstro gerador da falsa teoria que foi o orgulho das gerações precedentes?

O sistema de um mecanismo compõe-se de numerosas peças calculadas em função umas das outras, cuja

ESTATISMO, LIBERALISMO, AUTARQUIA

acção se conjuga harmoniosamente com vista a um único fim. Quem diz mecânica, diz ideia directriz, coordenação de esforços, tendente à execução de um plano determinado.

Ora com o liberalismo estamos diante de um emaranhado de carretos, molas e manivelas, nenhuma das quais comanda todo o sistema.

A economia moderna, regida pela lei da selva, em que se chocam sem disciplina antagonismos económicos exasperados, assemelha-se a uma floresta virgem.

A ordem não pode surgir de antagonismos libertos de todas as restrições. A admitir que um dia o Mundo, e a Europa em primeiro lugar, deve funcionar como uma fábrica, em que cada nação-oficina terá a sua especialização, forçoso é pressupor, como numa fábrica, uma preparação do trabalho, uma distribuição de responsabilidades, uma hierarquia, uma direcção única de um consórcio europeu. A Sociedade das Nações não pôde realizar esse objectivo. Para tanto precisaria de poder absoluto, força e unidade; mas a sua forma democrática assemelha-a antes à Torre de Babel do que à ponte de comando de um navio.

Além disso, poderá instaurar-se uma sociedade sã quando os seus membros estão doentes? Ou construir-se um barco com tábuas podres?

Instauremos a ordem em nossa casa antes de pensarmos nos vizinhos; façamos prova da nossa força antes de tratarmos com os outros; saibamos o que valemos, para não fazermos figura de tolos. Será isto egoísmo? «A caridade bem ordenada começa por nós mesmos». Eis um velho provérbio que põe ordem na acção e na afeição.

Dizia Mussolini recentemente:

«Creio nesta evolução organizada que se operou primeiro na nação, e dela passará a fazer-se por grupos

A MONARQUIA DE AMANHÃ

de nações que se transformarão um dia no Estado europeu e finalmente atingirá o mundo inteiro. Por enquanto, porém, ainda estamos na fase nacional.»

«Bem vistas as coisas, o grupo nação é não só o melhor, mas o único por meio do qual pode funcionar eficazmente a economia moderna. Tem por si o facto de existir e, na maior parte dos casos, de ter suscitado uma uniformidade interna bastante desenvolvida para que se possa apreciar o potencial económico dos indivíduos pela simples menção da origem deles.»

Dá a necessidade de uma reorganização prévia da economia no quadro nacional.

III

AUTARQUIA

Poderá a França viver inteiramente sobre si e o seu domínio colonial?

Poderá adoptar um sistema de economia mais ou menos fechada e escutar as palavras do *Testamento político* de Colbert?

Dizia ele:

«Bem sei que para combater a minha opinião se objecta que, se resolvermos passar sem os estrangeiros, o mesmo farão eles a nosso respeito, e que assim melhor será deixar as coisas no pé em que estavam e sempre estiveram.

«Mas para falar assim é preciso ignorar que nós não temos necessidade de ninguém, e que os nossos vizinhos a têm de nós. Este Reino, à excepção de pouquíssimas coisas, tem em geral tudo dentro de si. O mesmo não acontece aos Estados confinantes, que não têm vinho, nem trigo, nem sal, nem cânhamo, nem aguardente e que necessitam recebê-los de nós.

ESTATISMO, LIBERALISMO, AUTARQUIA

«Seria aproveitar muito mal o bem que Deus nos concedeu, se o dêssemos por coisas de que podemos prescindir facilmente.

«Se é preciso que os estrangeiros tenham dinheiro nosso, que seja somente por aquilo que não se produz no Reino. Quanto ao resto, devemos passar sem eles e impedir que o luxo nos tente a praticar uma falta tão prejudicial para o Estado.»

Diante de uma crise que abrange todos os planos da actividade humana, será conveniente que de futuro nos confinemos nos limites de uma autarquia metropolitana e colonial?

Com efeito, não deverá pôr-se a casa de novo em ordem antes de pensar em instaurar a ordem internacional?

Até os mais autarquistas responderam moderadamente a esta interrogação, mas parece que há grandes diferenças entre as possibilidades avaliadas por uns e por outros.

Quaisquer que sejam as dificuldades que encontremos para viver em autarquia, não teremos nós, com vontade ou sem ela, que tentar a experiência, se não quisermos ser os únicos a suportar o ónus de um liberalismo que todos repeliram?

Desde que terminou a grande tormenta, as nações ressuscitadas (principalmente na Europa Central) julgaram que deviam consolidar a independência política e garantir a integridade territorial por meio da independência económica.

Por outro lado, certos velhos países, receosos de novas conflagrações, pensaram que a sua segurança política estava intimamente ligada, senão subordinada, à sua autarquia económica.

Houve, por isso, quem escrevesse: «A Itália pretende passar sem o trigo de que o mundo regurgita e quis produzir no seu solo ingrato os cereais de que

precisa. A Alemanha e a Áustria fecham-se cada vez mais às mercadorias estrangeiras. A U. R. S. S. industrializa-se a todo o custo e elabora planos quinquenais para satisfazer todas as suas necessidades. A Inglaterra, pelos acordos de Otava, aspira a criar um «Império» económico isolado do resto do Universo. E — *last not least* — os Estados Unidos da América pretendem organizar a sua economia nacional pela renúncia pura e simples ao comércio mundial.

«Esta exacerbação do nacionalismo económico generalizado exprimiu-se nitidamente e sem equívoco na Conferência Monetária e Económica de 1933, em Londres. Reunidos para fixar as bases de uma colaboração internacional, os países representados mais não conseguiram do que fazer sobressair os seus particularismos intransigentes.

«Em presença de semelhante situação internacional, a França, naturalmente, foi levada também a defender a sua economia mediante normas de protecção. Rapidamente se levantaram barreiras aduaneiras, alastraram os contingentes, principalmente em matéria agrícola, diminuíram consideravelmente as trocas internacionais e a actividade económica do nosso país limita-se cada vez mais.»

Mas a autarquia, para a França, não será mais «reflexo que reflexão»? É certo que a França, melhor colocada que outra nação qualquer para tentar a experiência autárquica, veria com o livre-câmbio, favorecido por *dumpings*, os seus mercados internos esmagados pela concorrência estrangeira.

Alguma vez poderemos vender relógios a quilo? Pois os Japoneses assim fazem! Queremos baixar o nível da vida operária na França até ao dos Japoneses, que «bebem água e cozinham só com água»? ⁽¹⁾.

(1) Provérbio japonês.

A questão social tem a primazia sobre a questão económica e «o resultado inevitável do liberalismo económico é o internacionalismo igualitário com base na pobreza».

Se seguirmos uma política «autarquista mitigada», aumentaremos o poder de compra e o grau de conforto das nossas populações coloniais e metropolitanas. Poderiam os preços franceses ficar superiores aos mundiais, mas esse inconveniente seria compensado pela situação privilegiada dos nossos concidadãos.

Melhoremos a qualidade, distingamo-nos dos nossos vizinhos. *Nunca será de mais repetir que as nossas exportações serão de qualidade ou não exportaremos.* Neste terreno a luta é bela para nós. Se concorrermos na *quantidade* e nos *preços baixos*, seremos sempre batidos pelo maquinismo nas mãos de povos socialmente menos evoluídos.

Este problema da qualidade transcende, aliás, o aspecto económico. No ponto de vista intelectual, em face das culturas dos povos que não são latinos, a civilização francesa deve conservar-se intacta, sob pena de perder fatalmente o que lhe resta de prestígio e de força de irradiação.

Concluiremos com as seguintes palavras do sr. Abel Bonnard: «A alma de uma grande nação tem igual necessidade de se expandir e de se conservar: é preciso que, no palácio em que ela habita, haja uma proporção equilibrada entre as janelas e as paredes. Ora não há dúvida de que a França de hoje habita uma casa com muitas portas e quase sem paredes e assim corre um perigo tanto mais grave quanto é certo que parece não dar por isso.»

CAPÍTULO II

COLÔNIAS

A França possui um domínio colonial considerável. Mas a democracia não soube tirar todo o partido possível de territórios tão numerosos, ricos e povoados. Pode mesmo perguntar-se, de há alguns anos para cá, se a República ao menos será capaz de garantir a sua conservação.

Que remédios devemos empregar para a crise colonial?

Antes de aprofundar o assunto, convém fixar os princípios que devem presidir à organização das relações entre colonizadores e colonizados.

Há quem só queira ver na colonização um meio de aumentar a grandeza, o bem-estar e a riqueza da Metrópole. Esses julgam indispensável que entre a Metrópole e as suas diversas possessões haja um vínculo apertado de sujeição. Para manter o indígena sob o jugo do colono, sempre considerado como conquistador, parece-lhes necessária uma centralização rigorosa de todos os serviços administrativos, políticos e militares.

Outros, pelo contrário, advogam a necessidade de se dar a cada uma das nossas colônias o máximo possível de independência. Assim se formariam novos

países nos quais a Metrópole apenas conservaria o prestígio da sua influência e da sua civilização superior. Em vez do ónus sempre pesado de um aparelho de centralização rígida, seria por um laço moral de reconhecimento e amizade que o colonizador manteria o colonizado na sua obediência.

Entre estas teorias extremas parece-nos razoável restabelecer o equilíbrio.

A colonização, segundo cremos, deve considerar-se uma missão, que incumbe aos povos civilizados, de levar a civilização aos países ainda em estado primitivo. Desde que aceita essa missão, uma nação civilizadora assume perante o colonizado deveres consideráveis e é natural que receba a contrapartida deles num conjunto de direitos e de serviços. Assim se cria uma corrente de trocas que, ligando as Colónias à Metrópole, realiza de certo modo um grande corpo vivo, cuja cabeça é a Metrópole e os membros são as Colónias.

Já não se trata para a Metrópole de explorar em seu exclusivo proveito as possessões do Ultramar. O ideal é que os chefes naturais destas possam um dia administrá-las sob a fiscalização e segundo as directrizes dos delegados da Metrópole. A experiência prova, aliás, que uma política mesquinamente utilitária conduz quase sempre à falência.

Assim, por um conjunto de motivos materiais, morais e religiosos, somos levados a considerar o papel colonial da França como uma função.

Qual será então a posição prática do Estado monárquico na política colonial?

Ele conservará permanentemente a concepção nítida, clara e precisa do «todo imperial». É evidente que lhe compete principalmente fornecer aos administradores e governadores um quadro geral de princípios e regras, dentro de cujos limites devem aqueles ter liberdade de

iniciativa, a bem dos interesses particulares dos seus administrados, levando em conta o que dá a cada território a sua personalidade própria: tradições, religião, população, produção, facilidade de transportes, maior ou menor grau de civilização, etc.

Formar à volta de uma nação-chefe um conjunto harmonioso de regiões homogêneas e completas, eis a finalidade a atingir. Mas entregar essas regiões completamente a si próprias, equivaleria a um verdadeiro crime. Nesta dupla consideração deve inspirar-se toda a política colonial verdadeiramente sensata. Cada célula deve ter o seu particularismo e a sua vida própria, mas não se pode dissociar células que formam um todo, sem destruir o próprio todo.

A situação particular de Marrocos, da Argélia e da Tunísia, partes constituintes da África do Norte, aconselha todavia a encarar para elas um regime especial que as coordene e ligue útilmente o seu conjunto à Metrópole. Efectivamente, a África do Norte deve ser considerada o verdadeiro traço de união geográfico, estratégico e económico da França com o seu Império.

Tais são os princípios gerais que nos parecia indispensável definir antes de fazermos o estudo propriamente dito das soluções práticas do problema colonial. Esses princípios põem o problema em toda a sua amplitude. À luz deles, compreende-se que um Estado tão apertadamente centralizado como a França republicana não pode aplicar no domínio da sua política colonial o que julga inaceitável no da sua própria política interior.

Esta incompatibilidade quase absoluta da democracia com as necessidades de uma política imperial fez que o problema colonial, nos últimos anos, revestisse uma acuidade particular. A crise mundial limitou-se a

A MONARQUIA DE AMANHÃ

pôr a nu uma crise das colónias que vinha de muito mais longe. A importância das dificuldades económicas e das suas consequências morais e materiais forçou os homens a reflectir.

Dessas dificuldades resultou o agravamento da miséria de uma parte importante das nossas populações indígenas. A injustiça e a opinião preconcebida de que a República fez prova na sua maneira de tratar o assunto suscitaram movimentos políticos de que a Metrópole se viu forçada a ocupar-se. Tarde se compreendeu que uma coisa era centralizar e outra coordenar. No ano passado, finalmente, reuniu-se uma Conferência Imperial, cujo defeito maior foi o de se ter reunido com dez anos de atraso.

Os resultados de tal Conferência deviam ser magníficos. A colaboração das nossas diversas colónias e a união do seu conjunto com a Metrópole deviam garantir um novo equilíbrio, visto que ofereciam as melhores condições de um entendimento completo e definitivo. Para isso, porém, teria sido preciso prepará-la com grande antecipação e apresentar, juntamente com um inventário dos recursos de cada colónia, um balanço dos erros praticados e um plano de reformas.

Os representantes das colónias apresentaram trabalhos notáveis, dos quais se tiraram conclusões parciais, mas, de uma maneira geral, fez-se sentir, infelizmente, a ausência da noção de Império. Depois todos esses belos relatórios foram atirados para o fundo dos armários e teve-se pressa em voltar aos processos do passado.

Para facilitar o estudo do conjunto dos problemas suscitados pela crise colonial, é necessário classificá-los pela ordem da importância que nos parece dever atribuir-se-lhes: *marinha, harmonização económica do Império, política dos homens, política de apetrechamento.*

COLÓNIAS

I

MARINHA

Quem diz colónias, diz também comunicações que as unam à Metrópole.

Um país colonizador tem obrigação de possuir uma marinha mercante capaz de efectuar essa ligação e uma marinha de guerra para vigiar e proteger o caminho. Estas duas frotas, que devem ser proporcionais ao número e importância das colónias a servir e dos caminhos marítimos a vigiar, têm, além disso, necessidade de bases organizadas, bem apetrechadas e bem defendidas.

É preciso, pois, um plano de conjunto, uma coordenação de serviços, uma colaboração de todos os organismos vitais, coisas, afinal, incompatíveis com um regime democrático, em que dominam a instabilidade dos governos, a confusão de planos e directrizes, os compartimentos estanques entre os diferentes ministérios.

II

HARMONIZAÇÃO ECONÓMICA DO IMPÉRIO

Em consequência da diversidade das nossas colónias, os interesses destas mostram-se muitas vezes opostos. Os peritos da Conferência Económica procuraram conciliá-los, mas não o conseguiram. Em pagamento dos produtos manufacturados que a Metrópole envia, as colónias remetem as suas matérias-primas, particularmente cereais, vinho, arroz e carvão. Ora, no que interessa ao consumo francês, há já abundância desses produtos. O drama vem daí.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Quer isto dizer que estamos perante interesses inconciliáveis?

A política há anos seguida nesta matéria pelo Governo da República prova que ele exagerou a importância dos conflitos de interesses. O medo da concorrência não o deixou prosseguir uma política de conjunto, o que o levou a procurar acima de tudo especializar cada terra de além-mar numa ou várias produções determinadas.

Divisões arbitrárias na maior parte das vezes, harmonização pela destruição de um número considerável de produtos e interesses, tudo isto equivale evidentemente a criar graves descontentamentos com prejuízo inevitável da boa harmonia do conjunto.

Também a isso a Conferência Imperial de 1935 tentou dar remédio. Mas as teses que lhe foram apresentadas não tiveram sequência. Desta tentativa, além de relatórios muito interessantes e sugestivos, relegados para o fundo de ignorados armários ministeriais, nada mais resta, em suma, do que uma ideia excelente: a de uma política única que sempre tenha em vista, simultaneamente, os interesses da Metrópole e os das Colónias.

A este respeito será necessário lembrar os erros gravíssimos praticados nos últimos tempos pelo Governo da República? A boicotagem do vinho da Argélia, cuja produção já se tinha desalentado, em proveito exclusivo dos produtores da Metrópole? O arroz contingente porque fazia concorrência aos nossos cereais secundários? As compras de bananas transaccionadas com a Espanha depois de se ter instigado activamente os nossos colonos a que se especializassem na exploração desse fruto? Os obstáculos à venda nos nossos mercados das carnes de Madagáscar, do açúcar de cana e das antracites do Tonquim, em benefício

COLÓNIAS

dos produtos frigoríficos da América, do açúcar de beterraba e das antracites da Rússia?

Aliás, não é um texto de lei expresso que os nossos colonos, na maior parte das vezes, têm de defrontar, mas sim um conjunto de providências administrativas, de convenções económicas e aduaneiras, de subtilezas burocráticas, de disposições de processo e coisas semelhantes. Tudo se oculta no anonimato de uma administração irresponsável — e isso é o mais grave.

As diversas colónias são assim obrigadas a fornecer à França certos produtos alimentares, certas matérias-primas agrícolas ou mineiras, e a comprar-lhe, em compensação, todos os produtos manufacturados de que têm necessidade. Quanto aos produtos indígenas, não chegam a vendê-los, sobretudo em momentos de crise grave.

Política eminentemente estúpida, pesada herança do mercantilismo do século XVIII, a que importa, primeiro que tudo, dar remédio.

É preciso agrupar as nossas colónias em regiões económicas e dar a cada uma destas autonomia suficiente para que possa, no quadro de directrizes gerais que fornecem o plano de uma verdadeira política de Império, exercer no domínio económico e social uma iniciativa fora da qual não será possível qualquer melhoramento. Os governadores deverão, em suma, depender somente do Poder Central. E em compensação é só a eles, esclarecidos pelos representantes qualificados dos colonos e dos indígenas, que deve pertencer a iniciativa de aplicar as directrizes gerais, segundo as necessidades particulares das respectivas colónias.

III

POLÍTICA DOS HOMENS

Tudo isto postula, evidentemente, um revigoração geral da nossa política nacional. Nenhum país pode esperar desempenhar por muito tempo o papel de fedrador, se a sua natalidade diminui progressivamente e muito menos se não trata de formar os quadros destinados às suas colónias.

Deverá empreender-se para isso um grande esforço. Oferecem-se à mocidade numerosas saídas de que ela muitas vezes nem sequer suspeita. Mais que de uma propaganda frequentemente inábil, trata-se de uma educação a fazer ou a refazer por completo. Numerosos são os problemas de ordem especificamente interior que teriam dessa maneira uma solução favorável.

Tal política, embora indispensável, não seria, no entanto, suficiente. Está bem que se instigue os Franceses a procurar vida nas colónias, mas ainda é melhor que ao mesmo tempo se fixe o indígena ao solo. O problema é certamente muito delicado, mas não insolúvel: basta que verdadeiramente se queira resolvê-lo para que apareça por si mesma a solução. Esta consiste na criação de núcleos familiares, de agricultores ou artífices, e em atrair os indígenas para esses núcleos, interessando-os no seu trabalho.

Os êxitos obtidos recentemente na Tunísia e no anel do Níger mostram que tal esperança não é vã.

Fixar o indígena ao solo não significa, aliás, que em toda a parte e em todas as ocasiões seja preciso prendê-lo rigorosamente ao lugar onde se encontre. Certas regiões estão sobrepovoadas; noutras, pelo contrário, há falta de braços. Assim poderia ser bom, em casos deter-

minados, estimular deslocações de mão-de-obra. Acima de tudo, evitemos métodos comuns para objectivos diferentes. Procuremos para cada problema a solução que lhe é própria.

Nesta política dos homens está a mais bela ilustração dos princípios que queremos aplicar. Não é o Governo Central que pode ver e decidir, por si, onde se deve praticar uma política de fixação directa, ou favorecer a deslocação de mão-de-obra.

Essa iniciativa não pode pertencer senão aos próprios governadores, ajudados e apoiados, ao mesmo tempo, pela Metrópole e pelos quadros locais. Para a democracia republicana a centralização era a condição *sine qua non* do poder: mostra-se, pelo contrário, que a harmonia do nosso Império Colonial depende da perfeita compreensão das necessidades de autonomia de cada uma das possessões ultramarinas.

IV

POLÍTICA DE APETRECHAMENTO

Resta examinar a valorização propriamente dita das nossas colónias.

Reservámos este ponto para o fim porque ele deve ser apreciado à luz dos princípios políticos, morais e sociais que o condicionam e explicam.

Considerou-se este problema, durante muito tempo, por um ângulo puramente egoísta: tratava-se mais de uma «exploração» do domínio colonial somente em benefício da Metrópole do que de uma valorização dos próprios territórios, de que ela viria também a beneficiar, embora indirectamente.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Os produtores coloniais encontram imensas dificuldades tanto nos mercados da Metrópole como nos do estrangeiro. Convém por isso desenvolver as transacções entre as diversas colónias. Para que todas possam colocar as suas mercadorias, só há uma solução: fomentar a economia de cada uma delas, de modo que esteja em condições de comprar às outras o que lhes sobra. Os climas das nossas colónias são, de facto, bastante diversos para que as respectivas produções sejam, na maior parte dos casos, complementares.

Ao contrário da política de restrição praticada até agora com as colónias, é para o desenvolvimento da sua actividade produtora que nós queremos orientá-las.

A exploração das riquezas do solo e do subsolo, o transporte das matérias-primas, o fomento industrial, necessitam de um conjunto de grandes trabalhos, de construção de estradas, caminhos de ferro, meios de comunicação; e, por outro lado, facultam consideráveis possibilidades aos engenheiros sem trabalho, aos contramestres, aos operários especializados da Metrópole, ao mesmo tempo que à mão-de-obra indígena.

Também são imensas as possibilidades de colocação que se oferecem aos capitais franceses. É óbvio que nestes países novos, sem capitais, à Metrópole incumbe favorecer a constituição do novo apetrechamento económico. O financiamento de tal empresa exige, aliás, a adopção de uma completa política de crédito. Não se pode recorrer às economias particulares, para as quais o crédito tem que ser rapidamente produtivo.

É absolutamente indispensável estabelecer e executar um plano completo de valorização das nossas possessões ultramarinas. A impossibilidade prática de recorrer ao crédito privado obriga a prever o financiamento de uma política de apetrechamento colonial pelo emprego do

COLÓNIAS

crédito puro e simples, sem esperança de rendimento, concedido pela Metrópole.

Mas tal forma de crédito tem perigos incontestáveis. Primeiro que tudo é preciso um conhecimento perfeito das reais possibilidades do nosso Império. Depois é necessário que o Estado cubra com a sua garantia as operações bancárias que haja a fazer.

Quando examinamos a situação geral do Império colonial francês, deparamos com uma flagrante contradição.

Ao passo que as possibilidades de exploração são imensas, o grosso da população indígena tem um padrão de vida extremamente baixo. É necessário arrear caminho em quase todos os domínios e desenvolver a economia interior de cada colónia. E, finalmente, há necessidade de quadros para as nossas possessões do ultramar e, para os constituir, é preciso intensificar o espírito colonial e a ideia de Império entre os Franceses.

Para se estabelecer o indispensável plano de conjunto e o aplicar com o máximo de inteligência, a França precisa de uma continuidade política que a República, evidentemente, não lhe pode dar. Objecta-se que «os serviços oficiais, pela sua organização administrativa, têm continuidade». O que se vê é que a autoridade, em democracia, se reduz ao quadro do exercício automático de hábitos contraídos.

As dificuldades provocadas em todos os domínios por tal concepção da função política do Estado agravam-se no domínio colonial pelo facto de a concepção de Império ser já difícil de conciliar com o funcionamento de uma democracia. Se a Metrópole adquire direitos com a posse de um Império Colonial, também contrai obrigações. Daí a grandeza da sua missão, pois

A MONARQUIA DE AMANHÃ

a cada criação de deveres corresponde um enriquecimento espiritual. A Monarquia fará tudo para que a França cumpra a sua missão civilizadora, em que o nosso país sempre teve fé.

CAPÍTULO III

MAQUINISMO E DESEMPREGO

É certo que a «máquina» trabalha *contra* o homem em vez de trabalhar *para* ele? que faz dele um escravo, um desempregado, em vez de o libertar? Qual é a sua parte de responsabilidade na crise actual?

O aparelho económico, que compreende máquinas, capitais, trabalhadores, produz, transforma e troca coisas e serviços.

Este aparelho funciona para satisfazer as necessidades de certo meio.

A história mostra duas tendências sucessivas e contrárias. Do século XII ao século XX esse meio alastrou dos quadros do cantão ao mundo inteiro; de há quarenta anos para cá tem-se contraído, para voltar aos limites da nação.

Não se pode, pois, encarar só por si a evolução do maquinismo, elemento do aparelho económico; é preciso alargar o debate e considerar a evolução económica no seu conjunto.

As fases do maquinismo têm sido várias desde o século XVIII. Decerto que a roda é uma máquina, visto que diminui o esforço do homem, mas de facto

A MONARQUIA DE AMANHÃ

o maquinismo começa com a utilização da força do vapor. Embora já então houvesse máquinas que ajudavam o homem (na indústria têxtil, por exemplo), como a sua força era fornecida pela corrente dos rios, tinham uso limitado e rendimento restrito.

Para falar com exactidão, não foi o maquinismo que trouxe bem-estar e aparente felicidade material às massas; foi a captação das forças inesgotáveis do carvão de pedra e, mais tarde, da hulha branca, que, multiplicando o potencial produtor da humanidade, permitiu criar e satisfazer múltiplas necessidades novas: dos aparelhos domésticos eléctricos aos transportes rápidos, da carne a todas as refeições ao aparelho de T.S.F., do cinema hebdomadário ao fim de semana no campo.

Note-se que as necessidades humanas se classificam em duas categorias: as necessidades alimentares, quantitativamente limitadas, e as outras necessidades, praticamente indefinidas.

A máquina foi mal recebida porque ela dispensava, logo que era posta ao serviço, uma mão-de-obra de difícil colocação imediata. A reeducação profissional dos operários despedidos era por vezes demorada e provocava um desemprego endémico que justificava aparentemente as reivindicações desses operários. No fundo, porém, a tese da economia clássica, segundo a qual a máquina, longe de provocar o desemprego, cria mão-de-obra, verificou-se por todo o século XIX.

Por que a confirmaram os factos durante cem anos e a desmentiram durante os vinte e cinco seguintes?

Porque ao princípio apenas se industrializaram três ou quatro países no mundo. O aparelho económico, então concentrado na França, na Inglaterra e na Alemanha, dispunha dos mercados e recursos do mundo inteiro; as necessidades nacionais que ele satisfazia não representavam mais do que uma parte mínima da sua

MAQUINISMO E DESEMPREGO

capacidade de produção. Quer dizer, praticamente três ou quatro nações possuíam o mundo.

Não é nas necessidades a satisfazer que pensam os industriais; o que os move é o desejo de utilizar ao máximo o rendimento da máquina. Como os salários têm natural tendência para subir, era preciso, para diminuir o preço de custo, reduzir a parte de amortização suportada por cada unidade produzida. Daí a necessidade de fazer trabalhar a máquina incessantemente. Demonstrou-se que a expansão produtora da máquina é tão espontânea como a dos gases. Ràpidamente se chegou a inverter a ordem lógica: a determinadas necessidades devem corresponder determinado trabalho e determinada máquina; a noção das necessidades a satisfazer, que normalmente seria o ponto de partida do raciocínio, foi substituída pela noção da capacidade produtora da máquina.

Na indústria, os serviços comerciais, obrigados a vender tudo o que o engenheiro se dignava fornecer-lhes, tinham que conquistar todos os mercados mundiais tanto quanto possível.

Além disso, o emprego da máquina tem outros efeitos que aumentam a tendência para a sobreprodução contínua.

A máquina ajuda o trabalhador, mas representa um capital a amortizar e a retribuir. Logo, a introdução de cada máquina nova no mecanismo produtor aumenta a importância do factor capital na economia. A descoberta de Watt, por exemplo, deu imenso valor às minas de carvão de pedra e um papel preponderante aos «novos» capitalistas que as possuíam. Os lucros que eles auferiam nos negócios não podiam senão incitá-los a desenvolver os seus investimentos industriais.

A máquina a vapor implica a concentração à volta dela de todos os meios de produção (operários, material,

A MONARQUIA DE AMANHÃ

capitais). É pois um centro de atracção que puxa para a cidade, tanto mais que o maquinismo integral postula, em regime de livre-câmbio, o desaparecimento da agricultura nos países em que ele se desenvolva mais.

Com efeito, os poderes de compra trocam-se por outros poderes de compra; a capacidade de compra da agricultura é pois limitada pela importância das suas vendas; estas não podem exceder um máximo, determinado pela capacidade de absorção alimentar dos homens, que é limitada, como já dissemos.

Entretanto, como as outras necessidades podem alargar-se quase indefinidamente, há sempre possibilidade de trocar uns pelos outros os produtos industriais que as satisfazem. O resultado é a elevação do nível de vida dos cidadãos; a desproporção com o padrão de vida dos campos provoca o êxodo dos rurais para as cidades.

Esta lei, que também se verifica entre as nações, incitou os países agrícolas, fornecedores de matérias-primas, a criar as suas indústrias; a máquina, que a toda a parte se transporta, e os capitais europeus que procuravam investir-se nos países novos, favoreceram o aparecimento de um novo aparelho económico, o qual ia concorrer com a economia da velha Europa.

Até 1900, esta economia funcionou normalmente no velho continente; a sua aceleração regular e sem movimentos bruscos, os enormes lucros obtidos, permitiam a amortização dos capitais.

Graças à sua concentração e a uma acção de massa poderosamente favorecida pela mística socialista, os operários organizados em sindicatos adquiriram uma importância política suficiente para obterem a diminuição do número de horas de trabalho e a elevação dos salários.

MAQUINISMO E DESEMPREGO

A partir de 1860, quatro factores novos vão contribuir para que se generalize o emprego da máquina:

1.º Com a multiplicação das exigências dos operários, procura-se substituí-los pela máquina, que é muda;

2.º A nova concorrência dos países de além-mar incita a melhorar o rendimento-hora para diminuir o preço de custo (o que imprimiu maior velocidade ao aparelho económico);

3.º Devido ao maquinismo, o papel do dinheiro na produção é cada vez mais importante, o que determina os capitalistas (que auferiam com isso enormes lucros) a facilitarem a generalização do emprego das máquinas por meio de constantes entradas de fundos;

4.º As descobertas, a utilização de novas forças, os progressos científicos criam novas ocasiões de se mecanizar a indústria.

Assim, a produção sem regra nem limite é toda a história dos séculos XIX e XX.

Antes da guerra, como vimos, já se travava uma luta muito viva entre os velhos países industriais e o mundo. Os meios de expansão das economias nacionais começavam a contrair-se.

A guerra, com as suas devastações, acelerou a evolução, pois as forças da Europa não chegavam sequer para o que ela precisava; os países de além-mar criaram poderosos instrumentos económicos para as suas necessidades, que a Europa já não podia satisfazer, e para as dos beligerantes.

Em 1919 foi preciso reconstituir as reservas esgotadas; a França, com as reparações de guerra, equipou ao máximo as suas indústrias do Norte; a Alemanha, com os lucros da inflação, fez o mesmo; os Estados Unidos e o Japão, por sua vez, tinham-se tornado países industriais; a África do Sul, a América do Sul, a Aus-

trália, não suprimiram, evidentemente, as suas indústrias recentes e, pelo contrário, protegeram-nas com barreiras aduaneiras.

Assim começou o excesso de produção mundial.

A situação já não era sã. Dois expedientes dissimularam ainda durante alguns anos a situação real: a inflação dos créditos e a supressão das amortizações.

Numa economia inorgânica (liberal, segundo se dizia) é preciso, para vencer os concorrentes, diminuir os preços de custo.

Os operários agarravam-se aos salários elevados, correspondentes ao período de euforia económica, ao passo que a parte do capital não podia ser comprimida, pois as oligarquias financeiras impunham o respeito pelas taxas de juro elevadas. Por outro lado, a guerra tinha transformado em fumo centenas de biliões e os capitais reais que subsistiam não permitiam uma diminuição substancial das mesmas taxas.

Havia ainda três recursos:

1.º A aceleração da velocidade do aparelho económico para baixar os preços. Este método reclamava máquinas, sempre máquinas novas, mais rápidas, mais perfeitas e mais caras. Ora todos os países se rodeavam de barreiras aduaneiras cada vez mais elevadas;

2.º O Crédito. A guerra tinha ensinado a jogar com este novo instrumento. Os bancos construíram pirâmides de crédito para desenvolver as fábricas, renovar o seu equipamento e ocultar a perda de substância em capital real.

3.º Chegou-se por fim a suprimir a amortização do material, pois substituir uma máquina antes que ela esteja fora de uso é fazer que o preço de venda suporte uma dupla amortização. É possível a substituição quando vale a pena o aumento do rendimento e os mercados o justificam. Ora o mundo metia-se cada

vez mais em compartimentos fechados, embora o crédito ao consumo mantivesse ainda artificialmente a capacidade de compra.

Os industriais concorriam uns com os outros no interior de cada país. Animavam-se as pequenas economias que a sociedade anónima polariza; os créditos pagavam as senhas de presença e os dividendos, mas com dificuldade se reembolsaria o capital.

Esta situação contra natura não podia eternizar-se. O inverosímil edifício era sustentado pelo crédito, mas este contrai-se com a mesma rapidez e facilidade com que se expande.

Passou uma vaga de desconfiança. Foi a derrocada de Wall Street. O crédito, que é vento, passou com a mesma rapidez com que tinha soprado. Mas este vento era o oxigénio de uma economia que se tinha excitado artificialmente; ao desaparecer, condenava-a à asfixia.

A sobreprodução, latente havia quinze anos, apareceu à luz do dia; viu-se então que em toda a parte as fábricas estavam apetrechadas para necessidades que eram o triplo das necessidades reais. Foi a crise, o desemprego de milhões de homens. Os países dobraram-se mais ainda sobre si mesmos; pelo caminho dos contingentes e das regulamentações de divisas, o mundo foi levado rapidamente à autarquia.

Agora já é fácil responder às perguntas iniciais. A máquina contribuiu para o desemprego actual, mas a loucura dos homens e a sua ambição de lucro são mais responsáveis do que ela.

O maquinismo tem consequências noutras ordens de factos.

Excessivamente mecanizada, a mão-de-obra tornou-se imprópria para qualquer ocupação diferente da que se habituara a executar automaticamente.

Apesar de toda a sua habilidade, a máquina não pode imitar o trabalho do artífice de outrora. Certos ofícios artísticos sofreram com esta mecanização; a produção, no conjunto, tornou-se impessoal. Ora o trabalho tem, primeiro que tudo, uma grande função educativa. É uma necessidade que se impõe à humanidade. O desemprego dos jovens tem consequências pavorosas, pois deve sublinhar-se que a supressão ou suspensão do trabalho é, para a maior parte dos indivíduos, a impossibilidade de se fazerem homens ou de continuarem a sê-lo.

A cadeia é esta: máquina, concentração económica, conquista do mundo, mecanização, auto-defesa do mundo, sobreprodução, crise, desemprego. A máquina é assim, com a estupidez humana, a causa determinante do desemprego, mas não a sua causa antecedente.

É evidente que devia cortar-se a cadeia, organizando a produção, no momento em que a concorrência se tornasse destrutiva.

A livre concorrência, que não tem perigo quando os horizontes são ilimitados, torna-se mortal em âmbito restrito. Experiências recentes na indústria automobilística mostraram os danos da concorrência quando os mercados estão saturados. A partir de 1920 a organização corporativa para remediar as consequências dos nacionalismos económicos era um imperativo absoluto.

Na verdade, o desemprego é fruto da desordem profissional mais que da concentração.

As suas consequências são terríveis para o operário porque este, para viver, não tem mais que o salário. É por isso que a agricultura pode conhecer a miséria, mas ignora o desemprego. Ora a corporação, porque faz do operário um «multicapitalista» que participa no património corporativo, familiar e pessoal, evita que ele tenha de recorrer à caridade pública nos períodos de adversidade.

Os mercados que a indústria encontra na agricultura nacional voltam a ser muito importantes. Como o escoamento dos produtos industriais está em função dos preços de venda dos géneros alimentares, é preciso que estes se valorizem. Deve inverter-se a tendência dos últimos séculos e elevar-se o nível de vida das populações rurais, o que deteria o êxodo para as cidades. Na verdade, só uma nova civilização, mais rural que citadina, pode dar um horizonte de esperança.

Para suprimir o desemprego, os salários terão que ser avaliados em novas bases.

É preciso nivelar as condições, rever o padrão de vida geral e aliviar, com a receita que se obtivesse, a miséria dos desempregados, não pela concessão de subsídios, mas proporcionando-lhes trabalho produtivo.

Mas não só oariado deve sofrer com as restrições que a situação impõe. Deverão criar-se condições favoráveis para que baixem as taxas de juro do capital. Seria utópico, no entanto, esperar muito de tal providência, visto haver necessidade, ao mesmo tempo, de voltar à amortização do material, o que anda muito esquecido.

Em face do incessante acréscimo da produção, tem que se encarar o aumento do número de consumidores. Ora a criança é um consumidor de primeira ordem, visto ser um destruidor que nada produz até aos quinze anos.

«Há quem acredite na sobreprodução, dizia Mussolini. Mas não há sobreprodução. O que há é subconsumo. A diminuição da natalidade é uma das causas de crise. É preciso ter filhos, muitos filhos. Por mim, tenho cinco. A criança é um consumidor notável, visto que tudo destrói: os seus livros, brinquedos e vestidos, e, além disso, come! A vida económica de um país depende da sua população. A opinião de que um povo

A MONARQUIA DE AMANHÃ

empobrece por ser numeroso é um erro monstruoso. Quando eu era novo, vivi numa província despovoada e miserável; hoje, que essa província está muito povoada, a vida ali é mais fácil. As nações devem ter muitas crianças se não querem morrer...»

Voltam ao plano da mais viva actualidade as palavras do *Novo Testamento*: Crescei e multiplicai-vos.

Escreveu Lenine: «A electricidade é o comunismo». De duas uma: ou Lenine falava somente para a Rússia, ou se enganou redondamente. Na verdade, o emprego do motor eléctrico tornou possível a desconcentração da indústria e nessa tendência vemos nós um remédio para o desemprego e portanto para as ideias subversivas, cujos progressos estão em função da miséria dos homens.

A principal vantagem desta disseminação das empresas reside no facto de ser acompanhada de uma desconcentração bancária, que torna impossível a concessão de créditos inconsiderados que estão na base da crise. Os bancos regionais e locais, cujos dirigentes conhecem pessoalmente os meios de acção e os limites das empresas que apoiam, são muito mais prudentes na concessão de créditos do que os grandes bancos centralizados em Paris.

Há um remédio doutra ordem, cuja importância não é menor: é preciso refazer a educação espiritual da humanidade.

O verdadeiro responsável é o homem. É o capitalista, que queria dividendos e juros elevados; é o financeiro, que, para receber comissões, precipitava o industrial no abismo; é o industrial, que não soube prever um destino que no entanto era bastante claro; é o operário, que queria ter sempre trabalho a ganhar cada vez mais. Depois de se ter procurado explorar o mundo inteiro, a indignação porque os outros se defendem não parece muito lógica.

MAQUINISMO E DESEMPREGO

A máquina é uma invenção humana, é uma coisa — e coisa do homem. Como este tem um espírito, se ele não o tivesse prostituído e não se tivesse feito materialista, a máquina não o teria escravizado.

As palavras do *Testamento*: «Conquistai a Terra» não significavam que o homem podia ser substituído pelo instrumento que à terra iria buscar, mas que devia servir-se dele para aliviar o seu trabalho.

Peça-se aos fautores desta desordem um grande acto de coragem: que renunciem às quimeras com que justificam a sua preguiça, ao gosto imoderado do lucro e à ânsia ilimitada de gozo.

Diante de factos inelutáveis como a restrição do ritmo económico pela limitação das necessidades alimentares, o homem, sem renunciar às vantagens materiais, deve meditar e procurar uma nova ordem que dê a supremacia aos valores morais.

CAPITULO IV

FALIU O CAPITALISMO?

I

CAPITAL E CAPITALISMO

Uma unidade profunda se desprende do exame da crise económica do século ⁽¹⁾.

Cada um interpreta os factos conforme as suas tendências, classifica as causas e mede a importância delas pelas suas preferências, mas todos convergem nos pontos essenciais do raciocínio, nas charneiras das sequências de causas, nas conclusões.

Estas análises concordantes podem resumir-se nalgumas frases: O regime capitalista, vulgarmente chamado capitalismo, tem graves inconvenientes que ameaçam o trabalho, o Estado, o capitalista e o país, inconvenientes que não podem atribuir-se ao capital propriamente dito, pois este é um factor indispensável da produção.

Quer se apreciem demoradamente, quer não, as definições clássicas da noção de capital, o valor que se dá à palavra é o mesmo. Alguns ampliam até o qualifica-

⁽¹⁾ Citam-se neste capítulo respostas dadas a inquéritos que se fizeram a personalidades da economia francesa e economistas de todas as tendências.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

tivo, aplicando-o aos três elementos produtores que habitualmente se distinguem em economia política: natureza, capital, trabalho.

«Empregamos o termo capital no sentido mais amplo, abrangendo, portanto, o capital produtivo, que compreende tudo o que pode contribuir para a satisfação das necessidades económicas de uma colectividade: o solo, fonte de toda a actividade, os instrumentos que permitem criar objectos de consumo, a capacidade de trabalho do homem.»

Outros ficam mais perto da concepção clássica:

«O capital é um factor indispensável da produção, na qual colabora com o trabalho. É tão impossível fabricar uma carruagem como uma plaina, desde que não haja um capital preexistente na forma de máquinas, de fábricas, de ferramentas ou de instalações, ou de dinheiro que sirva para adquirir esses bens que também são capitais.»

Em última análise, o capitalismo, tão desacreditado, sobretudo desde algumas décadas, será uma forma de utilização do capital, um prolongamento deste, ou um regime económico?

As conclusões são unânimes:

«O capitalismo, na sua nova acepção pejorativa, é o regime económico liberal a partir de certo momento da sua evolução e considerado por um dos seus aspectos: o do capital, da sua repartição, do seu crescimento e dos abusos que provoca o seu uso incondicionado.»

O capitalismo seria pois o nome pejorativo do nosso regime económico, que só no princípio foi realmente liberal.

«Quando o capitalismo era um regime exequível, escreve Pierre Gaxotte, quando funcionava sem entraves, como a sua natureza o exigia, fundado na busca do interesse pessoal, era um regime muito simples e de

FALIU O CAPITALISMO?

rápida adaptação. Ora este mecanismo já não funciona: o Estado, pela sua intervenção, esmagou-o, arruinou-o.»

Se se define o capitalismo: «um regime com base na apropriação dos capitais que, investidos no trabalho da produção, são reconstituídos pela economia», não temos, teóricamente, a imagem exacta do regime económico liberal?

O capitalismo assim definido é, pois, o pseudo-liberalismo económico de 1936.

Se quisermos fazer uma comparação um pouco realista, diremos que o pinto é para o ovo o que o capitalismo é para o liberalismo.

Um e outro estiveram demasiado ao serviço dos interesses particulares.

Como se manifestam os abusos do capitalismo?

É preciso distinguir «as injustiças para com o proletário, as injustiças para com o pequeno capitalista, os perigos para a autoridade do Estado e, por consequência, para a grandeza e força da Nação, que se debilita com todas as perturbações e todos os desequilíbrios internos».

«Cada vez mais o financeiro se substitui ao industrial. Desenvolver a sua empresa, eis o ideal do industrial; desembaraçar-se dela, eis o do financeiro.» Este domínio do grande banqueiro sobre a produção fez surgir o crédito especulativo em vez da economia e substituiu o trabalho com as suas virtudes pelo jogo com os seus defeitos. Viram-se muitas vezes as trágicas consequências disso em retumbantes escândalos que se manifestaram no após-guerra.

Em resumo, a censura mais grave que se pode fazer ao capitalismo é precisamente a de ter desprezado os capitais, o seu nascimento, a sua formação, a sua força viva.

II

A CAMINHO DA SOLUÇÃO

Como preservar todas essas pessoas e coisas que o capitalismo pode lesar?

Duas categorias de remédios se apresentam ao espírito: uns mantêm-se no quadro do actual regime económico e limitam-se a atacar as manifestações abusivas do capitalismo; outros, mais genéricos, exigem uma reforma total.

Que soluções se preconizam no primeiro caso?

«As reformas devem defender o capital no próprio interesse do capitalista. Supressão das acções de voto plural, obrigação para as sociedades anónimas de publicarem balanços minuciosos, com a posição verdadeira da conta de lucros e perdas, e tornarem conhecida a composição da sua carteira de valores... uma corporação de comissários de contas segundo o modelo inglês, responsabilidade dos administradores, vigilância do crédito.»

Mas temos de concordar que estes remédios parciais são insuficientes. Não se chega à raiz do mal quando se atacam somente os efeitos; é preciso subir às causas originais.

Se o regime económico é em última instância o responsável, é preciso modificá-lo ou substituí-lo.

A solução colectivista deve ser terminantemente repelida.

«Uma economia completamente estatizada torna impossível a harmonia entre todas as forças vivas, porque elimina o interesse individual e a emulação de um padrão de vida mais elevado, que é o fim de toda a iniciativa livre e individual.»

«O colectivismo é a última expressão do capitalismo. É, pois, um fenómeno degenerado, crítico e final do mesmo capitalismo.»

«Para nós a propriedade é uma das melhores garantias da liberdade individual.»

Se o liberalismo económico, para as personalidades da economia francesa que consultei, é tão prejudicial como o estatismo, qual será então o sistema preconizado para salvaguardar os interesses do país?

A ideia de que a solução é de natureza social é uma ideia em marcha.

O individualismo, sob cujo signo vivemos ainda, destrói o indivíduo.

Por isso a ciência que ensina o indivíduo a viver para a sociedade é estudada cada vez mais no nosso país com o nome de corporação.

Os que puderam dentro dos agrupamentos corporativos tomar contacto com o trabalho de revisão de valores e de meios de acção em que se têm empenhado infatigavelmente excelentes espíritos, conhecem a importância deste esforço silencioso, metódico e profundo, que tanto contrasta com certas inovações ruidosas do estrangeiro. Eles sabem que o espírito francês, no seu conjunto, é porventura neste momento o melhor preparado para atacar de frente os mais inquietantes problemas e dar-lhes uma solução razoável e reflectida.

Se as concepções críticas que nos foram transmitidas sobre o capitalismo mostram uma unidade completa, o acordo não é menos perfeito sobre a necessidade de uma reorganização da economia no plano corporativo. A unanimidade das respostas, em todos os domínios da indústria, das finanças, do comércio, é impressionante.

«Entre o capitalismo do indivíduo e o do Estado, deve de novo dar-se lugar ao capitalismo das colectivi-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

dades pequenas e grandes que são a família, a corporação, a comuna e a região.»

«É preciso alterar as relações do capital e do trabalho invertendo os termos da antiga subordinação do segundo ao primeiro, de modo que o capitalismo seja substituído pelo corporatismo, oposto à concepção materialista que até hoje tem regido a actividade económica.»

«Por que meio? O meio está nas nossas mãos. Aos particulares, sob a vigilância do Estado, compete disciplinar-se quando for oportuno fazê-lo. Oxalá eles sejam bastante perspicazes para que se imponham a si mesmos esta disciplina.»

«É preciso acabar com o espírito de classe e de partido, próprio do Estatismo, que embaraça todo o movimento de organização profissional, reforçar os nossos sindicatos sob o signo do interesse comum e chamar para eles todos os produtores, quaisquer que sejam os seus métodos de trabalho.»

«Na extrema complicação da economia actual só há um remédio: encarregar os interessados do mesmo grupo de reformar os abusos, de pôr ordem e método na produção, de proporcionar a produção ao consumo. Para isso deverá constituir-se o completo grupo profissional que é a corporação, a qual compreenderá patrões, empregados, operários, obrigatoriamente reunidos na mesma organização.»

«A Corporação é um obstáculo ao estatismo. Por meio dela, o Estado deixará de se ocupar de assuntos que, no domínio económico e social, não são da sua competência.»

«Em face do perigo que ameaça o mundo, a alternativa é só uma: ou saltar a pique e a pés juntos para o abismo do socialismo com uma fórmula estatista, bolchevista ou neo-capitalista, ou tentar, com todos os

FALIU O CAPITALISMO?

recursos da experiência histórica e científica, uma transformação completa dos modos de produção.»

Em resumo, a solução, aos olhos de todos, será corporativa. Esta concepção elimina a luta de classes e firma-se nos interesses comuns (e como tal reconhecidos) da profissão e no interesse geral da nação.

Estas reformas legislativas, parciais ou totais, exigem como condição prévia e determinante uma modificação do terreno espiritual e uma transformação do ambiente moral em que vivemos. Ora a reforma dos costumes está indissolúvelmente ligada a uma reforma política.

Vemos que há acordo completo neste ponto:

«Será o espírito quem, primeiro que tudo, decidirá o futuro.»

«A reforma da economia só poderá efectuar-se depois da reforma do Estado. Esta não será eficaz se não for precedida por uma Revolução espiritual.»

«Para que seja possível a Corporação, é preciso que o Estado não tenha que recear os fortes agrupamentos, isto é, que ele próprio seja fortalecido, impossível de desmembrar, superior a todos os interesses.»

«Remédio político: Estado forte, permanência de uma autoridade sem restrições, compensada pela responsabilidade pessoal ou familiar dos chefes.»

«Não se conjura o mal senão atacando-o na sua origem, que é política.»

Tal coincidência de opiniões em espíritos de proveniência e formação diversas, homens cujas vidas são tão diferentes, traduz com certeza necessidades inelutáveis e aspirações ainda mais gerais.

CAPÍTULO V

A CORPORAÇÃO

Entre os dois polos extremos do liberalismo económico e do estatismo, há pois uma solução que, confirmando o Estado na sua função de soberano e árbitro, permite à economia nacional que se organize e viva dentro da ordem, com o máximo de liberdades reais.

Podemos agora delinear útilmente um quadro de conjunto dos remédios propostos para a crise actual.

A pouco e pouco, tudo nos conduziu, nos mais diversos domínios, à «Corporação», peça essencial do novo regime.

Não há profissão em que não se manifeste a necessidade de uma ordem corporativa.

A intervenção do Estado, a incompetência do Parlamento, uma concorrência desordenada, convencem os mais refractários de que chegou a hora de se organizar a economia mediante a concessão às associações profissionais de um poder próprio, com a responsabilidade correspondente.

Todos os reformadores sociais, todos os partidos se apoderaram da corporação e querem acomodá-la à sua doutrina. Ora, conforme a estrutura do sistema, assim se pode ir do estatismo corporativo, que tende para o socialismo de Estado, a uma corporação que, pelo

A MONARQUIA DE AMANHÃ

egoísmo dos seus membros, se transformaria numa oligarquia perigosa para o Estado político, e seria mais travão que motor. No último caso esperam alguns utilizá-la, como utilizaram a ideia liberal, e por meio dela consolidar os seus privilégios ameaçados. Outros, enfim, fizeram-se corporatistas com segretos arrependimentos liberais. Aceitam esses um mínimo de ordem, mas repelem com energia tudo o que a ponha na concorrência e nos preços.

O carácter francês não se compadece com qualquer sistema excessivo ou demasiado sistemático, talvez por pensar que a complexidade do problema não pode submeter-se ao apriorismo das soluções codificadas e muito minuciosas. Mas se não é possível adiantar mais do que simples princípios gerais, não significa isso que se devam ocultar soluções contraditórias e inconsequentes por detrás do véu das generalidades. É tempo de voltar ao exame do problema no seu conjunto.

As corporações de outrora, realizações dos reis e do povo, correspondiam a uma época e um grau de civilização bem definidos.

As mesmas palavras designarão hoje organizações diferentes, pois os tempos mudaram, mas os princípios e os métodos devem ser os mesmos e a corporação deverá ser mais uma vez a realização dos esforços do Príncipe e do povo e o sinal da reconciliação francesa.

I

NECESSIDADE DA CORPORAÇÃO

Em 1791 a lei Le Chapelier decretava a «Liberdade de Trabalho»:

«Os cidadãos do mesmo estado ou profissão, os chefes de empresa, os que têm loja aberta, os operários

A CORPORAÇÃO

ou companheiros de qualquer arte não poderão, quando se reúnam, instituir presidentes, secretários ou síndicos, ter registos ou livros de actas, tomar decisões ou deliberações, estabelecer regulamentos sobre os seus *pretensos interesses comuns*.»

Patrões e assalariados libertavam-se dos seus quadros tradicionais. Mas a solidão é o preço desta pseudo-liberdade. O mito da igualdade, junto ao da liberdade, fazia do fraco a vítima oferecida às exigências do forte. Não podia ser respeitado por muito tempo este regime desumano, que sacrificava à ideologia revolucionária a família, a região, a profissão, quadros e defesas naturais dos Franceses.

Apesar da lei, patrões e operários organizaram-se em dois blocos hostis. Assim, de uma necessidade naturalíssima de defesa de interesses comuns nasceu a luta entre dois elementos da produção, unidos antigamente na Corporação. Acentuou-se por isso a diferenciação entre o capital e o trabalho e a batalha passou imediatamente para o terreno político e social.

Unidos para resistirem eficazmente aos patrões coligados, os operários apresentavam reivindicações que se tornavam exigências de classe. Este conflito permanente, explorado pelos marxistas, provocou em breve o ódio de classes: patrões e assalariados transformaram-se em «burgueses e proletários».

A luta encarniçada, que se travava em detrimento da profissão, desenvolvia-se no plano político. Políticos hábeis em explorar as dificuldades e as misérias de patrões e operários transformaram os sindicatos em comissões ou trampolins eleitorais para seu benefício pessoal. Diante deste campo de batalha, um Estado fraco e irresponsável aprendia que não basta dividir para reinar.

Faça-se justiça ao regime económico liberal. Precipi-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

tando-nos numa crise sem precedentes que atinge tão dolorosamente todas as classes da população, fez-lhes sentir a sua interdependência e conhecer melhor as suas necessidades, esperanças e aspirações. A crise aproximou as classes triturando-as numa miséria comum.

Quando se procuram logicamente as causas deste drama, é-se conduzido a erigir o plano de uma ordem social diferente e de uma organização económica melhor.

É uma necessidade correspondente a realidades tais que, apesar dos hábitos e doutrinas contrárias, apesar da oposição do Estado, os produtores procuram organizar-se, aplicando muitas vezes, sem o saberem, os princípios corporativos.

Entre os que ficam rebeldes a estas realizações práticas, esperam uns pelo homem que ponha ordem neste caos; outros trabalham e constroem planos de organização em que todas as pessoas e coisas têm o seu lugar admiravelmente previsto. Com duas penadas no papel restauram a ordem nacional. Admiram-se depois de que opiniões tão simples e lógicas não sejam aceites por toda a gente; irritam-se porque elas se não transformam imediatamente em harmoniosas realidades.

Maus métodos!

Não fazer nada é condenar-se às piores soluções, é merecê-las.

Construir no absoluto é quase construir no vácuo. Quem é inteligente, para não errar, só fala do que conhece.

É na ordem da sua actividade própria que cada um pode servir mais eficazmente.

O arquitecto, o mestre-de-obras, o pedreiro, não ignoram nada da construção civil, nem o camponês ignora nada da terra.

Que eles elaborem os seus cadernos de reivindicações e reformas! Só eles poderão fazê-lo.

A CORPORAÇÃO

Destes cadernos, expressão verdadeira da múltipla realidade, surgirá a figura do regime corporativo a que um Estado digno de tal nome dará vida e força.

Pensar concretamente e sobre assuntos concretos — eis o bom método.

Se este método for seguido em todos os graus, não tardará que renasça a ordem francesa.

II

QUE É A CORPORAÇÃO?

— É uma associação de produtores limitada a um ramo da produção, com a finalidade e funções seguintes:

Gerir os grandes interesses do respectivo ramo de produção e proteger todos os seus membros;

Estudar e regular em comum os problemas desse ramo de produção.

A corporação reúne para esse fim todos os operários, empregados e patrões do mesmo ramo de produção ou que a ele se ligue.

A organização corporativa tem por unidade económica a produção interessada, por unidade orgânica a corporação, por unidade geográfica a região.

A organização corporativa tem uma utilidade triplíce: social, económica e nacional.

Socialmente, deve transformar as relações entre patrões e assalariados e provar a comunidade dos seus interesses. A corporação aproximará os diversos pontos de vista e coordenará as boas-vontades. Ela tenderá naturalmente a eliminar a luta de classes, estéril e artificial, pela supressão dos elementos de fermentação incluídos na actual fórmula sindical operária ou patronal.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

No plano *económico*, o sistema corporativo realiza a organização racional da produção e assim proporciona os meios ao seu fim e restringe a intervenção do Estado no delicado funcionamento da máquina económica.

As vantagens *nacionais* do sistema corporativo deduzem-se do seu interesse económico e social. A profissão, traço de união entre interesses que pareciam opor-se no plano dos partidos políticos, toma um sentido moral que será o fundamento da corporação.

Além disso, a organização corporativa, pelo seu próprio funcionamento e pela sua administração hierarquizada, constitui um quadro sempre actual da produção do País.

Enfim — e este ponto retém particularmente a atenção de todos os produtores — o regime corporativo é o único que tem interesse em favorecer o produto de qualidade. Graças a ele, com efeito, os produtos serão normalizados, pela garantia de que se conservará invariável a qualidade. A fabricação e venda de produtos novos ficará à responsabilidade e iniciativa das empresas, as quais poderão inclusivamente fazer concorrência ao produto normalizado, mas só este terá o selo de garantia corporativo. Tal sistema incita a que se procure produzir cada vez melhor e dá ao consumidor a garantia de um mínimo de qualidade hoje inexistente.

Em resumo, o regime corporativo baseia-se na profissão e na região. No aspecto *social*, suprime a luta de classes e assim tira toda a razão de ser ao espírito de reivindicação; por outro lado, protege a família eficazmente. No aspecto *económico*, dirige os grandes interesses sob a fiscalização de um *Estado poderoso e imparcial*, que é a condição primária e indispensável do regime corporativo.

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DA CORPORAÇÃO

I

PERIODO DE TRANSIÇÃO

A supressão brutal e sem transição do sistema existente e dos costumes actuais seria catastrófica.

Também seria vão querer impor à sociedade e à economia, de um dia para o outro, uma organização definitiva e imutável.

A descentralização económica muito facilitaria a realização do verdadeiro regime corporativo, definido por La Tour du Pin. Esse regime é o fim para que se deve tender.

Todavia, perante a complexidade dos actuais problemas económicos, a concentração abusiva dos capitais e o desenvolvimento das grandes questões do proletariado, não será possível descentralizar senão progressivamente e tendo em atenção as diferentes categorias de empresas.

Mas há que tomar providências transitórias. Só com modalidades diversas de aplicação, conforme as categorias das profissões e actividades, a obra empreendida pode ser levada a bom termo. Em muitas empresas,

A MONARQUIA DE AMANHÃ

aliás, os progressos técnicos e a tendência para a descentralização industrial facilitarão o trabalho.

Depois de século e meio de economia liberal e de luta social, seria insensato esperar uma união tão íntima dos produtores — patrões e operários — que se possa confiar a conselhos mistos, sem transição, a gestão completa de todos os organismos económicos.

A corporação, ao menos para a grande indústria, limitará de início os seus esforços criadores à constituição de um património moral e material comum a todos os produtores.

Durante o período de transição, a coordenação económica de certas empresas que formem uma unidade económica no país deverá ser feita, no plano regional e nacional, por sindicatos em que se reúnam os chefes dessas empresas, submetidos à fiscalização da região e do Estado.

Estas indicações mostram que o problema é muito delicado, visto que não há uniformidade de interesses.

II

A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA TRANSITÓRIA

Esta dupla necessidade na ordem actual das coisas conduziu-nos *temporariamente* ao mecanismo seguinte:

Devem coexistir duas organizações até que, passado o período de transição, possam fundir-se. Uma, descentralizada, ocupar-se-á de todos os problemas especificamente sociais e regionais; a outra, *relativamente centralizada*, resolverá as questões mais especificamente económicas.

ORGANIZAÇÃO DA CORPORAÇÃO

A primeira é de base regional, pois os salários e as necessidades dos produtores variam com a região em que se exerce a profissão. Essa já tem forma corporativa (digamos assim, para clareza da exposição). Na *base regional*, organiza o seguro e a assistência aos seus membros, trata da sua colocação, aprendizagem e habitação, elabora os regulamentos relativos aos acidentes de trabalho, garante ao assalariado a propriedade da sua profissão, estabelece *salários-base*, redige os contratos colectivos, administra o património comum (bens morais e materiais comuns à profissão e aos que nela participam: propriedades imobiliárias ou mobiliárias, caixas de reforma e de seguros). Possui, como é natural, personalidade e responsabilidade civil e favorece o acesso do assalariado à propriedade pessoal, facultando-lhe desde logo as vantagens da propriedade colectiva.

Com efeito, o problema não consiste somente em melhorar a sorte do proletariado, mas, ainda mais, em suprimir a condição proletária.

A segunda organização, provisória e, quanto possível, limitada à grande e média indústria, é formada por sindicatos de categorias de empresas. Estes, constituídos na base regional ou nacional, fornecem o inventário da produção francesa. Cada um deles, responsável pela sua produção em função das necessidades nacionais, colabora na harmonia de todo o sistema económico.

III

A CORPORAÇÃO

Analisemos o mecanismo da constituição e do funcionamento destes dois organismos.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

A. Na região

Na região, os interesses de cada profissão serão representados pela respectiva *Corporação Regional*. Esta corporação será composta pela reunião de sindicatos de empregados e patrões da mesma profissão, em pé de igualdade. As duas partes terão *iguais direitos* na direcção da corporação.

As *corporações regionais* de todas as profissões da região serão representadas na CÂMARA REGIONAL DAS CORPORações PROFISSIONAIS, que manterá o contacto e a unidade de acção entre todos os seus membros.

B. Na nação

A Câmara Regional das Corporações Profissionais transmitirá à *Câmara Nacional das Corporações* as informações necessárias.

Esta *Câmara Nacional* será composta, em pé de igualdade, por delegados dos patrões e assalariados, eleitos pelas câmaras regionais das corporações profissionais. Ela estabelecerá para toda a França regulamentos gerais relativos ao trabalho, mas deixará às corporações regionais a faculdade de administrarem os seus patrimónios e fixarem salários e variantes regionais das condições do trabalho.

Este sistema concilia, portanto, a unidade mínima de legislação com o respeito pelas particularidades regionais.

Em resumo, uma corrente constante de informações irá da periferia para o centro, ao passo que uma corrente inversa de directrizes gerais unirá o centro à periferia. Mas a máxima independência será constantemente garantida à representação regional.

ORGANIZAÇÃO DA CORPORACIÓN

IV

SINDICATOS DE CATEGORIAS DE EMPRESAS

Estes sindicatos de categorias de empresas só existirão—repetimo-lo—provisoriamente. Os sindicatos regionais, conforme a importância relativa dos interesses económicos que representam, enviarão delegados a Paris.

Os sindicatos de categorias, reunidos em conselhos, ficarão subordinados ao ministro da Economia, cuja intervenção se limitaria aos casos em que o interesse nacional a exigisse.

Os sindicatos regionais transmitiriam estatísticas e informações e exprimiriam as suas aspirações aos respectivos conselhos. Além disso, vigiarão a aplicação das determinações tomadas superiormente pelos representantes da profissão. Desta maneira, os agrupamentos locais ficarão com uma larga iniciativa.

V

ASSEMBLEIA DOS INTERESSES REGIONAIS

A inovação essencial do nosso sistema político e social será a *Assembleia dos Interesses Regionais*.

Esta assembleia, que é a parte principal da indispensável reforma, apresenta a novidade da sua construção jurídica. Dada a sua feição verdadeiramente política, competir-lhe-á representar os interesses gerais da região. O seu modo de eleição favorecerá os elementos estáveis e em particular os chefes de famílias numerosas.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

Os delegados das assembleias dos interesses regionais constituirão a *Assembleia Nacional dos Interesses Regionais*.

No ponto de vista corporativo, a função destas assembleias será arbitral.

VI

INSCRIÇÃO NOS NOVOS ORGANISMOS

A inscrição será legalmente obrigatória para as sociedades anónimas. Será fácil incitar as outras a que se inscrevam também, desde que se favoreçam juridicamente os sindicatos de categorias, únicos que serão reconhecidos pelo Estado e gozarão de personalidade civil e da livre disposição dos seus bens, para o que a autoridade pública lhes concederá o respectivo alvará.

As sociedades que não forem anónimas, particularmente quando o seu capital pertencer em propriedade plena às respectivas direcções, poderão constituir-se e viver isoladas, desde que o capital não exceda uma quantia a fixar previamente para cada profissão. Evitar-se-ão assim, para as sociedades importantes, as graves consequências económicas e sociais que podem resultar da imprudência ou da inépcia dos respectivos dirigentes.

Quanto às sociedades anónimas e às mais importantes sociedades de pessoas, só poderão constituir-se com o acordo do respectivo sindicato de categoria e da assembleia regional. Conforme a conjuntura económica, assim estes organismos autorizarão ou não a criação solicitada. Em caso de litígio poderá recorrer-se para uma magistratura económica, que julgará em última instância.

ORGANIZAÇÃO DA CORPORAÇÃO

Assim como não se pode fixar antecipadamente a importância do capital necessário para que a sociedade de pessoas fique subordinada ao regime corporativo, também não se pode fixar a lei geral que regulará a junção dos diversos corpos do Estado numa unidade administrativa.

VII

CLASSIFICAÇÃO DAS PROFISSÕES

Na *classificação das profissões*, segundo os princípios modernos, há quatro tendências dominantes:

O agrupamento por semelhança, por convergência, por unidade de matéria-prima e por ciclo de produção.

O primeiro consiste em incluir na mesma corporação todas as profissões e indústrias cuja técnica, concentração e produção sejam semelhantes. Exemplo: a construção de automóveis, aviões e motocicletas.

O segundo consiste em reunir, segundo a sua convergência, profissões e indústrias que, embora diferentes, concorram para o mesmo fim. Exemplo: a construção civil, que agrupará pedreiros, carpinteiros, marceneiros, canalizadores, empresas de ascensores, etc.

No agrupamento por unidade de matéria-prima podem associar-se produções e profissões muito diferentes quando a importância e o carácter da matéria-prima sejam tais que dela tudo dependa. Tais são os casos do petróleo e da borracha. Cada corporação agrupará as indústrias de extracção, exploração, trânsito e utilização do petróleo ou da borracha.

Enfim, no agrupamento por ciclo de produção, que se considera mais frequentemente e que é o mais simples na aparência, o eixo da corporação é a «coisa produzida» e reúnem-se por isso todas as actividades

A MONARQUIA DE AMANHÃ

que se relacionam com ela. Assim, a farinha reúne padeiros, pasteleiros, moageiros, corretores e produtores de trigo.

Todos estes métodos são bons conforme os casos. Ora não há nenhum caso que não seja específico. Como o espírito corporativo é essencialmente realista, a organização deverá amoldar-se quanto possível à complexidade do real, adoptando concepções maleáveis às diversas formas, e afastar-se do espírito de sistema, que é próprio dos regimes democráticos.

VIII

CONFLITOS E ARBITRAGENS

Negar num sistema económico — por mais perfeito que ele seja — a possibilidade de conflitos entre os interesses antagónicos dos representantes do capital e do trabalho seria construir fora da realidade.

As partes poderão continuar a não estar de acordo quanto à importância dos salários, à protecção do trabalho, à utilização de certos modos de produção, etc. Como proceder em tais casos?

Os desacordos entre produtores reduzem-se a dois tipos bem definidos, uns de natureza jurídica, outros de natureza económica. Os conflitos jurídicos surgem ordinariamente a propósito da interpretação de textos legislativos ou regulamentares. O seu julgamento competirá à magistratura do trabalho.

Os conflitos económicos são mais importantes e mais graves. Até agora só tem havido para eles soluções de força: a greve ou o *lock-out*. Sistema injusto, porque dá o triunfo ao mais poderoso; sistema absurdo, porque prejudica gravemente o interesse nacional.

ORGANIZAÇÃO DA CORPORAÇÃO

Na organização corporativa, as disputas económicas serão submetidas para tentativa de conciliação a comissões nomeadas pelas corporações regionais das profissões interessadas na produção afectada pelo litígio, ou pela *Câmara Regional das Corporações Profissionais*.

Se a tentativa falhar, a questão será decidida pela *Câmara Regional das Corporações Profissionais, em reunião conjunta com uma comissão delegada da Assembleia dos Interesses Regionais, a qual servirá de árbitro de desempate*.

No caso excepcional em que este organismo recusasse arbitrar, o representante do Estado julgaria finalmente sem apelo.

Também podem surgir conflitos económicos dentro de um sindicato de categorias ou entre os próprios sindicatos. Nesse caso os conflitos serão submetidos à arbitragem do *Conselho dos Sindicatos de Categorias* e do *Conselho de Estado Económico* em última instância.

A divisão momentânea da gestão económica e social entre a *Corporação* e os *sindicatos patronais de categorias* exige que se regulamentem as relações entre esses organismos. Como as taxas dos salários reagem sobre o custo da produção, é sempre possível um conflito na *Câmara Nacional das Corporações*. Também pode suceder que esta se não ponha de acordo com os sindicatos de categorias.

A *Assembleia Nacional dos Interesses Regionais, cujos membros, pouco numerosos, são delegados pelas assembleias regionais, decidirá em ambos os casos, guiando-se, de acordo com a natureza da sua eleição, pelos interesses superiores da Nação*.

Da decisão da Assembleia poderá interpor-se recurso para o *Conselho de Estado Económico*, que julgará em última instância.

IX

FUNÇÃO DO ESTADO

Em suma, este edifício corporativo tira ao Estado o essencial da função que o Parlamento lhe conferiu e que ele cumpre tão mal. De futuro, portanto, a sua intervenção será estritamente limitada.

Tal é um dos princípios normativos do corporatismo. O Estado deixará de intervir de modo permanente. Simplesmente organizará o sistema no seu início. Em seguida reassumirá a sua função natural de árbitro e de supremo orientador. A sua intervenção limitar-se-á estritamente à solução dos conflitos mais violentos, nocivos para o interesse nacional ou o das colectividades. Então deverá agir por intermédio do ministro da Economia, o qual será assistido por um *Conselho Económico*.

Este *Conselho*, composto de técnicos dos problemas económicos e sociais, que terão o título de «conselheiros de Estado», fiscalizará o funcionamento e orientará a actividade do regime corporativo.

O regime corporativo, por último, funcionará sobre bases civis extremamente definidas. O Estado, nesse plano, terá completo direito de fiscalização; a sua intervenção justifica-se na medida em que se conforme com o direito comum.

Acabámos de resumir a organização corporativa aplicável ao período transitório.

Por último — e esperamos que muito rapidamente — o espírito de luta de classes será suplantado pelo espírito de mútuo auxílio e de estima recíproca. Será então possível reunir patrões e operários numa corpo-

ração única, que substitua a dualidade *Sindicato de Categorias e Câmara Corporativa*.

Talvez no princípio, enquanto os assalariados não tiverem suficiente educação económica, nem os patrões suficiente educação social, haja necessidade de dar somente voto consultivo aos delegados operários e de, para evitar os abusos patronais, fazer intervir os representantes do Estado e do interesse geral.

CAPÍTULO VII

A CORPORAÇÃO E A AGRICULTURA

A família rural e a terra que ela cultiva são as raízes fecundas da civilização francesa. Toda a renovação nacional que menospreze a importância histórica e actual, económica e social da gente dos campos está votada a malogro certo.

O meu pai e eu conhecemos bem a agricultura, que há muito praticamos. Não ignoramos por isso as profundas dificuldades que a cercam de todos os lados.

Diz-se que os nossos camponeses são rotineiros. Não há nada mais falso! O que eles têm é o culto das tradições que, no passado, fizeram a França grande e livre. Dia a dia temos a prova disso por numerosos testemunhos. Nunca me aproximei de um camponês francês, que não reconhecesse nele um homem da minha raça.

As condições económicas e sociais da agricultura são tão peculiares que o estudo deste importante ramo da nossa actividade e da sua organização futura tem de se fazer à parte.

A corporação agrícola terá por base a família rural, elemento de estabilidade e duração sob todos os pontos de vista, quer se trate de garantir a continuidade e a permanência da defesa dos interesses corporativos, quer

A MONARQUIA DE AMANHÃ

o indispensável particularismo das regiões, quer a estabilidade nacional. Se olharmos para a França rural, veremos que as regiões mais prósperas são aquelas em que subsiste a cultura familiar.

Para manter e proteger a pequena propriedade é indispensável reformar o regime sucessório, que destrói a base da cultura.

A corporação agrícola não terá por fim eliminar a luta de classes, visto que esta, com poucas excepções, não existe na agricultura ⁽¹⁾, em que todos fraternizam à rabiça do arado. É uma particularidade que se deve à forma do trabalho agrícola, o qual, por natureza, exclui a ideia de classe, por ser um trabalho que fornece um rendimento óptimo quando se exerce no quadro familiar. Pequenas explorações dirigidas por um proprietário ou rendeiro, mão-de-obra familiar a que se juntam alguns moços de lavoura, tal é o tipo constante da exploração agrícola francesa.

A corporação agrícola não terá, pois, por fim essencial eliminar uma luta de classes que quase não existe; mas nem por isso será menos fecunda.

No *ponto de vista económico*, a Corporação garantirá a disciplina da produção e da venda. Pela palavra disciplina não se deve entender direcção imperativa, semelhante à que preconizam os partidários da economia dirigida. Cairíamos assim em pleno socialismo. (Este socialismo corporativo traria alguma coisa melhor do que o socialismo de Estado?) Quer-se dizer apenas a regularização das condições da produção e das trocas.

A lealdade do produto, dos mercados e transacções, a marca ou designação de origem, a repressão das fraudes, a revisão dos agrupamentos, isto é, a sua ma-

(1) O salariado agrícola existe em raras regiões florestais ou vitícolas.

A CORPORAÇÃO E A AGRICULTURA

trícula num registo corporativo, a fiscalização da sua escrita, os conselhos a dar-lhes, a arbitragem entre interesses antagónicos, etc., eis a positiva função económica que é de esperar da corporação e a que se pode acrescentar a investigação estatística, na qual se baseiem as directrizes gerais a dar.

O corporatismo atende essencialmente às realidades da terra. Está nisto a sua grande força. Na agricultura, com efeito, nada de valioso se poderá realizar se não se respeitarem acima de tudo as liberdades essenciais que estão na base da prosperidade agrícola francesa: liberdade de produzir, de vender, de fixar os preços, no quadro dos regulamentos corporativos. Estes só virão confirmar em bases mais sólidas tais liberdades, impondo-as ao respeito de todos.

No *ponto de vista social*, a corporação teria a seu cargo o ensino técnico, a aprendizagem, a higiene, toda a previdência, a assistência profissional e o seguro.

O patriotismo corporativo acudiria às dificuldades e misérias dos membros da corporação.

Organizar-se-á, no *ponto de vista social*, a corporação agrícola?

Se, por analogia com a organização industrial, chamamos à família camponesa a oficina rural de rendimento máximo, a unidade económica na agricultura será a corporação local, que não se deve confundir com a comuna. Não se trata de destruir a comuna. Esta subsistirá com o seu *maire*, representante da autoridade central. Simplesmente se lhe justapõe uma forma renovada da antiga paróquia (talvez se possam fundir no futuro).

Desta paróquia o que hoje subsiste é unicamente a alma, o que se chama o «campanário». É preciso restaurar as suas funções económicas de outrora, quando

A MONARQUIA DE AMANHÃ

a paróquia possuía os bens comunais e a assembleia paroquial dos camponeses determinava ao domingo o trabalho a efectuar em comum durante a semana.

Pelas suas novas funções, que lhe darão uma renovação de vida, a paróquia entrará no quadro da organização corporativa, superior, regional ou nacional.

As magníficas organizações agrícolas, que o Estado ignora ou tantas vezes despreza, atenuaram na medida do possível as dolorosas repercussões de uma crise sem precedentes.

Para obter a corporação agrícola basta aumentar e determinar com precisão os poderes actuais do sindicato agrícola. Não é necessário mudar a sua natureza nem a sua direcção. Foi por este caminho corporativo, de harmonia com as necessidades das actividades agrícolas, que o fizeram enveredar os seus primeiros fundadores, cuja tradição continuam os actuais dirigentes.

Assim reforçados e generalizados, deverão estes agrupamentos organizar e regular a produção, pois o Estado deixará de intervir indevidamente na gestão dos interesses profissionais.

Sentindo melhor do que o Estado as necessidades da sua profissão, os agricultores procurarão de novo a qualidade em todas as produções e voltarão à diversidade de culturas, pois só essa política poderá restabelecer a ordem na economia agrícola.

CAPITULO VIII

FINANÇAS

«Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças.»

BARÃO LUÍS

Os politicantes da Finança e da economia têm desculpa quando, por officio, confundem o sinal com o que ele representa.

A substituição do ouro pelo papel-moeda explica esta confusão, se não a justifica. A moeda de ouro era uma mercadoria cujo valor se podia considerar dos mais estáveis e podia servir de estalão e unidade.

Mas hoje a nota do banco e os instrumentos monetários, que não são de per si mercadorias, representam ainda uma certa quantidade de ouro. Representam, além disso, numa grande parte, o «crédito».

Mas o crédito está ligado à economia de um país, à sua prosperidade, à sua agricultura, à sua indústria, às suas trocas comerciais e ao próprio orçamento do Estado, que se tornou praticamente o principal detentor do ouro e, em período de estatismo, é ao mesmo tempo senhor da economia e escravo da plutocracia.

Graças à moeda dirigida, temível instrumento nas mãos do «aprendiz de feiticheiro» que é a democracia

A MONARQUIA DE AMANHÃ

moderna, o Estado, jogando com o crédito e com o ouro, poderá estimular ou travar arbitrariamente a vida de todo o país.

Os chefes efêmeros de um regime democrático de essência eleitoral hão-de preferir sempre, à prudência e à economia, a passageira euforia que acompanha a vida artificial obtida por uma política de inflação do crédito. A parte crédito da nota de banco vale o que valerem as riquezas morais e materiais do país; estas riquezas são rigidamente interdependentes, mais ainda num regime estatista do que noutro qualquer.

O exame do problema das finanças nas suas ligações com qualquer organismo económico mostra mais uma vez que é necessário e indispensável o regresso à monarquia.

I

A MOEDA E A ECONOMIA

Preço agrícola da produção	250 ⁽¹⁾
Preço por grosso	330
Custo da vida	490
Preço de retalho (Paris)	420
Salários diários	685
Salários horários	846
Encargos públicos	900

Pode parecer estranho que se apresente um quadro de estatística económica no princípio de uma exposição sobre a inflação, a desvalorização e o estalão-ouro. Mas as soluções propostas para a crise — a deflação

(¹) Índice de 1913 = 100.

FINANÇAS

e a desvalorização, ou a inflação — não são também, em parte, económicas?

Se a deflação e a inflação interessam à moeda, a deflação interessa à economia no seu conjunto.

O franco, cuja posição técnica foi impecável por muito tempo, só deu verdadeiros sinais de fraqueza ou de doença de 1927 a 1935. Graças às reservas-ouro do Banco de França, o franco — tènicamente — não podia ser atacado.

Logo, falar de manobras monetárias (desvalorização ou inflação, isto é, criação de novos instrumentos monetários) quer dizer que se espera, com essas manipulações, melhorar a situação económica geral.

Esta primeira observação permite-nos pôr assim o problema: para curar um mal económico pretendem alguns aplicar medicações monetárias, ao passo que os seus adversários, conscienciosos homeopatas, só querem ouvir falar de remédios puramente económicos.

Durante muito tempo e ainda hoje, para certas pessoas cuja única ciência é o seu bom-senso, a moeda era apenas uma fracção do conjunto da economia, o mais comum denominador de todas as transacções. Nunca essas pessoas simples ousariam pensar que, pelo facto de se esticar ou encolher esse metro, se podia mudar alguma coisa à intensidade das transacções.

Antes pelo contrário, a intangibilidade do valor e do volume dos instrumentos de pagamento, de economia e de medida, parecia essencial. As moedas podiam ser trocadas por ouro a todo o momento, quando o próprio sinal monetário não fosse feito deste precioso metal.

Dizia-se então que as divisas estavam ligadas a um estalão-ouro. Escolhera-se o ouro porque a experiência tinha ensinado que nenhuma outra mercadoria possuía, no mesmo grau, as qualidades monetárias da «estabilidade de valor» e da «conservação ilimitada».

Distintos economistas notaram um dia, ao analisarem os movimentos económicos, que o sistema do estalão-ouro, pelo jogo dos movimentos de metal entre países, estabelecia uma espécie de equilíbrio entre os preços interiores de todos os países e o valor exterior da moeda, isto é, o câmbio.

Chamaram a isso o automatismo do estalão-ouro. Ia-se longe de mais, visto que, na realidade, o sistema só é automático se os chefes responsáveis dos bancos emissores procederem conforme a razão, isto é, elevarem a taxa de desconto se o ouro emigrar, a fim de atraírem os capitais (afluxo novo que estabelece o equilíbrio da balança e permite, além disso, diminuir os preços de custo interiores e portanto exportar mais), ou diminuí-la, se o ouro fluir em excesso, o que incitará os particulares a colocarem no estrangeiro os seus capitais.

O estalão só era automático na medida em que o homem, observando o movimento do ouro e guiado por uma lógica sã, agia nessa conformidade sobre a taxa de desconto.

Por outro lado, este mecanismo monetário internacional, destinado a funcionar numa economia liberal, supunha, consequentemente, a livre circulação dos capitais e das mercadorias. Ora o comércio mundial está hoje reduzido a menos de 30 % do total de 1930.

Com estas duas condições — livre jogo da taxa de desconto e liberdade das transacções internacionais — o sistema garantia mais ou menos a estabilidade dos preços internacionais e o equilíbrio dos câmbios. Convém notar que ele dava a prioridade nas preocupações dos economistas às questões de câmbios sobre os problemas da economia interior.

Os dirigentes dos bancos emissores olhavam mais

para o ágio do ouro do que para as necessidades de crédito da economia.

Preferia-se o comércio internacional ao comércio interior. Era natural. Nesta concepção inicial, o sistema do estalão-ouro era acima de tudo um meio de regular em uníssono todas as economias nacionais.

Depois da guerra, os Estados, segundo parece, não só renunciaram às vantagens certas que dava o estalão-ouro, mas também se orientaram para as manipulações do volume dos instrumentos monetários, ou para modificações artificiais do seu valor. Os teóricos que preconizavam a inflação dos créditos ou a desvalorização estiveram em moda.

Para explicar esta tendência, temos de voltar atrás e lembrar duas coisas:

Por um lado, as teorias de certos economistas americanos do princípio do século XX;

Por outro lado, as novas condições de facto, económicas, sociais e monetárias, do após-guerra.

Analisemos estes dois pontos em pormenor:

a) Certos economistas americanos que estudavam as crises cíclicas verificaram que elas eram causadas por variações do valor da moeda. Para evitá-las, a moeda devia manter um valor constante. (É curioso notar que na origem das teses sobre as manobras monetárias está a preocupação de garantir a estabilidade do valor da moeda.) Pensaram esses economistas que se evitariam as crises cíclicas desde que se mantivesse uma proporção constante entre o volume do crédito e de todos os instrumentos monetários e o preço e a actividade económica. Se os preços subissem com excessiva rapidez, o que havia a fazer era cortar os créditos a uma economia anemiada. Não era uma doutrina heterodoxa, mas tais doutrinários podiam ser acusados de fazerem

uma interpretação ousada das velhas teorias clássicas, pela qual se concedia demasiado à moeda e pouquíssimo à produção, interpretação que tinha o grande perigo de incitar outros economistas a dar a primazia à moeda. Foi o que sucedeu.

Os mesmos técnicos e os seus sucessores pretenderam que, se diminuísse o valor da moeda pela criação de novos instrumentos de pagamento e, portanto, se os preços subissem de um modo suave e regular, a prosperidade reinaria sempre, pois as crises, no nosso tempo, eram todas provocadas pela baixa das cotações.

Os partidários da inflação foram buscar a estas teses o alimento para as suas teorias.

b) Também na realidade dos factos posteriores à guerra eles encontrariam argumentos ou, melhor, pretextos.

1.º Todos os países evoluíram para o protecçãoismo, que paralisa tanto os movimentos das mercadorias como a transferência de capitais. Ora o sistema do estalão-ouro não se concebe nem pode funcionar, ao menos nas suas aplicações internacionais, senão numa economia mundial livre.

Enquanto os Estados Unidos e todos os países europeus eram seduzidos pela mística dos altos salários, da protecção social, do elevado nível de vida, outros, como o Japão, faziam uma concorrência difícil de combater, porque os salários dos seus operários eram muito reduzidos.

Esta dualidade de sistemas e de concepções económicas empurrava ainda mais a Europa e os Estados Unidos para o protecçãoismo. Assim se compreende o motivo por que estes países vieram a sacrificar alegremente a estabilidade dos câmbios internacionais à protecção dos seus preços interiores. As transferências das dívidas de guerra, que só poderiam ser equilibradas por

movimentos de mercadorias (e estes tinham-se tornado impossíveis), iam contribuir para que o estalão-ouro, no seu funcionamento internacional, fosse desfigurado.

2.º Resto da inflação de guerra e dos anos desvaireados do após-guerra, um enorme volante de crédito ia ser utilizado pela especulação internacional para jogar sucessivamente com todas as moedas como se elas fossem simples valores de Bolsa. Assim eram destruídas as engrenagens sábias e delicadas do estalão-ouro e desse modo se contrariavam os movimentos normais dos capitais e se inutilizavam em pouco tempo as mais seguras previsões. Os especuladores, que não atendiam absolutamente nada às realidades económicas, obedeciam apenas a um sentimento de confiança ou desconfiança, provocada a maior parte das vezes por um juízo sumário da situação política.

3.º A partir de 1925, os Anglo-Saxões, por meio de uma especulação desenfreada sobre as matérias-primas (graças aos enormes créditos que os bancos lhes concediam), fizeram subir juntamente os preços e a produção, da maneira mais «antieconómica» que é possível.

4.º Os bancos emissores, finalmente, deixaram de cumprir a sua primitiva função. Por exemplo, os «Federal Reserve Banks» dos Estados Unidos, receptáculos do ouro mundial, não reduziram suficientemente a sua taxa de desconto, antes a esterilizaram, contrariando os seus efeitos por uma política de «open market». O Banco de Inglaterra, pelo contrário, de cujos cofres o metal amarelo fugia em 1931, não aumentou a mesma taxa como o teria exigido a judiciosa aplicação dos princípios do estalão-ouro.

Consequência de todos estes factos «extraordinários»: de 1925 a 1930, apesar de metade das moedas estar ligada ao estalão-ouro, os preços subiram 40 %.

Os adversários do sistema aproveitaram o facto para pretender que o estalão-ouro não tinha conseguido o seu objectivo e que a pavorosa crise económica, devida em parte a esta alta dos preços demasiado rápida, lhe era inteiramente imputável.

O estalão-ouro é o meio monetário de se conseguir a «estabilidade dos preços» desde que se observem certas modalidades de aplicação. O fim não se atingiu *porque todas essas modalidades foram transformadas ou violadas*. Os movimentos das mercadorias ou dos capitais viram-se contrariados ou completamente detidos e os bancos emissores já não respeitam as regras tutelares.

Os que exigem que o estalão-ouro funcione como em 1890, esquecem as realidades.

Mas a inferioridade do sistema no seu funcionamento actual não basta para o condenar. Temo-lo criticado porque economias autárquicas não podem acomodar-se com um sistema monetário que tende exclusivamente a organizar numa base estável as correntes de capitais e de mercadorias entre as nações e a intensificá-las.

Em suma, se é indispensável, para que a moeda conserve um valor estável, que ela continue ligada a uma mercadoria de preço invariável (e o ouro está indicado para isso), temos que atribuir mais importância às necessidades do mercado económico do que à paridade dos câmbios.

Apesar de tudo, os bancos emissores podiam regular o funcionamento do estalão-ouro se fizessem solidariamente uma política de crédito e de taxa de desconto que se destinasse primeiro a estabilizar os preços interiores e salvaguardar as economias nacionais e depois a tornar possível e vantajoso o comércio internacional.

Os dissabores provocados pelo sistema do estalão-ouro, na sua aplicação entre 1925 e 1930, levaram

alguns a preconizar a desvalorização, isto é, a diminuição do peso do ouro contido no estalão monetário, ou a moeda sem base metálica.

Os promotores deste segundo sistema, que não inovam na matéria, pretendem que, por não ter a produção do ouro acompanhado o desenvolvimento económico, as transacções são dificultadas pela raridade dos meios de pagamento e o encarecimento do ouro.

Esta tese não atende ao incremento da moeda fiduciária e da produção mineira.

Efectivamente, com a valorização do metal precioso, a exploração das minas, que deixara de ser remuneradora, pode recomeçar, visto que o custo da produção é de novo inferior aos preços de venda. Esta exploração aumenta o *stock* mundial e compensa-o da sua rarefacção momentânea.

Os teóricos da desvalorização vêm no seu sistema uma panacea que tudo resolve; por meio dela, a crise desaparece, os negócios florescem, o orçamento equilibra-se e os impostos tornam-se suportáveis.

Será preciso explicar a inanidade de um método que consiste em cortar um metro em dois e conservar-lhe o nome primitivo, para nos medirmos por ele quando nos encontrarmos muito pequenos?

A desvalorização não é capaz de estabelecer uma nova ordem económica. Porquê? As razões são quatro.

1.º *A desvalorização não resolve a crise económica.*

Como poderia ela influir favoravelmente no volume das trocas, se esse volume depende na realidade de elementos que não têm nada que ver com o sinal monetário?

Ainda seria defensável tal posição se a actividade essencial da nação se dirigisse para o exterior. Ora o comércio de exportação da França representa cerca de 15 % das suas trocas interiores.

Além disso, temos que admitir que a baixa de preços dos nossos produtos de exportação logo seria neutralizada pelo agravamento dos direitos aduaneiros ou a redução dos contingentes nos países a que eles se destinassem. Conhecemos bastante este sistema, praticado na França há quatro anos, para termos ilusões sobre os seus resultados.

É evidente que os preços interiores, se não sobem todos com a mesma velocidade, acabam por atingir o mesmo nível relativo depois de dez ou doze meses de experiência.

Certos espíritos simplistas condensaram o meio de resolver a crise neste curioso aforismo: «A crise terminará quando subirem os preços por grosso sem que subam os preços de retalho», proeza que a desvalorização realizaria!

Entendamo-nos. Se observarmos as coisas dois meses depois da publicação do decreto desvalorizador, eles têm razão; a diferença entre as duas lâminas da tesoura, como eles dizem, diminuiu. Ao cabo de um ano, porém, o nível relativo dos preços por grosso e dos preços de retalho volta a ser o mesmo.

Invocam-se com frequência os excelentes resultados da desvalorização na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Checoslováquia; mas se nós temos 376.000 desempregados, a Grã-Bretanha tem 2 milhões, os Estados Unidos 10 milhões, a Checoslováquia 750.000. Na mesma proporção, o número de desempregados entre a população francesa seria de três milhões.

2.º *A desvalorização não resolve o problema orçamental se não for acompanhada de uma deflação fiscal e orçamental muito severa.* Neste caso, porém, torna-se supérflua, pois todos concordam que o problema orçamental se resolveria se pudessem diminuir paralelamente despesas e impostos.

Ela não permite que se chegue ao equilíbrio do orçamento senão na medida em que, por ter facilitado a redução das despesas, torna possível a estabilização destas a um nível que não será ultrapassado e ao mesmo tempo a revalorização das receitas. Possibilidade essencialmente incerta!

Se a desvalorização do *stock* fornece alguns biliões ao Tesouro (alguns biliões que, eventualmente, bastam para tapar o *deficit* de um ano), depois disso estamos de novo perante o mesmo problema. Aliás, esta súbita riqueza não passa de uma transferência de caixa; não é mais, em suma, do que a espoliação do bem comum pelo Estado. Por que não se reparte igualmente por todos os habitantes este ganho inesperado, que pertence ao país?

Além disso, esta riqueza momentânea incita o Estado a empreender trabalhos inúteis, a contrair despesas sumptuárias, a ceder um pouco mais à demagogia, o que é a fonte de futuros *deficits*. O exemplo do período de 1928 a 1935 é bastante recente para que seja necessário insistir sobre este assunto.

Apenas se faria uma economia com os 17 biliões de juros da dívida pública, mas isto era somente uma economia. A desvalorização provoca (efeito psicológico) uma diminuição considerável dos rendimentos e portanto a alta da taxa de capitalização, que incide gravemente sobre a produção económica. Numa economia sã, uma conversão sempre possível à taxa actual produziria economias mais substanciais, sem violação unilateral de contrato nem agravamento das taxas de juro e, portanto, sem onerar a economia nacional.

3.º Visto que as despesas se multiplicam, a *desvalorização não diminui a carga tributária*. Basta lembrar os 11 biliões de impostos-Poincaré e o aumento regular dos nossos orçamentos desde 1928.

Como a desvalorização implica a multiplicação dos meios de pagamento, houve quem pretendesse que a economia seria reanimada com este suprimento de oxigénio e forneceria mais matéria colectável. Isto, porém, não é exacto.

4.º Efectivamente a inflação monetária, seja qual for a forma que revista, incluindo a desvalorização, não pode dar impulso a uma economia falida.

Se os produtores, os comerciantes, os consumidores estiverem paralisados pelo receio ou pela desconfiança, ou asfixiados com encargos muito pesados, eles não utilizarão os créditos bancários nem os créditos em notas de banco.

Os bancos, que podem quase tudo, o Estado, que pode muitas coisas, ficam impossibilitados de orientar e fiscalizar a utilização do crédito que fabricam. As notas serão entesouradas e os créditos bancários servirão para jogar com a baixa dos valores, para derrubar governos, ou para sustentar campanhas de imprensa interessadas.

A quem aproveita, pois, a desvalorização?

Se procurarmos sabê-lo, veremos imediatamente projectar-se o espectro da especulação da Bolsa e o dos partidos políticos, que não se assustam com a facilidade nem aborrecem os expedientes e que encaram com serenidade a colheita sem risco de algumas dezenas de biliões.

Assim, depois de um primeiro relance ao horizonte monetário, podemos concluir o seguinte:

I — O estalão-ouro, na sua concepção primitiva, já não corresponde à realidade da economia actual.

II — A moeda precisa de se apoiar numa base estável. O ouro tem todas as vantagens e satisfaz todas as condições que são de exigir a um estalão monetário. (Não há contradição entre estas duas proposições se os bancos seguirem uma política combinada de *directão do estalão-ouro*).

III — A desvalorização, como a inflação, não é remédio para a atonia dos negócios nem para a miséria do mundo. (O metro elástico ou o metro de 50 centímetros nunca poderão modificar o comprimento real do tecido que se quer medir.)

Se não encontrámos a solução do problema nesta primeira parte, é simplesmente porque ela está noutro lugar. A crise é *económica*. Nas nossas primeiras observações já prevíamos que os meios monetários, só por si, não a resolveriam.

Vamos pois caminhando pela nossa economia, à procura de uma visão mais elevada dos problemas que nos ofereça algumas soluções e nos conduza, finalmente, ao plano superior das finanças públicas.

II

A ECONOMIA E A DESVALORIZAÇÃO

A crise económica é causada e agravada por cinco ordens de factos:

- 1.º A atonia das trocas, ou crise de subconsumo;
- 2.º A consequente restrição dos rendimentos;
- 3.º A disparidade dos preços por grosso e de retalho;
- 4.º O nível extremamente baixo dos preços agrícolas na origem;
- 5.º Encargos públicos esmagadores.

As quatro primeiras manifestações da crise são o resultado de uma psicose de desconfiança, da desorganização, da anarquia total dos meios de produção e distribuição e do empobrecimento real do país.

Os três primeiros fenómenos, sintomas evidentes de crise, seguem de perto a baixa geral dos preços e sempre

foram conhecidos, pois se verificam em todas as crises cíclicas que a história regista.

O processo é invariável. Há uma baixa de preços. Descem mais rapidamente os preços por grosso, pois os salários e os rendimentos, que têm pouca elasticidade, destinam-se principalmente às compras a retalho. Quando há baixa, não se compra senão o indispensável, porque se espera que os preços desçam ainda mais. Só se começa a comprar com a alta.

A diminuição das transacções provoca a redução dos lucros. As empresas fracas não resistem e caem em falência. Saneado o mercado e esgotadas as reservas, os negócios recomeçam.

Ora a crise actual difere deste processo por dois factos:

- 1.º A extrema desvalorização dos produtos agrícolas;
- 2.º A sua duração muito prolongada.

Os rendimentos da agricultura tiveram em cinco anos uma diminuição de cinquenta biliões. Há uma grande miséria nos campos. Para remediá-la, no plano das finanças, foram preconizados três métodos:

- a) A desvalorização;
- b) A revalorização dos produtos agrícolas pela intervenção do Estado;
- c) A organização da produção.

Julgamos inadmissível que a desvalorização possa restabelecer a situação extremamente crítica dos produtores agrícolas. Para consegui-lo seria preciso que a agricultura francesa exportasse infinitamente mais do que exporta.

A desvalorização talvez fosse o sinal de uma alta de preços na origem (contanto que a procura excedesse a oferta), mas, como vimos, todos os outros preços não tardariam a seguir o movimento: adubos, máquinas, salários, etc., e o agricultor voltaria à anterior situação.

Procuremos soluções mais sérias e para isso analisemos as causas deste esgotamento, desta derrocada dos valores. Fundamentalmente são três:

- Os impostos;
- A deflação geral dos preços;
- A sobreprodução.

Os preços agrícolas na origem são os lugares de incidência dos impostos e da deflação dos preços.

Estamos ouvindo a crítica: «a agricultura não paga mais de 30 milhões de impostos directos.»

É certo que a agricultura não paga muitos impostos, mas não é menos certo que ela suporta a repercussão dos que são pagos pelos outros ramos da economia.

Todos nós sabemos que o *homo economicus* procura sempre descarregar sobre o vizinho o peso que o oprime. Ora o agricultor é o que mais facilmente se pode sangrar para compensar os encargos que oneram o comércio, ou a perda proveniente da diminuição dos preços imposta pela crise, esta crise que, em última instância, recai sobre ele com todo o seu peso.

O isolamento do agricultor é a causa da sua fraqueza. Obrigado a vender os seus produtos por qualquer preço, está à mercê de todos, dos consumidores aos intermediários, que lhe impõem decisivamente a sua vontade.

Diante desta mobilização, decerto inconsciente, dos interesses particulares, é preciso que ele se entenda com os seus irmãos na miséria para que, escorado numa sólida organização, deixe de ser um deserdado.

A organização profissional é a condição *sine qua non* de uma revalorização dos produtos agrícolas.

Posto isto, já podemos analisar as duas últimas proposições. A política de intervenção directa do Estado é e será sempre um fiasco na França, como nos Estados Unidos (exemplo: o Agricultural adjustment act), como

em toda a parte, enquanto a agricultura não estiver organizada. Dois anos de leis intervencionistas, com duzentos regulamentos, não puderam obstar à derrocada das cotações do trigo.

Se os preços subiram recentemente, não foi por causa da política de apoio governamental, mas sim porque a insuficiente colheita de 1935 permitiu o escoamento das sobras dos anos anteriores.

Se a actual colheita tivesse sido igualmente superior às necessidades, era inevitável, apesar de tudo, uma nova baixa de preços.

Haverá melhor meio de limitar a produção do que a organização profissional, como a expusemos num capítulo anterior?

O que é certo para a agricultura não o é menos para o conjunto da economia. Estamos assim no coração do problema, sob o aspecto financeiro.

Pretender numa economia liberalizante que a desvalorização pode elevar os preços por grosso sem tocar nos preços de retalho é manifestar um optimismo que os factos não justificam.

Vê-se mais uma vez que só a organização corporativa permite um lucro normal a cada categoria de produtores ou, pelo menos, impede que vendam com prejuízo.

É grande o espanto dos especialistas quando comparam os dados económicos das crises precedentes com a actual situação. Efectivamente, todas as estatísticas, todos os cânones da ciência económica, ensinam que a atonia das transacções já devia ter cessado.

Ora a economia continua a estagnar lamentavelmente, os consumidores estão arruinados e os que ainda têm dinheiro preferem abster-se de comprar. Eles desconfiam, têm medo, aguardam. Deve-se o marasmo actual, em grande parte, a este sentimento de descon-

fiança. Não se pode esperar que ele termine com a inflação ou a desvalorização.

Voltamos, pois, ao nosso habitual diagnóstico: *para curar a economia é preciso organizar as profissões, e assim todas as espécies de intervenções, hoje ruinosas e sem resultado positivo, serão possíveis e úteis.*

Já notámos que a crise, por um lado, era de excepcional duração e por outro se devia em parte ao peso excessivo dos encargos públicos.

Se nos elevarmos ao plano superior das finanças públicas e examinarmos as suas repercussões no mundo económico, veremos que estas duas proposições são conexas e complementares.

III

A ECONOMIA E AS FINANÇAS PÚBLICAS

O rendimento nacional em 1934-1935 pode avaliar-se em 160 biliões, mais ou menos dez por cento. O conjunto das despesas públicas em 1934 (orçamento do Estado, colectividades públicas, encargos sociais, *deficit* dos caminhos de ferro) atinge 90 biliões.

A aproximação destes dois números é pavorosa, mas ilumina singularmente a situação.

A distribuição dos 90 biliões, conforme a sua utilização, é a seguinte:

1.º Cerca de 30 biliões constituem o juro da dívida pública e as pensões militares e civis. Estes 30 biliões, que se vão buscar aos lucros da produção, são transferidos para alguns milhões de Franceses e constituem o seu poder de compra. São 30 biliões de rendimentos anuais a que não corresponde nenhuma criação de riqueza e de que nada restará depois do consumo.

2.º 20 bilhões são gastos em despesas militares que significam um prêmio de seguro contra o risco de conquista e se destinam à construção de obras ou à constituição de *stocks* certamente necessários, mas de rendimento económico quase nulo.

3.º Os encargos sociais. A sua importância é difícil de avaliar, mas sabe-se que os seguros sociais vão buscar anualmente aos salários e à economia nacional 4 bilhões que até hoje têm sido utilizados na compra de títulos da dívida pública e de obrigações dos caminhos de ferro e portanto são 4 bilhões improdutos.

A este respeito já se observou justamente «que a instituição dos seguros sociais, por obrigar todos os trabalhadores a colocar em francos, para terem direito à reforma, uma importância descontada nos salários, interessou a classe operária no destino da moeda e torna extremamente grave qualquer manipulação desta».

4.º Temos finalmente 15 bilhões gastos com os vencimentos dos funcionários do Estado e das colectividades secundárias. É forçoso reconhecer que só uma ínfima parte destes 15 bilhões poderá servir para a produção de novas riquezas. Ainda que essa importância correspondesse integralmente a serviços reais, como o rendimento económico de tais serviços é muito limitado, haveria uma enorme perda de energia por fricção.

Mesmo admitindo que os outros bilhões são produtivos, temos a economia francesa dividida em duas partes cada vez mais desproporcionadas: uma cujo trabalho produz novas riquezas, a outra que não produz senão serviços e muitas vezes serviços que não são económicos.

A desproporção entre estas duas categorias é hoje prodigiosamente anormal. A economia produtiva — agricultura, indústria, comércio — trabalha para sustentar alguns milhões de pessoas, fornecendo-lhes anualmente

75 bilhões de meios de consumo sem nenhuma contrapartida económica.

Como se chegou a este resultado? Desprezemos as causas secundárias — demagogia, regime, necessidades eleitorais — e procuremos a causa primária.

A guerra e o após-guerra custaram cerca de 400 bilhões. Esta amputação de um terço da fortuna francesa é acrescida todos os anos de 22 bilhões de juros da dívida e de pensões militares.

Seria natural que depois da guerra o nível de vida de todos os Franceses se ressentisse deste empobrecimento do país. Foi o contrário que se verificou. Por inacreditáveis artifícios bancários, monetários e psicológicos, o Estado diferiu por muito tempo a hora em que o país devia ser chamado a suportar tão pesado encargo e entretanto foi extraindo o que pôde à economia nacional. De tal modo a sobrecarregou que ela acabou por estalar por todos os lados. A hora chegou. Era preciso pagar.

O homem da rua (no caso pouco frequente de ser partidário da deflação) apressou-se a dizer: «A deflação orçamental salvará a economia». É uma opinião muito sumária. A deflação não salvará a França. Não se deve confundir as causas com os efeitos, nem os meios com os fins.

A inversão de valores, uma subversão da nossa estrutura económica e social que reduza a importância dos rendimentos insusceptíveis de produzir novas riquezas e faça aumentar a quantidade de rendimentos produtivos, eis o que salvará a França. Essa transformação seria acompanhada automaticamente de uma deflação orçamental. A diminuição natural de despesas provocaria a deflação fiscal.

Pessoas inábeis, ou adversários deste remédio, apresentaram a deflação como uma diminuição automática

A MONARQUIA DE AMANHÃ

porcional ao esforço». Neste caso, o resultado a obter exige esforços imensos, gigantescos: mas o que é impossível nos quadros da actual organização económica logo se torna realizável com uma economia organizada.

A França é uma sociedade que prosperou apesar de uma grande desordem nos seus serviços interiores, porque a prosperidade permitiu todas as loucuras. Essa prosperidade acabou e não voltará na sua antiga forma: a sociedade ou reorganiza os seus serviços e expulsa os incapazes, os inúteis, os parasitas, ou terá de abrir falência.

Não há moeda sã sem economia sã; não há economia próspera sem um Estado que governe e equilibre as receitas com as despesas; não há orçamento equilibrado sem boa política; não há boa política sem um chefe responsável; não há chefe responsável sem a continuidade que só a Monarquia hereditária pode dar.

CONCLUSÃO

PARA TERMINAR...

Tão são as razões políticas, económicas e sociais que me fazem crer, com um número cada vez mais importante de franceses, na necessidade da Monarquia.

Pelos mesmos excessos, universalmente verificados, a que deu origem a divisão dos partidos necessária à sua existência, a República vai caminhando para a sua perda. Passou o tempo em que ainda era possível um equilíbrio, embora imperfeito, entre essas formações políticas. A crise do parlamentarismo, a crise da autoridade, a crise económica, a crise do homem, enfim, que as contém a todas, provocaram a constituição de duas frentes poderosas e violentamente hostis.

Anuncia-se a hora do fanatismo e das facções. De um lado e de outro não se fala senão de ordem ou liberdade, de conservação ou revolução, de saudade do passado ou de esperança no futuro.

Quanto mais se esbate a perspectiva de união nacional, mais se impõe a necessidade de arbitragem.

Ou se recorre à arbitragem da força e então, depois dos horríveis acasos da guerra civil, se instaura a ditadura, esse regime desumano em que uma parte do país submete a outra à intransigência das suas vontades; *ou a razão esclarecida fará compreender que se impõe a arbitragem de uma instituição livre: a Monarquia. Só ela está acima dos partidos, dos interesses e das*

A MONARQUIA DE AMANHÃ

oligarquias, porque só ela confunde o seu destino com o da pátria e só nela os Franceses divididos poderão reconciliar-se e aprender a unir-se de novo em planos diferentes daqueles em que se têm combatido até agora.

Em face das entidades políticas abstractas, limitadas e precárias, o verdadeiro segredo do rei consiste em que ele é um homem, composto de carne e de espírito. Só ele pode ser ao mesmo tempo conservador e revolucionário. Só ele pode, na serenidade que lhe advém da certeza do dia de amanhã, escolher as tradições que para o futuro do país é necessário manter e o progresso que é indispensável acelerar, para que finalmente se construa a sociedade em bases mais humanas.

A França precisa de um árbitro; o povo reclama os cuidados de um pai solícito. Simultaneamente conservadora e revolucionária, a Monarquia, correspondendo a este duplo apelo, realiza hoje o milagre de não ser um passado morto, mas, pelo contrário, o mais vivo dos futuros.

APÊNDICE

O QUE FARIA A MONARQUIA ⁽¹⁾

Declarações de S. A. R. o Senhor Conde de Paris, publicadas no *Intransigeant* de 2 de Maio de 1936:

Pergunta-me o Intransigeant qual seria o programa da Monarquia.

Antes de mais penso que o regime parlamentar deve ser abolido, pois cem anos da sua aplicação foram suficientes para arruinar as forças morais dos Franceses e as forças materiais do país.

Inspirados na política tradicional dos reis da França, saberemos pôr no seu lugar as oligarquias financeiras e económicas e os grandes trusts de ramificações internacionais procedentes do liberalismo e da democracia, que arruinam os pequenos produtores e exploram os assalariados e os consumidores.

As aplicações da ciência, desordenadas como têm sido, submeteram o homem ao dinheiro e o espírito à matéria. Agrupando os homens em nome do ideal comum da profissão

⁽¹⁾ Pensámos que seria útil reproduzir, em apêndice, algumas declarações de S. A. R. o Senhor Conde de Paris. Estes documentos esclarecem certos pontos da doutrina real e ajudarão o leitor a conhecer melhor o que será o governo de amanhã.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

e criando a corporação moderna, suprimiremos o espírito de luta e o ódio de classes.

Faremos uma nova classificação dos Franceses segundo a sua função social e os serviços prestados à colectividade.

Tudo o que não serve o país é parasitário; isto mostra a urgência e a necessidade de uma depuração.

A nossa obra será vasta, decerto; e para voltar a subir a corrente teremos que proceder revolucionariamente.

A democracia em política exterior é tão nefasta como em política interior. Porventura se admite uma exploração agrícola ou industrial que possa prosperar mudando de dono algumas vezes por ano?

O que parece incoerente no domínio da economia doméstica e das indústrias privadas, por que não o será também no da economia pública e nas relações internacionais?

Só a Monarquia pode ter uma política exterior constante e realista, independente das pressões demagógicas exercidas sobre os governos, nas democracias e nas ditaduras, pelos interesses particulares e as necessidades de adulação e de prestígio para as massas.

Qualquer política exterior é defensável desde que seja contínua e consequente consigo mesma.

Assim, actualmente, a França devia desejar como aliados países fortes que tivessem com ela comunidade de interesses.

A democracia isolou-nos na Europa e espalhou fermentos de guerra.

A Monarquia forjará a nossa força e assim dará à Europa a ordem e a paz.

Se os Estados bem providos são «demandados» e os outros são «demandantes», a França, pelo seu passado, tem muitos títulos para exercer outra função: a de juiz e árbitro.

É uma função que nenhum país se pode gabar de exercer e que só a França real pode reivindicar.

II

A POLÍTICA DA CASA DE FRANÇA

Declarações feitas à revista *Le Mois* de 1 de Abril de 1936:

— Um número recente do *Courrier Royal* publica um manifesto do Senhor Duque de Guise. Permite-me o príncipe que lhe pergunte qual a razão profunda desta intervenção directa do Chefe da Casa de França?

«— Certamente. Perante a gravidade das circunstâncias, o Chefe da Casa de França quis lembrar aos Franceses os grandes princípios graças aos quais, outrora, a França pôs cobro às suas divisões internas e pôde afirmar-se uma Grande Nação.

«O meu Pai e eu queremos, acima de tudo, servir o nosso País. Por muito pesado que um dia se revele o fardo do poder, estamos prontos a assumir todas as suas responsabilidades.

«A violência das lutas partidárias privou a França de qualquer Chefe capaz de realizar à volta do seu nome a união íntima de todos os Franceses.

«Só a Monarquia pode salvar a França, porque só ela não tem nada que ver com partido algum. Eis o que meu Pai quis dizer aos Franceses.»

— Mas quais seriam as bases do restabelecimento da Monarquia? Não ignora certamente a montanha de preconceitos que terá de vencer antes que possa efectuar tal revolução.

«—Não tenho quaisquer ilusões sobre o grande esforço que é necessário. Mais uma razão para que a ele me dedique. E tenho a profunda convicção do êxito que me espera.

«Enquanto os partidos devem architectar um programa de quatro em quatro anos, o programa da Monarquia francesa está no seu próprio princípio. A acção real baseia-se em leis naturais e profundamente humanas que implicam um plano realista personificado pelo Chefe hereditário das famílias francesas.

«Não admito a Monarquia senão apoiada numa dupla base rural e operária.

«Edificado sobre os partidos, o regime democrático introduziu em toda a parte o espírito de classe, que tem sido mortal para o trabalho francês.

«O meu desejo consiste, pelo contrário, em unir todos os Franceses nos seus quadros naturais: família, profissão, região. Queremos juntá-los no terreno profissional e dar às actividades nacionais uma representação real, variada, independente e coerente. Todas as forças vitais do País devem ser consolidadas pela corporação que as organiza, distinguindo-as sem as isolar.

«Uma política judiciosa deve ser primeiro que tudo realista. Haverá política mais realista, mais afastada de qualquer aventura, do que a de juntar e unir todas as forças dispersas de uma nação, com vista ao seu bem comum, pela expansão das suas liberdades reais?»

—É certo. Por isso numerosos partidos políticos inscreveram a corporação nos seus programas.

«—Bem sei. Mas a corporação é impossível em República, visto que exige a independência absoluta do Poder que nenhuma democracia pode garantir.

«A corporação é um fim em si. Ao serviço de um partido, por muito forte que ele seja, não pode ser senão um meio, uma fórmula sempre ultrapassada pela vida. O único terreno

de ataque dos partidos e dos seus chefes tem por eixo a luta de classes, e isso condena-os a batalhas estêreis e sem fim.»

—Mas também há franceses que já não querem a luta de classes e julgam poder libertar-se dela sem recorrer necessariamente à Monarquia.

«—Decerto e é-me grato prestar homenagem ao indiscutível ideal que os anima. Mas não apresentam nenhuma solução renovadora. Perdidos na vaga das fórmulas, são uma força em reserva, cujo dinamismo fictício está à mercê dos acontecimentos. Lamentamos esses homens tão bem intencionados, mas que não ousam tocar em instituições que julgam santas e imutáveis. É dessas instituições que deriva o mal-estar social. Idealizá-las sem as destruir não significa mais do que retardar o arranque libertador e por consequência tornar ainda mais difícil o ressurgimento.»

—É, em suma, uma renovação social que o príncipe tenciona realizar graças ao restabelecimento de um regime político estável, independente e responsável?

«—Exactamente.»

—Posso ainda saber qual a sua opinião sobre os factos recentes da política mundial?

«—Essa pergunta é quase indiscreta — respondeu o príncipe com um sorriso. — Os regimes democráticos destruíram por completo a noção de função. A suprema atribuição do Estado implica necessariamente a sua soberania em matéria de política externa. O sofrimento da Europa de hoje deve-se principalmente à fraqueza actual da França. Esta não retomar definitivamente o seu lugar no concerto das nações senão na medida em que souber dar ao seu governo a independência e a autoridade necessárias ao exercício da sua função soberana.»

A PROCURA DE UMA MÍSTICA

O jornal *La Petite Gironde* publicou uma série de artigos sobre o tema *A procura de uma mística*. Transcreve-se a parte essencial das declarações de S. A. R. o Senhor Conde de Paris:

«Creio realmente que a necessidade de restaurar a Monarquia se impõe à França, se ela quer viver e ocupar de novo o lugar correspondente à sua categoria. Se o regime republicano subsiste, é pela força da inércia e porque os Franceses, actualmente — quero dizer: imediatamente — não têm outro para o substituir...

«A França precisa de um governo forte. Mas o respeito, por esse governo, das liberdades individuais, das diversidades regionais e das iniciativas particulares, a sua colaboração com as forças corporativas, não são menos necessários. É o que o distinguirá dos governos totalitários, que a França não pode, não deve e, aliás, não quer copiar. Tal governo, que a Casa de França tem o encargo de representar, é a Monarquia.»

— Acabou de falar em forças corporativas. Creio que a sua atitude no actual debate político causou uma grande surpresa e que se entende, em certos meios, que a sua política é muito ousada.

«— Na verdade, há conservadores que me acusam de fazer uma espécie de especulação revolucionária e de levar muito longe o nosso desejo de reforma social! Não há nada mais falso! O espanto de tantos espíritos de boa vontade pelas minhas campanhas só prova que o povo francês está mal instruído nas coisas da Monarquia, que lhe ocultaram verdades simples, factos evidentes que me atrevo a dizer deviam ser do conhecimento vulgar. Com efeito, as reformas sociais que eu preconizo (o que bastaria para as justificar) estão também na linha recta do pensamento e da obra dos Reis de França, que sempre foram os protectores do povo. Não somos revolucionários pelo prazer de o sermos ou para agradar, mesmo ao povo. Somo-lo para continuarmos. Não se deve recear, no entanto, que uma política real não seja bastante conservadora. Por definição, por natureza, a Monarquia é conservadora. A Inglaterra sabe-o bem. Reformar para conservar, a fim de progredir, eis o nosso programa.»

— Mas o príncipe não afirmou um dia, publicamente, que a Monarquia era mal conhecida na França?

«— Disse-o, efectivamente, porque é verdade. Mas se assim é, — lembre-se do que ainda há pouco lhe declarei, — é porque se «ocultou» a Monarquia à França ou porque lhe mostraram desfigurada. O que importa é é bastante, neste ponto, é combater a ignorância e os preconceitos. Depois, esta impopularidade é muito relativa. O Francês ama os reis e príncipes estrangeiros, e prova-o constantemente. Não é hostil, portanto, ao princípio nem à majestade monárquica. Simplesmente, continua a crer que esse regime é bom, mas que o regime republicano, o seu, ainda é melhor e sobretudo que está mais conforme com o «progresso». É um erro de que se vai corrigindo de dia para dia — e não lhe faltam razões para isso...»

O Príncipe ri com vontade e depois prossegue vivamente, respondendo agora à minha pergunta sobre a posição da mística monárquica perante as místicas estrangeiras.

«— O nosso tempo viu surgir dois novos regimes políticos que mudaram as posições convencionais dos espíritos como elas se tinham estabelecido no decorrer do último século. Refiro-me às forças novas da democracia dirigida e «galvanizada», da qual são expressões diferentes o hitlerismo e o comunismo.

«Viui-se por estes exemplos que, depois de terem sido regimes de liberdade, os regimes populares tendem cada vez mais a tornar-se regimes de massas e de ditadura.

«Isto obriga a reflectir os Franceses que amam, com razão, a liberdade, tanto mais que à vista deles está o exemplo de países em que a autoridade, a Monarquia, a aristocracia, a tradição — valores que entre nós se consideravam reaccionários — se apresentam como protectores e, mais ainda, são a condição necessária do seu liberalismo.»

— Pensa que o exemplo de certos países estrangeiros de constituição monárquica tem influência nesta evolução dos espíritos na França?

«— Com certeza! Muitos dos meus compatriotas começam a entrever que a República, para continuar a ser a «última trincheira da liberdade», será também o túmulo da França. Como eles amam igualmente a pátria e a liberdade, procuram um regime que salvasse uma e outra. E encontram-no: é a Monarquia. Só ela, sólidamente firmada nas suas tradições, investida de uma das mais altas autoridades que no mundo existem, pode, no meio das dificuldades modernas e sem dano para a Nação que lhe incumbe defender, resguardar as liberdades adquiridas e até suscitar outras.»

— Parece-lhe que a Monarquia francesa de amanhã terá uma forma constitucional, à imagem da Monarquia inglesa?

«— Não! A Monarquia constitucional é na França um compromisso entre a revolução e o conservantismo; é por isso uma coisa híbrida, desordenada e paralítica. A Monarquia francesa de amanhã será uma autoridade tradicional de base

A MONARQUIA DE AMANHÃ

corporativa, com um poder estritamente limitado às necessidades essenciais do Estado.

«Infelizmente, o eixo das tradições — tão necessário à vida de uma nação — foi quebrado na França. Reconstituí-lo-emos, a fim de podermos ir para a frente. Queremos uma aristocracia. Mas faremos que ela surja do povo.»

Antes de me despedir, julgo necessário, à laia de conclusão, fazer uma pergunta precisa, de maneira a dissipar qualquer ambiguidade nos espíritos que desejem esclarecer-se sobre o aspecto actual do problema monárquico, aspecto que, aliás, não parece novo senão pelo regresso ao seu verdadeiro carácter tradicional:

— Qual é a posição do neo-monarquismo perante a Action Française e os agrupamentos monárquicos já existentes?

Resposta não menos precisa de S. A. R. o Senhor Conde de Paris:

«— A Action Française trabalhou sempre sob sua responsabilidade, sem comprometer os Príncipes da Casa de França. Ela teve o trabalho ingrato dos franco-atiradores.

«Hoje o pensamento real pretende unir e não dividir e para isso entrou em contacto com todos os meios políticos franceses.

«Foi também com esse designio que se fundou o «*Courrier Royal*», onde a Casa de França pode exprimir livremente a sua posição em face de todos os problemas do momento.»

IV

SOCIALISMO, REPÚBLICA E MONARQUIA

O *Almanach de l'Écho de Paris* (1936) publicou uma longa entrevista sobre questões sociais:

— Meu Senhor, os seus manifestos foram lidos na França e há quem diga que o Príncipe é socialista, que o seu programa social é o da Frente Popular. Muitos nacionalistas ficaram perturbados...

O Conde de Paris sorri.

— Mas isto não é uma entrevista... é uma interpelação! De tal maneira os sectários se apropriaram das palavras, dando-lhes sentidos diferentes, que há sempre o risco de ser desconhecido ou deformado o pensamento de cada um.

«É tudo tão simples, no entanto! Não me cansarei de repetir, com o meu Pai, que a monarquia não é um partido. Se partirmos deste princípio, todas as ideias justas e todos os bons sentimentos terão imediatamente o seu lugar na unidade da actividade nacional. Hoje os partidos monopolizam certos temas que fragmentam as necessidades e aspirações da França. A «direita» faz-se campeão da defesa nacional, a «esquerda» das reformas sociais. Divisões absurdas, provocadas somente pelo jogo das Instituições. Eu, por mim, quero o bem, recuso o mal, ignoro os partidos.»

— E o socialismo?

— Que é o socialismo? Há muitas maneiras de o definir. Na França, o socialismo é, de facto, o Estatismo. O socialismo traduz-se praticamente pela estatização das indústrias — que já começou, — dos bancos e dos seguros — para que se caminha. O instrumento da socialização é o «deficit» orçamental, que, pela desvalorização ou a deflação, reduz os patrimónios privados, não em benefício do património — palavra que já não tem sentido — mas do orçamento público.

«Quando o Estado se apodera, legalmente ou revolucionariamente, da riqueza dos particulares, estamos em regime socialista. É uma questão de «mais» ou de «menos», uma questão de grau e não de natureza.

«Quer se trate do trabalho ou do dinheiro, o regime democrático e parlamentar faz socialismo cada vez mais acentuado e acelerado, através dos seus monopólios e dos organismos pelos quais superintende em certos ramos da actividade económica, por um lado, e dos impostos pelo outro. Ele confisca em seu proveito o que não lhe pertence de direito natural, fere a indústria privada e destrói os patrimónios familiares.»

O Príncipe interrompe-se por um segundo, como a querer certificar-se de que a sua demonstração me convenceu, e insiste:

— Acredite. Não é a Monarquia que é socialista, mas sim a República.

«A Monarquia, em compensação, tem uma preocupação infinitamente mais viva e realista pelas questões sociais do que os actuais partidos...»

O sorriso do Conde de Paris transformou-se numa expressão grave, que o torna quase duro. Sente-se que toma o assunto a peito.

— Pode dizer que a França está em atraso no ponto de vista social. Não a comparo com nações estrangeiras. Comparo-a consigo mesma, com o que ela — o país mais generoso e mais inteligente da terra — tem obrigação de ser. Os biliões

que se distribuem em subvenções e pensões infinitesimais são substância francesa desperdiçada, atirada ao vento. O Estado provoca a miséria para em seguida ministrar assistência. Que loucura! O povo sente confusamente este desvario e esta humilhação. Sinto subir até aqui o seu clamor em prol da justiça e da honra de um destino livre.

«Através das deformações dos partidos, através das suas formações de batalha e proclamações de combate, vejo bem o sofrimento comum. Por trás dos cabecilhas vejo o povo francês, magnífico povo que o regime divide em irmãos inimigos. Tanto se enganam uns nas suas esperanças comunistas, como outros nas suas esperanças republicanas.

«No fundo, o erro é o mesmo. A verdade está na reforma política. Só a Monarquia pode realizar esperanças que são legítimas, mas mal orientadas.

*

— Não lhe parece, no entanto, e já que falamos da questão social, que os chamados «burgueses», os «conservadores», têm mais generosidade social do que geralmente se lhes reconhece? De facto, como proprietários, como industriais, como comerciantes, têm em geral um sentido muito vivo, não só da justiça, mas também da caridade, no sentido cristão da palavra.

A minha pergunta tem o condão de restituir o sorriso aos lábios do Príncipe.

— Porquê estar a procurar sempre oposições? Julga que ignoro as admiráveis realizações que, no domínio social, figuram no activo de muitos industriais? Por outro lado, é bem sabido que, em todos os ofícios, o patrão e o operário se estimam mutuamente, porque se vêem no trabalho e podem apreciar-se mutuamente na sua verdadeira medida de homens e de produtores.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

«O que é deplorável é que, fora desses contactos individuais, a estima se transforme em luta e animosidade, é que a obra social não passe de um edifício construído na areia enquanto subsistir um regime que nega a realidade profissional e rejeita a instituição corporativa.

«É isso que a Monarquia quer mudar.

— Mas como?

— Restituindo ao Estado as suas verdadeiras funções e desembaraçando-o das outras.

«Actualmente confunde-se a força do Estado com a multiplicação das suas atribuições.

«Os regimes democráticos são centralizadores: os ditatoriais são totalitários.

«Procuram alcançar no múltiplo o que lhes falta na unidade.

«Mas o Estado forte especializa-se nas suas funções próprias: segurança, justiça, fiscalização. Os seus órgãos e serviços não devem existir senão para isto.

«Um programa assim implica uma descentralização não só material, mas também, se tal se pode dizer, jurídica e moral. Distribuir de novo à indústria e ao comércio o que é da sua alçada e de que o Estado os frustrou indevidamente, restaurar a autonomia das profissões, restituir a criança à família, eis o que um Estado monárquico pode fazer e que à democracia parlamentar repugna por essência...»

V

DUAS ENTREVISTAS

As duas entrevistas que a seguir se transcrevem foram concedidas ao Sr. Bertrand de Jouvenel e publicadas no *Petit Journal*, a primeira em 28 de Novembro de 1934 e a segunda em 13 de Julho de 1935:

Bruxelas, 26 de Novembro de 1934—No comboio, em cujas vidraças a bruma depositou flocos de algodão, os empregados moradores nos arrabaldes, cujo dia de trabalho terminou, dormitam, de regresso a suas casas, enquanto eu revejo as perguntas que vou fazer àquele a quem os nossos realistas chamam o Delfim.

Serei recebido? É certo que o encontro está marcado. Simplesmente, não declinei a minha qualidade de jornalista e de jornalista da esquerda. Talvez no *Manoir d'Anjou* se tenham colhido informações e a porta se me feche.

Em todo o caso, o portão, um pouco afastado da estrada obscura, está aberto, com um ar de nunca se ter fechado. Decifro nos dois batentes separados letras de ferro forjado: «*Manoir... d'Anjou*». Não há luz. Um pequeno pavilhão para o porteiro está fechado, desabitado.

Penetro na alameda: as folhas mortas estalam debaixo dos meus pés. Erguem-se grandes árvores esqueléticas, metidas em casulos de bruma. O caminho faz uma viragem. Súbita-

mente, à minha direita, resplandece um lago com um brilho baço, coberto de um manto de bruma. O caminho torna a virar e agora sobe rodeado por árvores mais altas. Silêncio, humidade, abandono. É o palácio do Rei na floresta adormecida...

Aparecem luzes, finalmente. Num terrapleno uma espaçosa casa burguesa, no alto da qual flutua uma bandeira. Imagino vagamente que é a bandeira branca por amor da qual o conde de Chambord recusou em 1872 a restauração que lhe ofereciam. Mas não: consigo distinguir as três cores. O pretendente de hoje não é um Bourbon como Luís XVI, Carlos X ou o conde de Chambord, pois o ramo primogénito da Casa de França está extinto. É um Orleans como Luís Filipe, proclamado rei dos Franceses em 1830 — todos o sabem — pelo velho Lafayette, que o envolveu nas dobras da bandeira azul, branca e vermelha.

RETRATOS DE FAMÍLIA...

Eis-me na sala de espera, sob o olhar triste e desconfiado de um Luís XIII pintado por Filipe de Champaigne. Entre Luís XIII e o criado que vê com desagrado a minha indumentária pouco cerimoniosa, sinto-me embaraçadíssimo. Vale-me o encantador duque d'Aumale... O seu retrato de belo oficial do exército da Argélia anima a sala como o duque animou a monarquia de Julho, que era bastante burguesa...

Retratos, retratos... toda a história da França...

Chega um velho alto, muito direito, de bigodes brancos, com um passo vivo e ágil de antigo esgrimista. Apresenta-se: «General de Gondrecourt». Fita-me com insistência e sinto que o meu fato de tweed não o impressiona muito bem. Apesar disso, convida-me a entrar.

Sou introduzido num grande salão, onde, ao princípio, não vejo senão Henrique IV. Um Henrique IV feio, escar-

ninho e endiabrado, pintado por Forbus, considerado por Balzac o maior de todos os pintores.

Por cima da chaminé, a grande mocetona que era a princesa Palatina. Havia de tudo na família real. E o resto do salão? Bastante triste, sem carácter, um salão de família que foi de recepção mundana e agora serve de antecâmara política.

EIS O JOVEM PRÍNCIPE

O general volta ao salão e atrás dele entra um jovem.

A minha primeira impressão é esta: um adolescente franzino, de feições miúdas e finas, um bigodinho quase loiro, sobranceiras espessas, sombrias, e olhos muito azuis, muito alongados, puros, emoldurados por belas pestanas.

O general deixa-nos logo. E eu penso:

— Eis-nos como dois estudantes que se encontram pela primeira vez no pátio de um liceu e não sabem como entabular conversa.

Afinal engano-me. O conde de Paris sabe mais do seu ofício de príncipe do que eu do de jornalista. Convida-me a sentar-me junto dele, faz-me falar. Declaro-lhe a minha profissão e que venho de Espanha. Interroga-me. Era o que eu receava. Vai receber-me com delicada cortesia — herança ancestral... — e nada me dirá.

Resolutamente, à custa da etiqueta e até da mais elementar civilidade, abordo o assunto da política francesa.

OS FRANCESES ESTÃO DIVIDIDOS, MAS...

— No dia 11 de Novembro — digo eu — havia na Praça da Estrela e na da Nação duas multidões que bem podem, um dia ou outro, chocar-se violentamente. Qual é a sua opinião sobre esta divisão dos Franceses?

A MONARQUIA DE AMANHÃ

A máscara de cortesia real cai imediatamente. Os olhos azuis fixam-se em mim. Uma voz clara e breve interroga:

— Não se chegará a esse extremo, não é verdade? É de aplaudir o desejo de ordem manifestado por formações como os Cruzes de Fogo ou as Juventudes Patrióticas, mas também não ignoro as injustiças sociais contra as quais se insurge a multidão que se reuniu na Praça da Nação...

O príncipe, que já não tem o ar jovem, pergunta com severidade:

— Como é possível que não se tenha encontrado nenhum dirigente na França de hoje para conciliar o sentido da ordem e a paixão da justiça?

Encostado ao canapé, sem fazer um único gesto com as mãos, encontrando as palavras com rara facilidade, acrescenta:

— As classes laboriosas do nosso país ainda não alcançaram o nível de vida a que têm direito. É um facto que impressiona todos os observadores. Infelizmente não me é permitido ir verificar por mim mesmo as condições de existência dessas classes. Estamos exilados!... Mas o que sei é que a garantia de um mínimo vital a cada família francesa é a mais indispensável das reformas e que um regime que não pode, na nossa época de civilização e de progresso, garantir a todos a segurança de base, falta ao primeiro dos seus deveres.

— Essa opinião concorda com um ponto essencial do programa dos partidos da esquerda, o ponto a que os homens da minha geração ligam mais importância.

«NÃO FALEMOS DE PROGRAMAS»

O conde de Paris sorri e com um tom brusco de quem conhece os meandros da vida política:

— Vamos — diz ele —, não falemos de programas. Os partidos da esquerda, para chegarem ao poder, precisam de dinheiro. E quem o fornecerá, senão as grandes potências

APÊNDICE

financeiras? Se é por elas que se chega ao poder, não se pode exercer o poder contra elas!

Irei encontrar no conde de Paris um inimigo das «congregações económicas»?

— Elas são — diz — senhoras do país. Os políticos não são mais do que seus instrumentos. E estes políticos confessam-se impotentes alegando a sua irresponsabilidade... Não será evidente a necessidade de um poder forte que ponha na ordem os grandes feudais?

— Como no tempo de Luís XI — murmuro eu.

— Pode fazê-lo a ditadura? Em contacto directo com a multidão, forçado a embriagá-la com um vinho forte, o ditador excede em demagogia os demagogos das democracias... Além disso, tem o vício fundamental de atingir as liberdades individuais a que os Franceses querem com tanta razão... Ao contrário, um poder certo da sua legitimidade e da sua duração pode submeter à sua lei os poderosos interesses particulares...»

O príncipe exprime-se pausadamente, como homem que todos os dias reflecte nestes problemas. Ainda há meia hora o julgava pouco imponente. Faltavam-lhe as feições vigorosas e o magnetismo de domador com que os chefes fascistas intimidam e cativam quem os visita. Agora reparo que tenho na minha frente o representante de uma forma de autoridade mais subtil. O seu nome poupa ao conde de Paris a necessidade de fazer impressão à primeira vista. É no mais aceso da discussão que se sente crescer o respeito por este espírito ávido, penetrante, preciso, ocupado por uma ideia fixa: a França.

E O FASCISMO?

— O fascismo...

Pronunciei a palavra que aparece com mais frequência no vocabulário europeu.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

— O fascismo — diz o príncipe — pode convir à Itália, mas não à França. Para o Francês é insuportável um regime que não respeite as liberdades individuais nem considere sagrada a vida humana... Quanto a nós...

E baixando a voz, num tom confidencial:

— Se nos oferecessem o trono da França e para lá chegar fosse preciso derramar sangue francês... nós diríamos: nunca!

A voz comovida volta ao diapásão da conversa intelectual:

— Mas há uma parcela de verdade nas aspirações confusamente denominadas fascistas: a necessidade de ordem e o sentido nacional. Impressiona-nos profundamente esta série de escândalos com que se perde o prestígio do país e a nação perde a confiança em si própria e que é um atestado de decadência material e moral... É preciso restaurar na classe responsável pela gestão dos negócios públicos e privados a rectidão e o sentido do dever indispensáveis para que o país possa viver uma vida digna da sua história... E depois...

PARA EVITAR A GUERRA

O conde de Paris inclina-se de novo para mim com um ar de confiança. O «Nós» um pouco solene é substituído pelo «Eu» cordial.

— Tenho horror à guerra — diz ele. — E creio sinceramente que um regime que em política externa siga a linha recta tem mais probabilidades de a evitar. Um regime sólido e estável poderia falar com a Alemanha. Desde que se esteja seguro de si, deve-se e pode-se falar com ela...

Volto às perguntas indiscretas:

— Vossa Alteza tem projectos políticos...

— Creio, naturalmente — diz o príncipe após um momento de hesitação — que a Monarquia é a forma política que à França mais convém. Fui encarregado por meu Pai da propagação da ideia monárquica. Vejo que nas massas rurais e

APÊNDICE

operárias esta ideia, actualmente, não é popular. Ora uma monarquia somente apoiada na burguesia é inconcebível. É preciso que os trabalhadores, como no tempo de Luís XI, desejem de novo um justiceiro para o qual possam apelar contra o arbítrio feudal. O principal atributo da Monarquia, como sabe, era a Mão da Justiça. Que o povo da França sinta isto e talvez então...

O príncipe levantou-se:

— Como vê, não concebo a monarquia senão com uma base rural e operária.

*

Bruxelas, 12 de Julho de 1935 — Sete homens em mangas de camisa, acotovelandose num pequeno escritório, uns sentados em cadeiras, outros debruçados sobre uma mesa atulhada de papéis rabiscados... Seis andam pelos trinta anos. É o conde de Paris no meio dos seus conselheiros.

Eis um pequeno «conselho do rei», familiar, alegre, febril, como devia ser o grupo dos companheiros de Henrique de Navarra no tempo das cavalgadas.

— Chega em boa hora — exclama o príncipe cordialmente — também nós estamos a fazer jornalismo!

Encolho-me a um canto e observo. Um jovem acaba de ler um texto. O conde de Paris agradece-lhe com um sorriso rápido e vivo e diz:

— O sentido é esse, mas é preciso encurtar. Curto e claro. Reflecte um instante e acrescenta:

— Dê-me o seu lugar!

Pousa o lápis numa folha em branco e põe-se a escrever. Primeiro vai lentamente, com uma, duas, três emendas, e a seguir muito depressa. Dez minutos depois, inclina a cabeça para trás, desce as pálpebras sobre os olhos muito azuis, aponta

para as duas folhas cobertas de uma escrita fina e deitada. Ao mesmo tempo que as agita, volta-se para os companheiros:

— Vão dizer-me o que isto vale, não é assim?

Lembra-se então de que eu acabo de chegar e ignoro de que se trata:

— É uma declaração a que dou muita importância — diz-me. — Vai ver porquê.

E explica:

— Segundo me informam, os ânimos, em Paris, estão muito exaltados...

Mas logo se interrompe. É nele tão arraigado o hábito inteligente e cortês de interrogar e ouvir mais do que falar, que passa a fazer-me perguntas sobre as disposições psicológicas dos diferentes chefes de quem me aproximei recentemente.

— Estou inquieto — diz. — Não que eu seja inimigo dos estados febris. Sou novo e gosto da agitação. Admito muito bem que se lute. O que acho horrível é que esteja iminente um embate entre franceses por pura incompreensão. Os homens que vão formar o cortejo da Estrela e os que vão formar o da Bastilha não têm interesses opostos, mas comuns.

— São os chefes que os levantam uns contra os outros — resmunga um dos assistentes.

— Foi sempre o papel dos chefes dos partidos — diz o príncipe com a sua voz doce — persuadir os seus homens de que eles detêm a verdade e de que no lado oposto só há inimigos a vencer por todos os meios...

A sua voz faz-se mais forte, sem deixar de ser doce e clara:

— E foi sempre o papel da monarquia — continua — dissipar estas lendas interessadas, perigosas para a paz pública e a grandeza nacional. Hoje, infelizmente...

O seu olhar procura lá fora as lentas nuvens flamengas que se alongam no céu.

— Hoje não estamos em posição de desempenhar o papel de clarificador e portanto de pacificador tanto quanto seria

preciso. Mas podemos, apesar disso, erguer a voz e servir assim o nosso país.

Lentamente, pesando as palavras e observando no nosso rosto o efeito de cada frase, o príncipe lê a declaração.

Depois interroga:

— Que lhes parece que há aqui de obscuro? Digam.

Alguém atreve-se a objectar:

— Diz Vossa Alteza que são legítimos os descontentamentos que vão manifestar-se no dia 14 de Julho. O termo não será um pouco forte?

— Forte, porquê? — exclama o conde de Paris. — Recebo continuamente operários que me relatam factos precisos sobre os seus dias sem trabalho e as diminuições dos seus salários. Recebo agricultores que me dão informações exactas sobre a venda ruinosa dos seus produtos. Ninguém pode pensar que uns e outros vêm a Bruxelas para me fazer mesuras. Falam-me das suas condições materiais, das suas inquietações familiares...

Sublinha então, com um traço grosso, a palavra «legítimo».

E, com um leve suspiro, acrescenta:

— O que eu queria era poder conhecer tudo isso por mim mesmo, Bolonha, Billancourt, S. Dinis...

Não é no S. Dinis dos seus antepassados que ele pensa, mas sim no S. Dinis de Doriot. Se não houvesse a lei do exílio, imagino que se veria nas fábricas Renault um jovem operário um pouco noviço, que rapidamente seria estimado pelos seus camaradas.

— Não quis entrar em pormenores ao redigir esta declaração. Em todo o caso, desejaria falar do desemprego, afirmar o direito ao trabalho.

O direito ao trabalho! Não é uma reivindicação dos partidos operários desde 1848?

— É espantoso — exclama — que em 1935 os operários ainda não tenham conseguido o reconhecimento desse direito.

«É verdade que os chefes dos partidos operários tiveram sempre a mania de envolver os seus apaniguados em todas as

A MONARQUIA DE AMANHÃ

espécies de batalhas políticas sem relação alguma com a defesa do proletariado. Por outro lado, o regime parlamentar é tão propício ao malogro das grandes reformas sociais!

«Os senhores da economia, para os quais o trabalho humano não passa de uma mercadoria que se deve obter pelo mais baixo preço, sabem jogar com as oposições dos grupos parlamentares, com as rivalidades dos homens, com o gosto dos chefes da esquerda pela controvérsia abstracta e estéril, para afogar os projectos de reformas sociais no amontoado das intrigas e questiúnculas de pura política.

O conde de Paris entreabre um armário:

— Estão aqui — diz-me — planos precisos para organizar o que se reclama à direita ou à esquerda com vocabulários diferentes: o direito do homem ao trabalho, a participação dos trabalhadores nos conselhos da economia, a abolição da servidão que a usura representa para os produtores, a supressão da ditadura da alta finança.

«Colaboraram nestes projectos...

E cita nomes de técnicos, uns da direita, outros da esquerda, muitos sem partido.

— Não lhe parece extraordinário — pergunta — que não cheguem a efectuar-se estas profundas transformações que a nação reclama?

E acrescenta:

— A nação, e sobretudo os homens da nossa idade, os jovens... os que compreenderam a necessidade da síntese das forças francesas, tão ruinosamente divididas e durante tanto tempo.

VI

NO MANOIR D'ANJOU

Reproduzimos a seguir o relato de uma audiência no Manoir d'Anjou, publicado pelo Sr. Ramon Fernandez na revista *Vu*, de 27 de Março de 1935:

Serei tão alheio como julgo ao que vou fazer? Vejamos, recapitulemos a cerimónia. Um escritor da esquerda vai visitar o representante mais qualificado da causa monárquica, a fim de conhecer a influência do exílio nos seus sentimentos, na sua actividade. O exilado é o Conde de Paris, filho do pretendente, o Duque de Guise. O escritor da esquerda sou eu. É bem necessário que eu seja da «esquerda», pois nisso está o interesse da entrevista. O Príncipe vai ser ouvido por alguém que representa a parte da opinião mais afastada do monarquismo. Se eu, por hipótese, me tornasse bruscamente «da direita» (essas coisas acontecem), ficaria tudo estragado.

Simplemente, como declaro ao conde Pedro de la Rocque (a amabilidade e a cortesia em pessoa), que me leva na sua carruagem, ser «da esquerda» em 1935 não significa ser anti-monárquico. O conflito de opiniões deslocou-se do campo político para o económico. Um mação comerciante de cerveja faz-me resmungar tanto como um católico vendedor de canhões. *Lilia pedibus destrue* não é a minha divisa. Se me

julgo bom socialista, sinto-me mau republicano; e muitas vezes, quando a minha fé vacila, penso para mim mesmo que, se as potências financeiras não podem ser dominadas, será preciso que haja um poder acima delas. Lembro-me então que fui muito tempo realista, na minha mocidade, e que do rei aos operários não dei mais do que um salto. E o Sr. de La Rocque, que talvez me julgasse proveniente de uma alfurja da rua de Valois e até alto dignitário do Grande Oriente, pode ficar descansado: não vou declamar ao Príncipe nenhum discurso eleitoral.

Eis-nos no parque do Manoir: grandes ondulações à inglesa cobertas de abetos, numa luz nacarada em que os brancos são um pouco tristes e os verdes muito pálidos. Ao alto, bem visível, mostra-se uma casa baixa, sólida, atarracada. O tom muito sombrio dos muros belgas tira-lhe a graça de pequeno solar campestre a que teria direito pelo seu tamanho. «Vulgar» é o termo conveniente a este solar simbólico que poderia confundir-se com muitas moradias semelhantes dos arrabaldes de Bruxelas se não erguêssemos o olhar para o telhado. Nele, efectivamente, ondeia a bandeira tricolor, que faz deste solar belga a Casa de França. Está ali a embaixada isolada, modesta, paciente e pertinaz de uma monarquia que nunca deixou de existir no coração dos seus fiéis.

No vestibulo, iluminado por um belo quadro de Filipe de Champagne, bandeiras brancas e tricolores alternadas simbolizam a fusão dos dois ramos dos Bourbons. Tradição e presente unificaram-se. Não se tropeçaria de novo na cláusula da bandeira branca. O velho historiador que persiste em mim comove-se e enternece-se.

Ouve-se na escada um passo apressado. À porta aparece um jovem: é o Conde de Paris. A primeira impressão que dá é de leveza, de agilidade, de finura. De altura média (se o comparasse com o pai, seria tentado a escrever: de altura acessível), as suas maneiras são muito gentis e bastante felinas: apesar de não serem estudadas, sente-se que as determina

o gosto de seduzir e também o prazer do movimento, produzido por músculos bem equilibrados. O traje, muito elegante, notável pela harmonia de tons e pelo arranjo discreto, embora siga a moda inglesa, soube fazer-se francês, ou simplesmente pessoal. O Príncipe é o jovem típico de hoje, como o Príncipe de Gales era o jovem típico de há vinte anos. Mas no aspecto e nas maneiras há alguma coisa de mais claramente individualizado.

O rosto acentua esta impressão. É um rosto muito singular, que parece ter sido desenhado mais pelo homem que pela natureza: as feições, de arestas vivas, combinam-se quase geomètricamente, como certos desenhos da época cubista que mostravam, debaixo da carnação, as linhas da construção. Os olhos, grandes e claros, colocados obliquamente, têm a estranha claridade das gemas incrustadas nas órbitas das máscaras pré-colombianas. É, certamente, um belo rosto, mas é também outra coisa: uma espécie de rosto hierático, um pouco misterioso, que destoa da linha moderna do corpo. Rosto de jovem, se se quiser, mas de jovem visto e recomposto por um artista.

Saimos imediatamente para o parque. O Príncipe gosta do ar livre e prova-o pelo seu jeito desembaraçado, com passos largos e rápidas deslocções. Inclina-se com frequência para a frente, como para colher uma flor invisível. Entretanto, procura delicadamente saber o que pretendo. Tenho que me decidir pelas perguntas banais e idiotas. Como se adapta ao exílio? Qual é a sua maneira de conceber os problemas franceses? E, naturalmente, como entende que devem solucionar-se (o que eu já presumo) as dificuldades francesas?

Responde afavelmente, mas ao princípio com pequenos toques, com meias frases, por assim dizer. Precisa de saber de que lado sopra o vento — e eu também. Tinham-me dito que os problemas económicos o apaixonavam e que os valores burgueses lhe interessavam pouco. Lembro-lhe discretamente a minha posição.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

— Sabe — digo-lhe — que a direita, na França, confunde muitas vezes o interesse nacional com os seus interesses de classe.

— Sim — responde imediatamente. — Tenho conversado com industriais que são hostis aos sindicatos operários, que se sentem incomodados por eles. Os velhos, pelo menos, pois os novos compreendem.

— É então partidário dos sindicatos operários?

— Decerto, mas sem política.

— Nesse caso, seria preciso que fossem também «sem política» os grupos patronais.

A resposta afirmativa é muito clara: «nada de política, nem de um lado nem de outro; grupos estritamente profissionais».

Insisto:

— Quando os patrões pedem a supressão do carácter político dos sindicatos operários, é para mais à vontade manejarem os salários.

A resposta do Príncipe é encantadora:

— Como quer que seja de outro modo enquanto não tiverem acima deles alguém que lhes diga o que é preciso fazer?

Não se pode definir com mais elegância o ideal monárquico. O rei, como árbitro supremo, impede que os detentores do dinheiro se identifiquem com a nação. O operário, para ele, está no mesmo plano que o patrão: é um francês cujos interesses devem ser defendidos. Em república, a classe burguesa predomina porque não há limites que a contenham.

O Príncipe fala agora com verbosidade. A sua voz tem uma inflexão muito particular, que não é de qualquer região, uma inflexão tão pessoal como o seu rosto. Articula as palavras tal como se move, de uma forma graciosa e flexível, ora com suspensões, ora com variações. Revela-me a pouco e pouco os seus projectos e intenções. Na primeira ordem das suas preocupações estaria o descongestionamento do Estado, que só ficaria com o encargo dos interesses especificamente nacionais. Quanto ao resto, a administração incumbiria a uma nova uni-

APÊNDICE

dade, a região, coincidente com os diversos centros de atracção económica.

— Está decidido a respeitar a liberdade e a autonomia individuais?

Sem dúvida alguma — e também o voto (que ele explicará dentro em pouco como o entende). O Príncipe não é fascista. O sistema político que ele preconiza liberta o indivíduo do Estado, mas para o subordinar à autoridade radical do soberano. Audácia não lhe falta, audácia que se mostra com moderação, como coisa natural. Quando, por exemplo, me declara que na sua Constituição os ministros só seriam responsáveis perante o rei, todas as feições do seu rosto invocam a evidência (como se dissesse: «sim, isto, decerto, não se pode fazer de outra maneira»).

A sua divisa seria: «Audácia e conciliação». Audácia na reorganização do Estado, que iria contra muitos hábitos e crenças; conciliação no governo dos Franceses, na arbitragem das suas contendas. A conciliação douraria a pílula que se julga necessária. Em suma, ele tem razão. Um pretendente deve ter uma «pretensão» que valha a pena «pretender». Se o rei se propusesse como um simples presidente da República mais decorativo, as suas receitas não interessariam ninguém. É preciso que ele traga uma mudança radical e ao mesmo tempo se mostre tão «moderno» quanto possível nas adaptações inevitáveis.

— Aí está — digo eu — o que ao menos nos desviaria das pequenas revoluções de algibeira a que nos habituaram.

Aludo ao 6 de Fevereiro e o Príncipe replica imediatamente:

— O 6 de Fevereiro era diferente: um sobressalto de indignação geral...

Adoptou a versão oficial. Não insisto. Recordo-me do que ainda não há muito ele disse a Bertrand de Jouvenel: que um Estado como ele o entende devia ter em consideração as reivindicações da Praça da Nação tanto como as da Praça da Con-

A MONARQUIA DE AMANHÃ

córdia. Eis o que o Sr. Doumergue, constitucionalmente (se assim posso dizer), seria incapaz de declarar.

Uma vez no seu escritório, o Conde de Paris continua a discussão, ou, antes, a sua exposição, com mais clareza e rigor. Há pouco, enquanto passeava na relva que cobre o terreno inclinado, era um jovem desportista em repouso. Agora, sentado à mesa e como no seu posto, transforma-se gradualmente num chefe. É uma transformação quase insensível, que se traduz por inflexões de voz mais acentuadas, por olhares mais breves, por uma concentração dos gestos. O compartimento, com tapeçarias sóbrias, cadeiras de couro e de veludo, deita para uma paisagem arborizada e um fundo de céu livre, semelhante a um futuro. Na parede, por detrás da secretária, grandes mapas das regiões francesas. Poucos livros visíveis e todos do tipo utilitário que está entre o dicionário e o manual. Em cima da mesa, um pequeno crucifixo. É um conjunto arrumado, cuidado e sóbrio, com um não sei quê de teimosia delicada que me parece caracterizar tudo o que traz a marca do Príncipe. A imagem do posto de comando impõe-se-me de novo: dir-se-ia, para precisar, o camarote de um capitão de navio entre duas viagens.

O Príncipe parece estar absolutamente à vontade. Tem os gestos incompletos e tão curiosos dos príncipes, movimentos comedidos de cordialidade (como quem vai agarrar o braço ou pôr a mão no ombro do interlocutor), leves esboços de uma familiaridade que não chega ao fim, não por arrogância ou sobrançeria, mas pelo receio de nos colocar numa situação embaraçada. (É desta preocupação que resulta em grande parte a singular timidez dos príncipes, que lhes dá o ar de quem está sempre com medo de partir alguma coisa, esta distância moral que faz com que por vezes se tenha a impressão, não de os ver, mas de os sonhar.) O Conde de Paris sentou-se à secretária. Pega numa folha de papel e põe-se a delinear o esquema da organização política que projecta.

APÊNDICE

— O que fala à vista é mais claro — diz. — Veja: ao alto, o rei (ao pronunciar estas palavras, tem um sorriso encantador, como que a pedir desculpa). Em baixo, de um lado os interesses regionais, do outro os interesses nacionais. São as corporações que os representam. (O Príncipe não tem a mística do corporatismo, que está hoje tanto em moda. As corporações, para ele, são unicamente órgãos de representação). Depois, em plano superior, os secretários de Estado, e junto deles os delegados dos grupos de interesses de que falei.

É apenas um esboço, o suficiente, porém, para mostrar a sua vontade de restituir ao rei as atribuições que tinha antes da Revolução. Quanto ao voto, o Príncipe, além do voto individual, é partidário do voto familiar. Não poderão ser candidatos à representação (não se diz candidatos a deputados para evitar lembranças desagradáveis) senão as pessoas que tenham prestado serviços, regionais ou nacionais.

— Como se determinam, então, as candidaturas?

A esta pergunta o Príncipe responde com um olhar franco, um sorriso, e diz simplesmente:

— É um assunto que está a ser estudado, não sei ainda.

Depois fala-me mais livremente, conta-me as terríveis dificuldades que teve de vencer desde que se entregou seriamente ao trabalho, há quatro anos. Compreendo que a rotina do exílio foi para ele um inimigo ainda mais importuno que a República Francesa.

— Estávamos numa torre de marfim, explica.

Teve que se informar lentamente, servindo-se muitas vezes de rodeios. Era preciso ouvir antes de se fazer ouvir, e para ouvir as verdadeiras reivindicações dissipar a desconfiança das pessoas. Mas se o exílio pôs na sua frente papéis escritos e barreiras, também lhe permitiu experimentar as suas forças. O exílio é uma expectativa — e a expectativa é extremamente desmoralizadora. Para resistir ao entorpecimento e ao automatismo, é bom traçar um objectivo, isto é, preparar o que se espera.

Trato por fim da questão delicada (como se costuma dizer) da realização. O Príncipe é categórico:

— Nada de revolução. Penso que caminhamos para crises tremendas, por não haver possibilidade de evitar nem de arbitrar os choques de interesses. A Monarquia poderá então aparecer como solução dos conflitos, como a salvação.

Mas é preciso que ela esteja pronta. É nisso que o Príncipe se ocupa, estudando as questões uma por uma, depois de as dividir cuidadosamente. Trabalho paciente e meticoloso, que ele ama visivelmente. Por vontade consciente ou por instinto, o Príncipe reproduz a imagem clássica do rei francês que põe em ordem o seu domínio e prepara o momento favorável, apalpando o terreno prudentemente. É comovedor que um jovem e um exilado esteja a repetir, de longe, do alto e como nos ares, este trabalho histórico.

Ao pé de nós, a vida de família continua. Sob a vigilância da mãe, o pequeno príncipe Henrique e a princesinha Isabel brincam e empurram-se como todas as crianças do mundo. O Príncipe parece recear que me tenha dado uma ideia imperfeita dos seus projectos e esforços. Talvez eu não tenha insistido bastante. E contudo, durante algumas horas no Manoir, retive muito mais do que simples palavras.

Depois de uma breve aparição do Duque de Guise e de me despedir de ambos, sinto-me absolutamente satisfeito. Só tenho pena de não poder conversar mais tempo com o Conde de Paris, seguir de perto e quotidianamente o seu trabalho. Esta entrevista banal tornou-se para mim, não sei como, um diálogo interrompido, do mais vivo interesse.

Encontrei, em suma, um jovem que tomou a sério a sua profissão (o que é hoje bastante raro) e que procura fazer o seu trabalho o melhor possível.

Não direi que ele seja de uma inteligência extraordinária, porque não posso ainda sabê-lo e seria impertinente, depois de algumas horas de conversa, fazer juízos definitivos. Mas a sua inteligência é indiscutível. Inteligente, cauteloso, hábil —

e sobretudo voluntarioso. Vontade que eu descobria, por detrás de uma aparência flexível e discreta, à medida que o observava e que parece tanto mais forte quanto mais reservada e prudente. O Príncipe não diz tudo quanto poderia dizer e repara mais nos silêncios que nas palavras do interlocutor. Enfim, é um homem de boa tempera. Se se esquecessem paixões e coisas possíveis, desejariamos «dar-lhe uma oportunidade», como dizem os Ingleses.

Poderão dizer que estou a pregar pelo santo da minha devoção. Estou persuadido, no entanto, de que não há esforço mais urgente para ele, dentro do seu ponto de vista, do que o de se fazer ouvir pela esquerda. Não se trata de a convencer (isso pertence ao futuro), mas simplesmente de obter a comunicação com ela. Não será cómodo. Terá que defrontar a mística mais tenaz e mais surda aos seus apelos. Hoje um socialista está em posição de compreender o Conde de Paris mais facilmente que um radical, mas o radical é quem domina na França. Contudo, ele, que sabe à sua custa como é nefasto a um rei nascer de uma revolução, ele, que quer ser árbitro e não partidário, tem necessidade de se dirigir à parte da opinião menos capaz de acreditar nas suas palavras. Se o não fizer, os fascistas, que roubaram à esquerda a sua linguagem, roubarão ao rei a sua autoridade.

VII

A AVIAÇÃO

Numa entrevista concedida ao Sr. J.-M. Aimot para a *Vie Aérienne*, de 3 de Maio de 1936, Aquele que sòmente pode sobrevoar a terra da sua pátria diz a sua fé no futuro da aviação:

— Como não gostar da aviação, perante o espectáculo da vida, que se renova constantemente, de um aeroporto cheio de sol?

É uma jovem elegante, de voz doce e quase tímida, mas com um timbre musical, que acaba de fazer esta observação, no aeroporto de Haren-Everé, perto de Bruxelas.

O ar vivo de uma bela tarde de Fevereiro fez cor-de-rosa o seu rosto finamente desenhado, em que os olhos, azuis como o céu lavado, brilham com a alegria natural que o sol dá à vida.

Ela caminha com um passo rápido e ágil, formando uma silhueta fina e elegante, tão jovem com o seu vestido cinzento de saia e casaco que sem dificuldade veríamos nela o símbolo da mocidade, tal como os homens dos nossos dias podem imaginá-la.

Mãe de quatro crianças encantadoras, ainda mostra graças de rapariga que manterá por muito tempo.

Hoje acompanha o marido ao lugar aonde ele vai, sempre que pode, mas não tantas vezes como desejaria, fazer o seu treino de voo por um quarto de hora.

— Também eu gostaria de aprender a pilotar, mas não fui autorizada...

Com um sorriso designa o culpado que, a alguns passos de nós, na companhia de um oficial belga do exército do Ar, se dirige para os hangars do Clube dos Aviadores. É um homem alto, magro e esbelto, com uma boina basca na cabeça, o qual se volta para nós nesse momento.

Também ele é jovem. Ainda não deve ter trinta anos. Cada país tem o seu tipo de juventude, que muda de geração para geração, segundo um ritmo aliás variável. Talvez o da juventude francesa seja o mais recente, mas não é o menos sedutor, a julgar por este casal de jovens Franceses que adquiriram tal vivacidade na prática dos desportos modernos, mas nem por isso perderam a graciosa elegância que se atribui geralmente aos seus compatriotas.

Na verdade, se nós estamos em Bruxelas, num terreno de um clube belga, estamos com autênticos Franceses, Franceses que não podem, é certo, pisar juntos o solo da sua pátria e que, sem dúvida por isso, amam mais do que nós o céu da França, que permanece livre.

— Por quanto tempo vais voar?

— Só um quarto de hora.

— Que não seja mais! Tenho que apanhar o comboio das três e meia.

Devo confessar que a minha comoção de há pouco se atenua quando ouço este diálogo entre o conde e a condessa de Paris. Este tratamento por tu exprimia bem e explicava perfeitamente a harmonia tão pouco frequente entre dois seres, em que logo à primeira vista julguei ver a graça que bafejava de felicidade os dois Príncipes.

Entretanto, o capitão Dor pusera a trabalhar o motor do pequeno avião de turismo com dois lugares, para onde o Príncipe tinha subido. O Conde de Paris é piloto de aviões desde 1931. Fala do seu instrutor, Freton, com a amizade que os aviadores natos costumam ter pelos que foram os seus ini-

ciadores no prazer do ar. Mas o Príncipe, que não renunciou a nenhum dever do seu estado, tem os dias laboriosamente ocupados. Não basta ter obtido o «brevet» para que possa dispensar conselhos enquanto a prática constante da pilotagem não lhe der os reflexos perfeitos que são o grande benefício das disciplinas desportivas.

— Quero aproveitar o bom tempo que regressa para voltar a treinar-me regularmente — diz ele ao capitão Dor.

Pela minha parte, não ficaria muito admirado se, nesta época, dentro de algumas semanas, uma informação de agência dissesse que também a Princesa começou a sua aprendizagem.

O que a mulher quer... Parece-me duvidoso que o Príncipe, como qualquer outro homem, possa resistir muito tempo. Como resistir, se já concordou que em breve a jovem mamã dê o baptismo do ar aos seus filhos («que sonham com isso», conta ela), conduzidos pela perícia do capitão Dor?

O motor aquece normalmente e funciona bem. O Príncipe ocupa o lugar do piloto; o capitão Dor lá está, vigilante, para qualquer erro que se verifique. O pequeno avião desliza pela longa pista de Everé, e eleva-se depois, até desaparecer na luz dourada do céu.

— Desde a nossa viagem aérea do Outono passado, de Bruxelas a Marrocos, que tenho um grande desejo de voar — declara a Princesa.

«Mas nesta viagem num «Simoun» eu sentia-me feliz e plenamente satisfeita com o meu papel de passageira. O conde de Paris poderá contar-lhe a comoção que teve quando sobrevoou a França, que não via há cerca de dez anos.

«A lei, para mim, é menos cruel e por vezes vou à França, «em serviço» (diz isto com um sorriso), mas é só ir e vir.»

Desta maneira, enquanto o Príncipe fazia o seu voo, uma verdadeira princesa de conto de fadas falava-nos confiadamente com maravilhosa simplicidade e a graça mais natural do mundo.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

O CORAÇÃO DE UMA CRIANÇA EXALTA-SE COM A NARRAÇÃO DE PROEZAS HERÓICAS

Mas o exemplo destes Príncipes e a contribuição que des podem dar para uma propaganda aeronáutica bem conduzida, que hoje nenhum país pode dispensar, comportam ensinamentos que nos forcem a privar-nos do prazer de um encontro inesquecível.

Em Bruxelas, no seu gabinete de trabalho sôbriamente mobilado, ou pelo menos sem luxo, o Príncipe amei à entrevista.

Estávamos curiosos de saber como tinha o conde de Paris vindo para a aviação. O seu olhar azul, directo, que vê muito depressa, brilha com a evocação de cenas da infância.

— Como sucede a muitos homens da minha idade (o Príncipe tem 28 anos), a aviação está associada às minhas recordações de criança.

«Ainda era muito novo para compreender com exactidão, em Marrocos, o que era a guerra, os acontecimentos da frente de batalha não podiam impressionar-me, mas em compensação a narração dos combates aéreos travados pelos grandes aviadores, cujos nomes vinham nos comunicados, exaltava-me.

«Eu lamentava, como tantos pequenos Franceses, não poder fazer como eles, dedicar-me ao meu país e, num arremesso audacioso, esmagar um inimigo; a minha imaginação trabalhava, exaltada pelo sentimento de nobreza que brota de uma acção brilhante praticada com risco.

«Alguns anos depois, já adolescente, tive ocasião de ver a acção da nossa aviação em Marrocos, onde o seu papel foi tão importante, o que veio confirmar os meus sentimentos.

«Amei, pois, a aviação desde os meus primeiros anos e agora devo-lhe uma das recordações mais comovedoras da minha vida.

APÊNDICE

SOBREVOANDO A PÁTRIA PERDIDA

«No ano passado, como sabe, fizemos uma viagem aérea de Bruxelas a Marrocos. Por força de uma lei iníqua, que a maior parte dos Franceses ignora, porque doutro modo já teria sido revogada, não posso pisar o solo do meu país. Nestas condições, tive que me decidir por um itinerário que não incluísse nenhuma escala pela França. Mas como os regulamentos aéreos não me proibiam passar pelo céu francês, fizemos directamente o percurso Genebra-Barcelona.

«De Bruxelas a Genebra a viagem fez-se com o tempo enevoado. Só por algumas abertas pude lobrigar, através da bruma, pedaços desta terra que ardentemente procurava descobrir.

«Por cima de Langres desapareceram os véus que me ocultavam o solo. Conservo bem viva a lembrança desta cidade vista do ar, a primeira cidade francesa que me era dado tornar a ver depois de um exílio de nove anos.

«Depois, de Genebra a Barcelona, sobrevoámos os Alpes, o lago do Bourget e o vale do Ródano, a que estão associadas algumas das mais belas recordações da minha infância. Desejei então que uma avaria nos obrigasse a uma aterragem forçada e ao mesmo tempo sentia também, como deve compreender, a humilhação deste desejo, única maneira que eu tinha de realizar uma aspiração tão natural como a de me encontrar de novo na minha pátria, de caminhar nesta terra onde em criança tinha brincado à beira do Ródano.»

Também eu, quando era criança, dei longos passeios em grandes barcas de fundo chato nos «lônes» (1) do mais belo rio da França. Imagino facilmente a angústia que sentiria

(1) Nome dos lagos formados pelo Ródano ao longo do seu leito.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

se me dissessem que não mais podia ver as colinas de Condrien e a ponte suspensa de Chavanay a Saint-Alban...

Mas retenho para mim este pensamento: para quê entristecer mais o Exilado?

Fez-se silêncio.

Depois, noutro tom, o Príncipe, em resposta às nossas últimas perguntas, faz-nos uma lúcida exposição do progresso e do papel da aviação na sociedade contemporânea.

A AVIAÇÃO PARA TODOS

—Liquidemos em primeiro lugar a questão pessoal. Não tenho nenhum projecto de «raid». Não faltam grandes aviadores para os planear e realizar com êxito. Basta-me praticar a aviação e ver em que condições ela pode deixar de ser apenas um desporto ou uma arma de guerra para se tornar efectivamente um meio habitual de transporte comercial. É uma transformação, decerto, que está em via de se operar. Mas a rapidez da evolução depende do seu custo económico.

«Dos progressos quotidianos que se verificam em matéria de motor e de carburante é lícito esperar que em breve haja uma tal redução do preço do quilograma-quilómetro (kg-km é a unidade de medida da aviação comercial) do transporte por avião que possa tornar-se muito mais extenso o campo da aviação comercial.

«Estou certo de que não vem longe o dia em que o correio e a maior parte dos viajantes para distâncias superiores a 300 quilómetros sejam transportados por avião.

«O êxito final depende do coeficiente de segurança oferecido pela aviação, pois o transporte aéreo, económica e tecnicamente, é a solução lógica.

APÊNDICE

UMA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL: ORGANIZAR A INFRASTRUTURA

«Mas tal resultado (o desenvolvimento considerável que actualmente se verifica na aviação de turismo e o progresso da própria aviação popular não o contradizem) só pode ser obtido por uma política sistemática e de longo alcance de organização da infraestrutura. Pelo que respeita à França, julgo que esse é o ponto particularmente fraco. Não culpo ninguém. Bem sei que à frente do Ministério do Ar têm estado pessoas competentes. Tiveram tempo para agir? Não o creio. Obra de tal importância exige muito tempo para ser estudada e realizada. Como empreendê-la em poucos meses? A instabilidade política, que todos os Franceses, de comum acordo, denunciam, é particularmente nefasta para o progresso da nossa aeronáutica.

«A França, que tem uma das mais belas redes de estradas do mundo (o Príncipe tem a discrição de não observar de passagem que se trata de uma herança dos seus antepassados) e uma rede ferroviária das mais completas, não deve continuar atrasada em matéria de organização da infraestrutura aérea.

«Com efeito, enquanto não houver centros bem estabelecidos e suficientemente numerosos, terrenos de socorro e equipamento no solo das linhas aéreas, os transportes comerciais pelo ar não poderão alcançar pleno desenvolvimento.

«Não desconheço os obstáculos que se levantam à indústria aeronáutica como a qualquer indústria recente ou nova invenção. São numerosos esses obstáculos: as indústrias concorrentes não deixam de suscitar alguns; poderiam citar-se muitos exemplos só no domínio postal; mas há ainda os obstáculos devidos à inércia, aos hábitos adquiridos, sem contar as dificuldades peculiares a qualquer técnica nova.

«É por isso que, no meu entender, conviria encorajar mais os serviços de estudos e os engenheiros isolados.

A MONARQUIA DE AMANHÃ

«Até agora o Estado conhece sobretudo os industriais a quem paga, quando, pelo contrário, devia preocupar-se com os que, por vezes sem meios, sem relações suficientes, investigam, trabalham e, se fossem apoiados, poderiam fazer úteis descobertas.»

É de notar a reserva do Príncipe sobre este assunto candente que bem podia ter-lhe inspirado palavras mais duras.

E a terminar:

— Sem um longo esforço metódico, constante e tenaz, a aviação não poderá ter no nosso país o lugar que lhe pertence, nem o nosso país, por sua vez, ocupar no domínio do ar a primeira fila.»

A conversa fora interrompida várias vezes pelo telefone. Por outro lado, um correio numeroso chama a atenção do Príncipe. Não podemos continuar a ser indiscretos, tanto mais que já se encontra, nas palavras que reproduzimos tão fielmente quanto possível, ampla matéria para meditar.

INDICE

	Pág.
MENSAGEM DO DUQUE DE GUISE	3
AO MEU PAÍS	7
I — Os príncipes fiéis	7
II — Falência de um regime	8
III — A Monarquia pode salvar a França	11
IV — O pensamento real	13

PRIMEIRA PARTE

A MONARQUIA E O ESTADO

Capítulo I — TRÊS REGIMES	17
I — O regime democrático parlamentar	20
II — Regimes autoritários sem governo hereditário	24
III — A Monarquia	29
IV — Conclusões	32
Capítulo II — A REFORMA DO ESTADO	35
I — Culpas do estatismo	37
II — Remédio: descentralizar, restaurar o Estado na sua competência própria	45
III — Serviços do Estado	50
IV — A justiça, dever real	52
V — Política externa	54

SEGUNDA PARTE

A MONARQUIA E O HOMEM

	Pág.
Capítulo I — UMA ORDEM SOCIAL HUMANA.....	63
I — O rei e o povo	63
II — Conquista das liberdades reais	64
III — A salvaguarda das liberdades	66
IV — A Monarquia e as potências financeiras...	68
Capítulo II — BASES DE UMA RENOVAÇÃO HUMANA: AS PROFISSÕES, REALIDADES VIVAS	71
Capítulo III — BASES DE UMA RENOVAÇÃO HUMANA: EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	75

TERCEIRA PARTE

A MONARQUIA E A VIDA ECONÓMICA

Capítulo I — ESTATISMO — LIBERALISMO — AUTARQUIA	87
I — Estatismo económico	87
II — Liberalismo	89
III — Autarquia	92
Capítulo II — COLÓNIAS	97
I — Marinha	101
II — Harmonização económica do Império.....	101
III — Política dos homens	104
IV — Política de apetrechamento	105
Capítulo III — MAQUINISMO E DESEMPREGO.....	109
Capítulo IV — FALIU O CAPITALISMO?	121
I — Capital e capitalismo	121

	Pág.
II — A caminho da solução	124
Capítulo V — A CORPORAÇÃO	129
I — Necessidade da Corporação	130
II — Que é a Corporação?	133
Capítulo VI — ORGANIZAÇÃO DA CORPORAÇÃO...	135
I — Período de transição	135
II — A organização corporativa transitória	136
III — A Corporação	137
IV — Sindicatos de categorias de empresas	139
V — Assembleia dos interesses regionais	139
VI — Inscrição nos novos organismos	140
VII — Classificação das profissões	141
VIII — Conflitos e arbitragens	142
IX — Função do Estado	144
Capítulo VII — A CORPORAÇÃO E A AGRICULTURA	147
Capítulo VIII — FINANÇAS	151
I — A moeda e a economia	152
II — A economia e a desvalorização	163
III — A economia e as finanças públicas	167
IV — Dai-me boa política	171
Conclusão — PARA TERMINAR...	175

APÊNDICE

I — O que faria a Monarquia	179
II — A política da Casa de França	181
III — A procura de uma mística	185
IV — Socialismo, República e Monarquia	189
V — Duas entrevistas	193
VI — No Manoir d'Anjou	203
VII — A aviação	213